



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

ANGELINE UGARTE AMORIM

**PERCEPÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM UMA
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE ZONA URBANA: O SÍTIO JAPIIM,
NA APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA
E ACARIQUARA, MANAUS, AM.**

MANAUS – AM

2019

ANGELINE UGARTE AMORIM

**PERCEPÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM
UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE ZONA URBANA: O
SÍTIO JAPIIM, NA APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO
JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS, AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia para obtenção do título de Mestre, sob orientação dos Professores Dr. Carlos Augusto da Silva e Dra. Suzy Cristina Pedroza da Silva.

MANAUS – AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A524p Amorim, Angeline Ugarte
Percepção sobre o patrimônio arqueológico em uma Unidade de Conservação de Zona Urbana: O Sítio Japiim, na APA UFAM, INPA, ULBRA, Lagoa do Japiim, Elisa Miranda e Acariquara, Manaus, AM. / Angeline Ugarte Amorim. 2019
119 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Carlos Augusto da Silva
Coorientadora: Suzy Cristina Pedroza da Silva
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Percepção. 2. Expansão Urbana. 3. Sítio Arqueológico. 4. Unidade de Conservação. I. Silva, Carlos Augusto da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANGELINE UGARTE AMORIM

**PERCEPÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM UMA
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE ZONA URBANA: O SÍTIO JAPIIM, NA
APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E
ACARIQUARA, MANAUS, AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA –, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jozane Lima Santiago
(Membro Interno)

Profa. Dra. Maryana Antônia Braga Batalha de Souza
(Membro Externo)

Prof. Dra. Glauécia Teixeira da Silva
(Membro Externo)

**Manaus, AM
2019**

AGRADECIMENTOS

Pela realização desta pesquisa, irrestritamente agradeço:

A DEUS por sua infinita misericórdia (especialmente por nós, amazônidas) e pelo mundo inteiro.

Aos nossos ancestrais, cujo forte registro presencial no Sítio Japiim reverbera a riqueza do universo amazônico.

In memoriam aos meus pais-avós Maria e Hermes, guerreiros e fontes de inspiração.

Aos meus pais Zadir e José e famílias (dos quais, de cada um, trago um pouco em mim...),

Ao Ronaldo e à Nicole, porque já não somos dois ou três, mas sim uma só carne em princípio, meio e fim.

À UFAM, ao CCA e aos meus orientadores Drs. Carlos Augusto da Silva e Suzy Cristina Pedroza.

E, da mesma forma, aos meus colegas da SEMMAS, por todos os apoios prestados e pelos incentivos permanentes.

E, enfim, aos verdadeiros amigos e amigas (professores, instituições participantes, entrevistados, colaboradores...), que, nesta jornada, presentearam-me com ética, paciência, compreensão, saberes, conhecimentos e apoio moral.

Angeline.

RESUMO

A criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) prevista no Artigo 15 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000) tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Porém a relevância da APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS não se restringe ao aspecto ecológico e aos serviços ambientais prestados à zona urbana de Manaus, pois abriga um Sítio Arqueológico em que, segundo o IPHAN (2008), os vestígios humanos aí encontrados remontam a monumentos culturais das sociedades ameríndias, sendo importantes modelos de vidas passadas, especialmente de assentamentos pré-colombianos, que contribuem para o entendimento sobre os processos de ocupação da região, há milhares de anos. A exemplo de outros sítios arqueológicos identificados em Manaus, o Sítio Japiim, localizado na porção sul da APA, no bairro de nome homônimo, vem sofrendo perda de muitos de seus registros históricos como consequência da expansão urbana. O estudo tem o objetivo de analisar os conhecimentos e as percepções de moradores, trabalhadores e estudantes em relação ao patrimônio arqueológico aí encontrado considerando o processo histórico de ocupação dos bairros que o compõem. A metodologia utilizada na pesquisa deu-se por meio de busca bibliográfica acerca da formação e da consolidação da área de influência da APA; entrevistas semiestruturadas com dois grupos distintos, denominados de grupos I e II, sendo respectivamente o I, composto por moradores do Conjunto Atílio Andreazza e profissionais que atuam na área de influência direta do Sítio Arqueológico (entorno do Conjunto, como a ULBRA e a UFAM); e o II, composto exclusivamente por estudantes de graduação da ULBRA. O universo total foi de 26 entrevistados no perímetro, mas também houve a colaboração do órgão gestor da Unidade de Conservação. A análise quantitativa dos dados obtidos foi dimensionada no programa de planilhas e gráficos Microsoft Excel 2010; e a análise qualitativa das entrevistas foi feita por meio da análise do conteúdo em relação ao contexto socioambiental. Para a análise espacial, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento. As pesquisas em UC potencialmente podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias protetivas de seus atributos socioambientais suscitando novos aspectos da dimensão humana em sua gestão.

Palavras-chave: Percepção, Expansão Urbana, Sítio Arqueológico, Unidade de Conservação.

ABSTRACT

The creation of Environmental Protected Areas is stated under the 15th article of the National System for Conservation Unities (Law 9.985/2000) and has as its basic objectives to protect the biodiversity, discipline the occupation process and assure the sustainability natural resources use. Unfortunately, the importance of the EPA, UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, is not restricted to the ecological aspects and environmental services at the disposal of the city of Manaus, because it encompasses a archeological site, that according to IPHAN (2008), the human remains found at the site are linked to cultural monuments from the Amerindians societies, being of huge importance for the understanding the occupation process, specially by the pre-Colombians, that have been occupying the region for thousands of years. Citing the example of the site Japiim, at the southernmost portion of the EPA has been suffering losses of most of its historical registers because of urban expansion. This study has as objective to analyze the knowledge of the citizens, workers and students from the area about the archeological heritage found at the site, considering the historical process of the development of the neighborhoods encompassed by the EPA. Methodology consisted of bibliographic search about the development and consolidation of the EPA; semistructured interviews with a group (I) composed by people who live at the neighborhood Atilio Andreazza and workers who work in or around the archeological site and a second group (II) composed exclusively by graduation students from ULBRA. Twenty six people were interviewed with the help of the Management of the EPA. the quantitative analysis of the data was made in Microsoft Excell 2010 and the qualitative analysis was made evaluating the subject in relation to the socioenvironmental context. Geoprocessing was used for space analysis. UC research can be used to develop strategies to protect the socioenvironmental attributes of the area, including the human contribution in its management.

Key words: Perception, Urban Expansion, Archaeological Site, Conservation Unit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica da implantação do Distrito Industrial de Manaus.....	18
Figura 2: Divisão geográfica da APA pelas Bacias Hidrográficas de São Raimundo e do Quarenta.....	23
Figura 3: Delimitação geográfica do perímetro da APA.....	26
Figura 4: Localização geográfica da APA em relação aos corredores urbanos.....	28
Figura 5: Perímetro geográfico da UFAM em relação à APA.....	33
Figura 6: Perímetro geográfico do Campus II do INPA em relação à APA.....	35
Figura 7: Perímetro do CEULM/ULBRA em relação à APA.....	37
Figura 8: Perímetro do Parque Senador Arthur Virgílio e Loteamento 31 de Março em relação à APA.....	39
Figura 9: Perímetro do Conjunto Atílio Andreazza em relação à APA	41
Figura 10: Perímetro do Conjunto Atílio Acariquara em relação à APA.....	42
Figura 11: Perímetro do Conjunto Nova República em relação à APA.....	43
Figura 12: Perímetro do Conjunto Elisa Miranda em relação à APA.....	44
Figura 13: Situação do Sítio Arqueológico Japiim em relação à APA.....	61
Figura 14: Terminal de transporte coletivo no Conjunto Atílio Andreazza.....	62
Figura 15: Destaque de terra preta (solo antropogênico) aparente sob piso de concreto na praça do Conjunto Atílio Andreazza.....	62
Figura 16: Borda de vasilhame cerâmico (1)	63
Figura 17: Borda de vasilhame cerâmico (2)	63
Figura 18: Borda de vasilhame cerâmico (3)	64
Figura 19: Borda de vasilhame cerâmico (4)	64
Figura 20: Borda de vasilhame cerâmico (5)	65
Figura 21: Borda de vasilhame cerâmico (6)	65
Figura 22: Borda de vasilhame cerâmico (7)	66
Figura 23: Borda de vasilhame cerâmico (8)	66
Figura 24: Borda de vasilhame cerâmico (9)	67
Figura 25: Borda de vasilhame cerâmico (10)	67
Figura 26: Plantio na área de concentração cerâmica, no Conjunto Atílio Andreazza	68
Figura 27: Marca de pneu na área de concentração cerâmica, no Conj. Atílio Andreazza.....	68

Figura 28: Calçada de residência localizada na Rua Elizabeth Agassi, de onde foram retirados três vasilhames cerâmicos no Conjunto Atílio Andreazza.....	69
Figura 29: Dependência de residência na Rua Maria de Mentoni, onde foi registrada a retirada de um vasilhame cerâmico e vestígios cadavéricos humanos no Conj. Atílio Andreazza, em 2012.....	69
Figura 30: Fragmento cerâmico na Rua Maria de Mentoni, no Conj. Atílio Andreazza.....	70
Figura 31: Registro da identificação e retirada de vasilhame cerâmico em residência localizada na Rua Maria de Mentoni, no Conj. Atílio Andreazza (2012).....	71
Figura 32: Registro do trabalho de identificação e retirada de vasilhame cerâmico em residência na Rua Maria de Mentoni, no Conj. Atílio Andreazza (2012).....	71
Figura 33: Trabalho de identificação e retirada de vestígios cadavéricos de vasilhame cerâmico em residência à Rua Maria de Mentoni, no Conj. Atílio Andreazza (2012).....	72
Figuras 34: Trabalho de identificação e retirada de vestígios cadavéricos humanos de vasilhame cerâmico em residência localizada na Rua Maria de Mentoni, no Conjunto Atílio Andreazza (2012).....	72
Figura 36: Universo dos entrevistados	74
Figura 37: Permanência dos entrevistados do grupo I	76
Figura 38: Conhecimentos sobre a área de influência direta do Sítio pelos entrevistados do grupo.....	77
Figura 39: Conhecimentos sobre a implantação do Conjunto pelos entrevistados do Grupo I.....	78
Figura 40: Contato com os elementos do Sítio pelos entrevistados do Grupo I.....	80
Figura 41: Termos associados ao Sítio Japiim pelos entrevistados do Grupo I.....	81
Figura 42: Conhecimentos do entorno da ULBRA pelos entrevistados do Grupo II....	82
Figura 43: Conhecimentos do entorno da ULBRA pelos entrevistados do Grupo II....	82
Figura 44: Conhecimentos históricos sobre o município pelo Grupo II	83
Figura 45: Relações entre os temas estudados pelos entrevistados do Grupo II.....	83
Figura 46: Ícone do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n.º 11.....	86
Figura 47: Percepções sobre o ambiente natural pelos entrevistados do Grupo II.....	90
Figura 48: Escola Municipal Isabel Angarita.....	93
Figura 49: Utilização da área de influência do Sítio Japiim pelo universo total dos entrevistados.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I.....	13
UM OLHAR SOBRE A APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS	13
1.1 ASPECTOS HISTÓRICO–GEOGRÁFICOS DO PERÍMETRO DA APA: DA EXPANSÃO URBANA RESULTANTE DA IMPLANTAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	16
1.2. SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DOS BAIRROS DE INFLUÊNCIA DA APA	29
BAIRROS QUE COMPÕEM A APA	29
Bairro Coroado.....	29
Bairro Japiim.....	29
Bairro Petrópolis	300
1.3 A LOCALIZAÇÃO, A ESPACIALIDADE E O PAPEL DE CADA ÁREA COMPONENTE DA APA	31
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	31
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA	35
Centro Universitário Luterano do Brasil – CEULM/ULBRA	36
Loteamento 31 de Março e Parque Senador Arthur Virgílio	38
Conjuntos Habitacionais	40
1.4. ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ...	45
1.5. A REPRESENTATIVIDADE DO CONSELHO GESTOR DA APA	49
Considerações do Capítulo I	50
CAPÍTULO II.....	53
IDENTIDADE HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA APA UFAM-ACARIQUARA	53
2.1. ASPECTOS LEGAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO.....	56
2.2. SÍTIO JAPIIM: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	59

2.3. SÍTIO ARQUEOLÓGICO JAPIIM: USOS, SIGNIFICADOS E PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO LOCAL	68
2.4 USOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA GEOGRÁFICA DO SÍTIO JAPIIM	80
2.5 USOS, SIGNIFICADOS E PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO LOCAL.....	86
Considerações do Capítulo II	86
CAPÍTULO III.....	88
ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS NA APA: OLHARES PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICA DE MANAUS	88
3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	91
3.2. EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	93
3.3. INDICADORES E RECOMENDAÇÕES	97
Considerações do Capítulo III.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

O estudo foi desenvolvido na Área de Proteção Ambiental até então chamada UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que foi criada pelo Poder Municipal de Manaus em 27 de março de 2012. Seu nome foi modificado em 4 de junho de 2019, em solenidade própria, no Auditório do Parque Municipal do Mindu, a fim de adequá-lo ao disposto na Lei 9.985/2000 sobre a alusão que essa área deve ter em relação aos seus ecossistemas e historicidade. Nesse contexto, passou a se chamar FLORESTA MANAÓS. Porém a publicação oficial dessa nova nomenclatura só veio a ocorrer de fato em 26 de julho de 2019. Quanto à criação de uma Unidade de Conservação dessa categoria, Rodrigues *et al* (2010) ressalta que podem ser criadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal sendo uma alternativa aos altos custos de desapropriação de terras para criação de áreas protegidas no território nacional pelo fato de poderem ser localizadas geograficamente tanto em terras públicas, quanto em áreas privadas, tornando-se estratégia comum dentre os instrumentos de proteção ambiental, especialmente nas zonas urbanas. A APA em questão está localizada entre as zonas sul e leste do perímetro urbano da cidade de Manaus interligando áreas verdes de conjuntos residenciais e áreas institucionais da UFAM, INPA, ULBRA e LAGOA DO JAPIIM entre as coordenadas 3°5'48,50"S e 59°58'4,59"W.

De acordo com o Plano Diretor da Cidade, os tipos do uso para essa região são o industrial, o residencial e o comercial. Assim, a sua criação teve como objetivo central a mitigação da pressão sofrida pelos ecossistemas que ali se encontram prestando importantes serviços ambientais para a cidade.

A ocupação na região produziu transformações que vão além dos ecossistemas. O processo de urbanização trouxe consigo mudanças na percepção ambiental da população local, e compõe esse contexto o Patrimônio Histórico Arqueológico ali identificado. A cidade de Manaus tem sua expansão urbana referendada principalmente no fim do século XIX, no bojo do ciclo econômico da borracha, e tem acompanhado os altos níveis da tecnologia atual, mas desde a fundação do Forte nas imediações da barra do rio Negro, como diz Monteiro (1971), que está na origem mais remota de Manaus, a cidade já vem sofrendo transformações paisagísticas e culturais.

Em todos os âmbitos patrimoniais, a dinâmica da população é determinante nos processos de sua conservação ou de sua degradação. O Patrimônio Histórico de nossa

cidade é identificado em várias áreas das zonas rurais e urbanas desde a década de 1950, após a implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM), como no caso do Sítio Arqueológico Japiim, na porção sul da APA.

Considerando que a individualidade humana pressupõe opiniões subjetivas acerca da realidade e que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável são espaços territoriais que resguardam não somente a proteção dos recursos naturais e outros elementos constituintes da identidade local, tornam-se ambientes propícios para o tipo de pesquisa ora proposta. Foi na perspectiva da busca pela melhor compreensão das percepções de quem vive e transita na área de influência desta amostra da cultura material da ancestralidade amazônica, no caso do Sítio Arqueológico Japiim, que se apresenta o presente panorama a respeito do assunto.

O estudo tem o objetivo de analisar os conhecimentos e as percepções de moradores, trabalhadores e estudantes em relação ao Patrimônio Arqueológico aí encontrado, considerando o processo histórico de ocupação dos bairros que compõem a Unidade de Conservação que o abriga.

A dissertação apresenta-se em três capítulos. No primeiro, são explorados os aspectos da expansão urbana na região onde a Unidade de Conservação foi delimitada, assim como aqueles relativos à legislação da gestão desse tipo e espaço territorialmente protegido. Nos segundo e terceiro capítulos, são dadas ênfase ao estudo do Sítio Arqueológico Japiim, quando essa APA é descrita e se revela uma amostra da percepção da população de sua área de influência sobre o patrimônio ali exposto em meio aos ecossistemas remanescentes.

CAPÍTULO I

UM OLHAR SOBRE A APA UFAM-ACARIQUARA

Ao mudar sua feição, Manaus ganha e dá significados diferentes aos antigos e aos novos constituintes da antiga aldeia.

Edineia M. Dias

O objetivo deste capítulo foi analisar os impactos da urbanização dos bairros componentes da APA sobre seu patrimônio arqueológico, a partir do marco da implantação do Polo industrial de Manaus. Para tanto foi realizada observação *in loco*, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Nesse sentido, segundo Azevedo (2007), para situar Manaus no contexto amazônico, é necessário entender além do processo histórico de ocupação na Amazônia Ocidental. SIMÕES (1983) *apud* Goeld (1994) afirma que, embora existam controvérsias teóricas sobre a ocupação pré-histórica da região, de acordo com o modelo ou esquema mais difundido, os grupos mais antigos que ocuparam a Amazônia viviam basicamente da caça e da coleta de raízes, sementes e frutos silvestres, não conhecendo ainda o cultivo nem a fabricação da cerâmica.

A ausência de mecanismos tecnológicos mais eficientes para a obtenção de alimentos levou esses grupos ou bandos a habitarem, preferencialmente, locais com boa disponibilidade de recursos naturais exploráveis, para suprir suas necessidades básicas.

Segundo SOUSA (2002) *apud* Azevedo (2007), considerando que as primeiras atividades econômicas implantadas no território amazônico foram de cunho exploratório e extrativista (especialmente para obtenção das chamadas drogas do sertão), justificou-se a utilização do indígena como mão de obra escrava, pois ele era exímio conhecedor da região.

É nesse cenário socioambiental que se deram os primórdios da produção do espaço urbano e aquilo que se convencionou chamar de *fundação* de Manaus. Mário Ypiranga Monteiro contextualiza como marco principal a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro:

Não obstante só era conhecida como Fortaleza de São José da Barra, Fortaleza ou Forte da Barra, São José do Rio Negro, São José, Casa Forte. Esse forte ficava precisamente a três léguas da foz do Rio Negro, num cômodo suave (barreira, como era chamada à época), mais ou menos no local onde se encontra hoje o edifício da Fazenda Pública (MONTEIRO, 1971 p.26).

Desse período remoto de Manaus, o autor assinala sobre a incipiente formação:

O forte espiava essa enérgica revolução social, sem nela tomar parte. A ermida, tosca e humilde abençoava os alicerces da futura urbe. E foi desse congestionamento humano, dessa simbólica anarquia de tetos escorridos, que os terrais varriam, dessas ruelas e travessas tortuosas de nomes circunstanciais e antropônimos memorizadores, que mais tarde surgiu Manaus, uma Manaus que não pôde ser desligada, apesar de tudo, daquele passado distante. Não é conseqüentemente sem surpresa geral que se vê, ao raiar de 1700, o insignificante povoado oferecer o impressionante aspecto de uma vila, com suas primeiras ruas e praças lamacentas, a sua engrenagem social e administrativa funcionando em termos precários, esta última à dependência da Câmara Municipal de Barcelos, posto à categoria de vila e fosse negado por espaço de um século. (MONTEIRO, 1971, p. 34).

A aceleração das ocupações na capital, principalmente depois da instalação da Zona Franca de Manaus, tornou-se maior segundo Azevedo (2007); e, nesse sentido, Katimura (1994) *apud* AZEVEDO, (2007) fala da concentração fundiária e do “fechamento da fronteira”, ou seja, “[...] as populações expulsas das áreas rurais ou migrantes que não conseguem acesso à terra incham as áreas periféricas e, frequentemente insalubres, reproduzindo o ciclo pobreza-degradação ambiental-pobreza”.

A tendência de aglomerações de indivíduos mais pobres localizando-se cada vez mais nas periferias urbanas ocasiona, não raro, a degradação ambiental, seja da natureza existente, seja da dignidade aos direitos de cidadania mais elementares (Azevedo, 2007). Para Zacarias & Higuchi (2016) esses eventos revelam a necessidade de voltarmos o olhar para a relação pessoa-ambiente e sua repercussão no comportamento insustentável adotado em nossa sociedade. É na segunda metade do século XX mais acentuadamente que a urbanização se acelera manifestando todo tipo de problemas relacionados ao “inchaço” populacional das cidades (Azevedo, 2007).

NOGUEIRA *et al* (2007) *apud* Barros (2016), no artigo sobre *A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais*, aponta que a expansão urbana da capital amazonense se deu de forma desordenada, visto que a cidade passou por um alto crescimento demográfico em um curto período de tempo sem que houvesse planejamento ou estratégias para sua condução. A produção do urbano, segundo OLIVEIRA (1995) *apud* Azevedo (2007), tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades – espaços produzidos socialmente são produtos de uma cultura datada, num determinado tempo e lugar.

Lima e Rosa (2013) esclarecem que, devido à expansão desordenada das cidades, os edifícios, as casas, as avenidas, as ruas, as praças, as indústrias são fatores que interferem na dinâmica natural das paisagens, alteram os espaços de forma rápida. Em relação à Amazônia, Becker *et al* (2004) afirma que as mudanças globais (nacionais) geram impactos negativos sobre o meio ambiente por meio de processos de grande escala extraregionais, econômicos e políticos, que são poderosos fatores subjacentes.

A cidade transcende as incertezas da vida; ela reflete a precisão, a ordem e a predição dos céus. Antes de a escrita ser bem difundida, a visão do mundo era mantida pela tradição oral, ritual e (não menos importante) pela força semiótica da arquitetura. A vida pode ser mais exigente em uma antiga cidade do que em uma aldeia neolítica; mas, entre os ritos e o esplendor arquitetônico, um homem, na cidade, mesmo um humilde, tem algo que não tem o aldeão – a participação nas pompas de um mundo muito maior (TUAN, 1980, p. 174).

Tuan (1980) analisa ainda, que a interpretação econômica vê a cidade como uma consequência do *superavit* econômico: os produtos que as aldeias não podem consumir são trocados em um lugar apropriado, que eventualmente se transforma em vila-mercado e cidade. A degradação ambiental é fruto do desconhecimento ou da negligência dos diferentes atores sociais. Não se pode esperar que a saúde, a educação, o lazer, a conservação de espaços naturais continuem existindo por ser determinação imposta por leis ou normas. É preciso fazer que o próprio homem reconheça a importância dessas variáveis para a qualidade de vida e até para a continuidade da sua existência (TELLO *et al.*, 2012, p. 25). Para Fernandes (2004), a visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação aborda questões sobre o comportamento humano, colocando-o como resultante de um processo perceptivo no qual o ambiente possui um papel fundamental, enquanto para Tuan (1980) as mudanças em estilos de arquitetura refletem mudanças em tecnologia, em economia e na atitude das pessoas para com o que é desejável no meio ambiente físico.

Segundo COSTA *et al.* (2012) *apud* Barros (2016), a implantação da Zona Franca também impulsionou o desmatamento no município de Manaus, especialmente nas zonas leste, norte e oeste da cidade. Por meio da análise de imagens de satélite de um espaço temporal de dez anos, a autora chegou à conclusão de que a área antropizada do município passou por um aumento de 3,34% no período de 1998 a 2008, de sorte que o desmatamento acarreta, inclusive, consequências para a saúde da população.

Sobre a área estudada, o IBGE (2010) possui os seguintes números para a população em 2010: Coroado: sua população era de 51.354 habitantes; São José Operário: 66.169 habitantes; Japiim: 53.370 habitantes; Petrópolis: 44.210 habitantes. Em relação à discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia e a tentativa de equacionar ou, pelos menos, minimizar problemas, Goeldi (1994) reflete:

Antes, porém, vale repensar que o desenvolvimento de uma região não se faz de fora para dentro, nem só de dentro para fora, mas sim a partir de um conjunto de preocupações integradas tais como a diversidade adaptativa do contingente caboclo, as especificidades culturais de sua organização social e seu sistema econômico que está a exigir atenção, trato próprio e harmônico com essas variáveis; e, mais ainda, é preciso valorizar as estratégias de subsistência, as propostas de organização política necessária à administração de seus próprios recursos; valorizar o saber do caboclo quanto ao seu microambiente, e as alternativas que tem para a solução de seus problemas, estes quase sempre originados exteriormente (GOELDI, 1994, p.36).

E Zacarias e Higuchi (2016) defendem que uma conduta sustentável ressalta a necessidade de cuidar do ambiente físico e social por meio de ações voltadas a sanar essa lacuna.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICO–GEOGRÁFICOS DO PERÍMETRO DA APA: DA EXPANSÃO URBANA RESULTANTE DA IMPLANTAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A região onde está delimitada a Área de Proteção Ambiental Municipal UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA teve seu processo de urbanização consolidado principalmente no período de implantação do Distrito Industrial da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, na segunda metade do século XX. Foi por meio do Decreto Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, durante a presidência do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, com a estratégia de incremento econômico para a região, que se deu a instalação do Distrito Industrial nessa região.

Sobre essa estratégia governamental para Amazônia, Batista (1976) afirma que esse estratagema foi criado em 1957, de acordo com um projeto de lei do deputado Pereira da Silva. Porém só houve sua regulamentação em 1960, tendo a finalidade de constituir um entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento dos países vizinhos, que fariam também por meio dela as suas exportações. A ideia, na realidade, não teria funcionado apesar da existência de uma Superintendência dependente de recursos e de estímulos que nunca chegaram.

Quanto à localização geográfica da implantação do Distrito industrial (Figura 1), Garcia (2004) explica que o Decreto Federal n.º 63.105, de 15 de agosto de 1968, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação e construção do Distrito Industrial, uma área de aproximadamente 1.700 hectares, cortada pelo trecho inicial da Rodovia BR-319 e distante cerca de 5km do centro da cidade. Banhada em boa parte pelo Rio Negro à jusante de Manaus, a área escolhida era contígua ao eixo Educandos-Paredão, onde já se localizavam o Aeroporto Ponta pelada; a Refinaria de Petróleo da COPAM, entre outras empresas locais.

De modo geral, para Filho (1997) *apud* Santos *et al* (1998), a implantação da Zona Franca de Manaus teria os três seguintes objetivos básicos: 1) a ocupação populacional da região, 2) o desenvolvimento econômico e 3) o bem-estar da população.

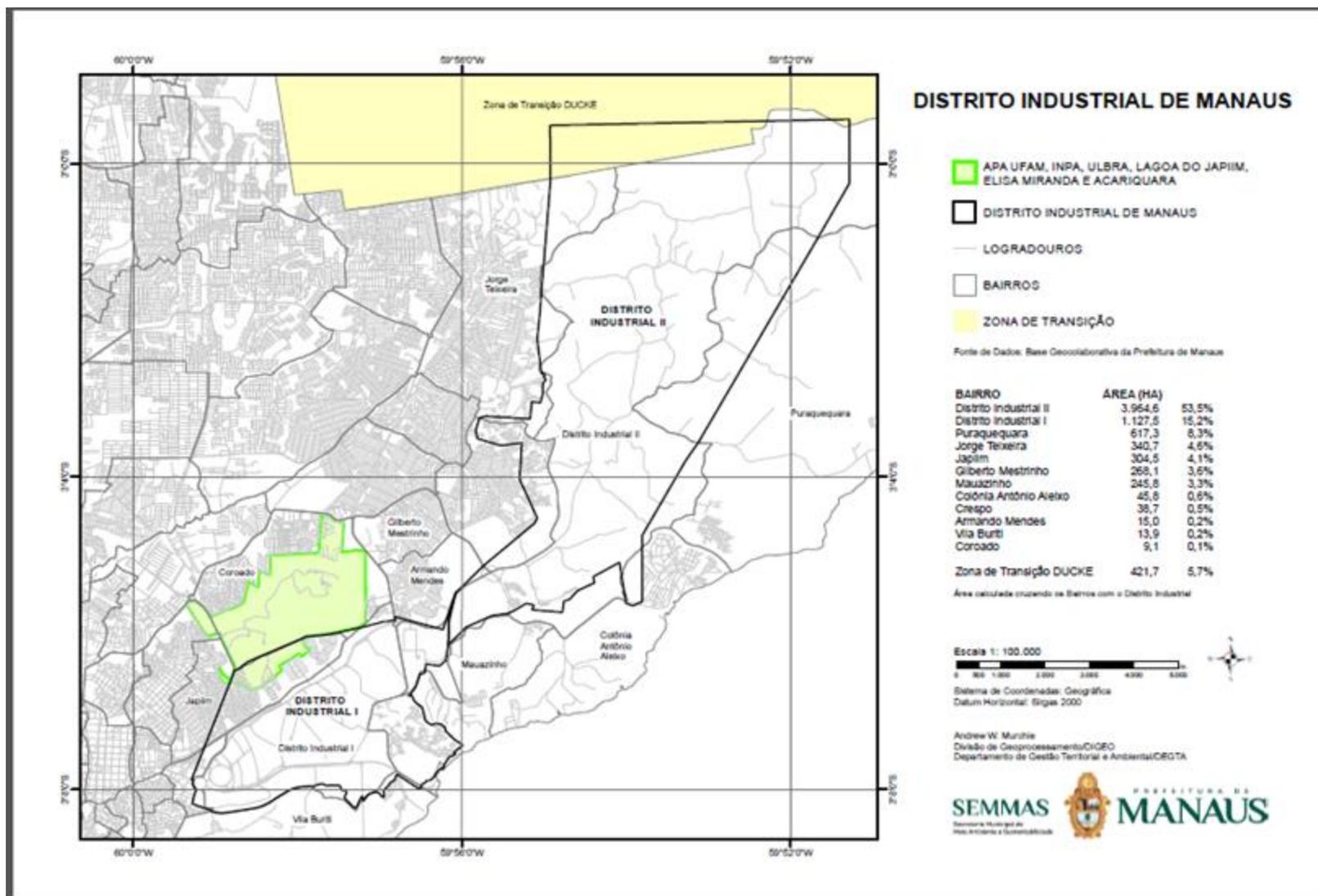


Figura 2. Localização geográfica da implantação do Distrito Industrial de Manaus.

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019.

Contextualizando esse período, Garcia (2004) explica que, desde o governo de Arthur Reis, (29 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967) grandes glebas próximas à área escolhida vinham sendo beneficiadas com a implementação de obras de infraestrutura viária e de projetos habitacionais e institucionais, indicando a expansão da cidade no sentido leste-oeste. Estavam em construção os conjuntos habitacionais nos bairros da Raiz e do Japiim, os *campi* do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da então Universidade Federal do Amazonas, assim como de sedes locais de outras instituições governamentais.

Em contraponto a essa ideia, Batista (1976) assinala que houve o que chama de “danos ecológicos apreciáveis” surgidos com o crescimento urbanístico decorrente da implantação do Distrito Industrial em Manaus:

O desmatamento puro e simples, sem a plantação de nenhuma árvore ou ao menos gramíneas que recubram o solo, para a construção de novas residências, especialmente dos “conjuntos” financiados pelo B.N. H., que eram em número de 26, com mais de 17.000 novas unidades residenciais, até dezembro de 1974, está trazendo uma alteração no microclima da cidade [...] aumentando o calor reinante na época da estiagem (julho a novembro), em virtude da forte exposição aos raios solares e do completo desabrigo da proteção vegetal em que ficam os habitantes; ao mesmo tempo, os dejetos ou o simples lixo, e mais as terras carreadas pela erosão pluvial, vão ter aos igarapés que circundam Manaus, tornando poluídos os balneários outrora muito apreciados, que faziam parte da paisagem manauense e agora estão completamente imprestáveis para a natação e o refúgio da população. Tais igarapés estão hoje reduzidos à lama. (BATISTA, 1976, p. 266)

Segundo Garcia (2004), a demanda futura de investimentos motivou a SUFRAMA a adquirir em 1978 uma gleba de 5.757 hectares adjacente à área primitiva para a implantação do Distrito Industrial (Armazém Zero do Porto de Manaus, sob a administração de uma autarquia do Ministério da Fazenda) e maior do que ela mais de três vezes, assegurando sua expansão em terras contínuas, no mesmo contexto físico-urbanístico e em etapas diferenciadas. Para tanto, a implantação teria sido baseada em estudos técnicos, cuidando de definir um padrão urbanístico capaz de preservar ao máximo o equilíbrio do ecossistema. Foi dentro dessa lógica que a SUFRAMA destinou 109,2 hectares para a criação da Reserva Ecológica Sauim-Castanheira.

Nesse contexto, o Estado teve papel decisivo para a produção do espaço urbano em Manaus convergindo com o que Oliveira (1998) descreveu sobre o histórico da urbanização no resto da Amazônia:

Desde a chegada dos europeus foram produzidas diferentes formas espaciais para servir de base de desenvolvimento de novas atividades econômicas que se chocaram com as relações sociais de produção até então existentes. Inicialmente, elas estavam fundamentadas em relações simples do homem com a natureza, de onde era retirado o necessário à sobrevivência do grupo. O espaço passou a ser penetrado e moldado por interesses distantes deles. (OLIVEIRA 1998, p. 245-246).

Nesse sentido, Oliveira (1998) afirma que uma das marcas na produção do urbano de Manaus é que, desde sua origem, a estrutura espacial (forte, povoado, vila, cidade) foi determinada por práticas que produziram espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações preexistentes, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções. Benchimol (1965) *apud* Heyer (1998) ressalta que tal fenômeno inicialmente ocorreu no século XIX com o Ciclo da Borracha, quando o fluxo migratório veio a partir da Província do Pará e do Ceará, entre 1850 e 1870.

Para Batista (1976), a transformação radical na vida de Manaus, de fato, ocorreu desde que a Zona Franca começou a funcionar em agosto de 1967. Ao que Oliveira (1998) afirma que não ter sido um processo diacrônico e que não atingiu ao mesmo tempo todos os lugares da Amazônia. Porém se configurou numa tendência que no fim do século XX revelou contradições calcadas na lógica do avanço de novas relações sociais de produção que, de um lado, introduz tecnologia, modernização dos meios de produção; e, de outro, caracteriza-se pela degradação do meio ambiente, o que significa também destruir os modos de vida. [...]. O espaço então passou a ser penetrado e moldado por interesses distantes deles.

Tal situação remonta ao mesmo panorama social vivenciado no apogeu do ciclo da borracha ao que Souza *apud* Dias (2007), p. 34, descreveu:

A capital do Amazonas deve apresentar-se digna da função de centro exportador e importador ligado ao comércio internacional. Nessa perspectiva, a ideia de projetar para o mundo a imagem de uma cidade moderna e civilizada era uma tarefa urgente que redundou na expropriação de antigos hábitos sociais e na imposição de outros segundo os padrões vigentes no mundo europeu [...].

Nesse período, segundo Filho (1998), a dinâmica socioeconômica de Manaus foi caracterizada por um significativo fluxo migratório. Para o autor, os objetivos pensados para a Zona Franca não se reverteram em desenvolvimento social para a população local já que Manaus tornou-se um polo de atração de mão de obra barata, correspondendo esse modelo a uma “alternativa” em face do declínio da exploração extrativista e da instabilidade dos preços das atividades econômicas tradicionais, o que já durava cerca de meio século (1920-1960).

Filho (1998) destaca que interioranos, migrantes de outros estados da região, com destaque para o Pará e o Acre e nordestinos como os do Estado do Ceará, vieram para Manaus sem que a cidade possuísse estrutura capaz de absorver e integrar essa população aos processos econômico e social. Muitos, segundo Batista (1976), não traziam preparo para enfrentar o tipo de vida da capital, nem tinham condições de disputar os empregos criados que demandavam mão de obra qualificada. Assim estabeleciam-se nas, cada vez mais, numerosas favelas criadas dentro e, sobretudo, na periferia de Manaus.

Segundo o autor o incremento educacional que houve à época, como o estímulo a cursos de formação técnica de nível médio tal qual o oferecido pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e superior, como os de Engenharia, Economia, Administração de Empresas entre outros oferecidos pela então Universidade do Amazonas (UA), e da então Universidade Tecnológica do Amazonas (UTAM), pode ser creditado à implantação da Zona Franca de Manaus. E paralelamente o autor (1976) também ressalta que houve mudanças em outros aspectos dos modos de vida da população de Manaus, e dá como exemplo disso o hábito alimentar: nesse período, cresceu a importação de gêneros alimentícios nacionais em relação ao consumo de produtos naturais (peixes e frutas) regionais.

Heyer (1998) verificou novas percepções adquiridas no período, mencionando que, nos *primeiros anos da Zona Franca, quando aconteceu o boom*, o amazonense já havia enjoado das canoas e sonhava com iates, e os tradicionais leques foram substituídos pelo artificialismo do ar condicionado [...]. E é nesse sentido que Scherer (2009) diz que Manaus é uma cidade que se modernizou “pelo alto” quando se refere à ilusão proporcionada pelo modelo econômico da Zona Franca implantada. É como se este tivesse possibilitado amplos direitos de cidadania a todos, quando na realidade, segundo a autora, o que existiu na região foi um grave contraste visualizado no desemprego, na pobreza e na miséria de segmentos expressivos da população, vivendo em situações de vulnerabilidade social [...].

Machado *et al* (2006) ressalta a constatação de que a ZFM se firmou como o único paradigma de desenvolvimento regional herdado do período dos governos militares e ao qual pode ser creditado como *capacidade de metamorfose e adaptação* da ZFM, na medida em que aquelas transformações se impunham.

São exemplos desse panorama os Bairros Coroado e, Japiim e Petrópolis (entre as zonas sul e leste de Manaus), que compõem os limites diretos do perímetro da Unidade de Conservação em questão, a APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS. Esses bairros tiveram seu processo de formação diretamente ligado à perspectiva de empregos oferecidos pela Zona Franca de Manaus e especialmente no Polo Industrial instalado nas adjacências. Foi principalmente nesse contexto que se consolidou a urbanidade tal como ela se encontra nas zonas centro-sul e leste de Manaus.

Como exemplo de impactos negativos da ocupação e da expansão urbana nessas áreas, Oliveira (2003) cita as faixas marginais dos canais urbanos em Manaus, as quais se encontram totalmente ocupadas. Os moradores de municípios do interior do Estado do Amazonas – e mais recentemente das áreas periféricas – se deslocaram para as áreas centrais da cidade. Em estudo, Rabelo (2016) constatou que 40% dos moradores da Bacia do Quarenta são de Manaus; e 37%, do interior do Estado.

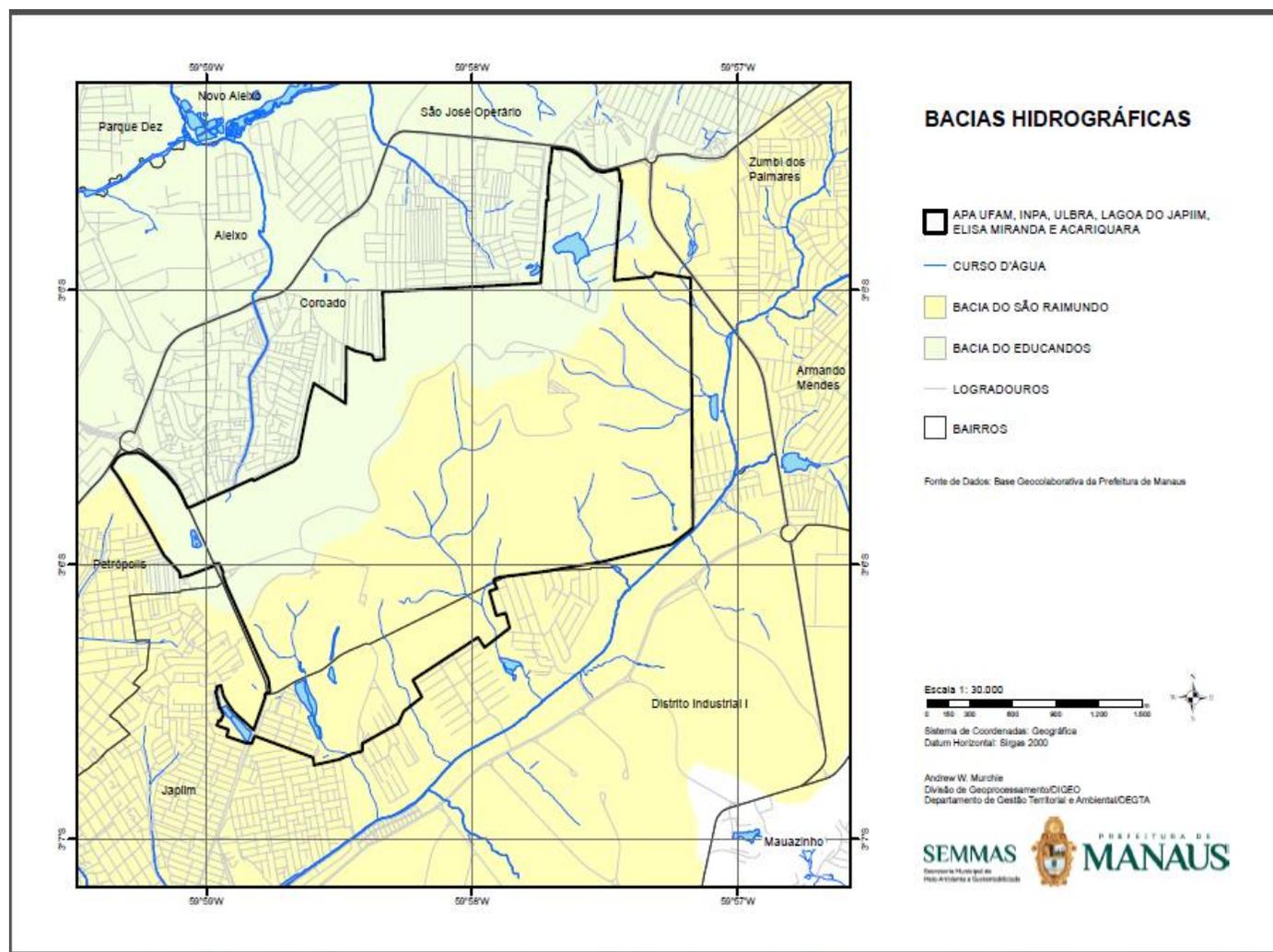


Figura 2: Divisão geográfica da APA pelas Bacias Hidrográficas de São Raimundo e Quarenta.
FONTE: PMM – SEMMAS, 2019.

Assim, no contexto geográfico, a delimitação da APA é dividida hidrograficamente pelas Bacias do São Raimundo (porção norte) e pela Bacia do Igarapé do Quarenta (porção sul). Segundo o IBGE (2010) os bairros que compõem os limites diretos da APA somam 215.103 pessoas.

Sobre a delimitação da área como Unidade de Conservação, devem-se destacar alguns aspectos: os atributos ambientais ali identificados, o motivo da escolha da categoria, os principais atores envolvidos no processo, assim como a principal parcela da população de Manaus a ser afetada com sua implantação. Segundo Rodrigues *et al* (2010), verifica que, por se localizarem geograficamente tanto em terras públicas quanto privadas, as APA surgem como uma alternativa aos altos custos de desapropriação de terras para criação de áreas protegidas no território nacional, especialmente nas zonas urbanas, tornando-se peça fundamental dentre os instrumentos de proteção ambiental. Tanto que esse argumento se encontra nos autos do Processo n.º 2011.2207.2887.04741, que trata da criação da Unidade de Conservação. Desse modo, é possível aproximar-se dos aspectos relativos ao seu processo de legitimação como área protegida.

A criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Amazonas está prevista no artigo 28 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei Complementar 053/2007). Atualmente há doze APAs decretadas cobrindo uma área de 1.703.925,67 hectares. Destas, seis foram decretadas pela Prefeitura de Manaus e, portanto, são Unidades de Conservação no âmbito municipal e abrangem uma área de 36.883, 215ha, que representa 3,23% da cidade de Manaus envolvendo as zonas urbana e rural.

A Área de Proteção Ambiental UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS foi criada por meio do Decreto Municipal n.º 1.503, em 27 de março de 2012, composta pelos nomes de Instituições e Conjuntos Habitacionais num contexto de avanço de ocupações irregulares em todas as zonas da cidade. À época, o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Marcelo José de Lima Dutra, a criação de Áreas de Proteção Ambiental pelo Município, (Unidades de Conservação de Uso Sustentável) foi uma estratégia de conservação em longo prazo, pois a ocupação orquestrada por grupos organizados punha em risco muitos ecossistemas remanescentes conservados da capital. Era o último ano da gestão de Amazonino Armando Mendes na Prefeitura de Manaus (2009 a 2012). Ao mesmo tempo foram criadas outras quatro Áreas de Proteção Ambiental pela Prefeitura em áreas compreendidas em outras zonas da cidade.

O ideal seria que o processo de criação de uma APA, assim como de qualquer outro tipo de Unidade de Conservação, começasse a partir de uma demanda da comunidade por proteger uma determinada área com valores e atributos ambientais considerados de importância para a coletividade. Mas, na verdade, as demandas têm surgido mais por iniciativas do Poder Público Federal, Estadual e Municipal do que da sociedade civil (IBAMA, 1997).

No entanto o Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente relata que a Comunidade do Conjunto Habitacional Acariquara já manifestava a vontade de tornar o perímetro do Conjunto e adjacências uma área de relevante interesse ecológico, o que convergiu com o interesse de dar um caráter protetivo para todo o perímetro delimitado.

De fato, todo o processo de criação da Unidade de Conservação também contou com o aceite das Instituições que atualmente lhe deram o nome inicial (UFAM, INPA e ULBRA) de modo que todos mantêm representantes em seu Conselho Gestor. Do perímetro delimitado, excluindo as áreas pertencentes às Instituições de Ensino e Pesquisa e dos conjuntos habitacionais, há um Parque Urbano, localizado no Conjunto 31 de Março, que, quando de sua inauguração, recebeu o nome de *Lagoa do Japiim*, este alusivo ao nome do Bairro.

Ambientalmente, a área compreendida pela APA é caracterizada por um dos maiores fragmentos florestais em área urbana do Brasil. Compõe-se por floresta ombrófila densa e de campinaranas em relativo bom estado de conservação. Sua prestação de serviços ecossistêmicos é bastante relevante: preservação de várias nascentes, abrigo de espécies de fauna e flora representativas da Região Amazônica, incluindo uma espécie endêmica da Região Metropolitana de Manaus, o primata (*Saguinus bicolor*), presente na Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, na categoria criticamente em perigo de extinção pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA (BRASIL, 2014), entre outras. A área florestada divide-se em dois fragmentos, sendo um de grande extensão (~700 ha), composto pelas áreas da UFAM, ULBRA, Eliza Miranda e Acariquara; além de outro fragmento menor (13ha), o *Campus* II do INPA, o qual se encontra isolado pela Avenida Rodrigo Otávio.

Portanto a conectividade da APA com outras áreas florestadas é de extrema importância para a manutenção do fluxo gênico entre populações de várias espécies, a fim de garantir sua perenidade.

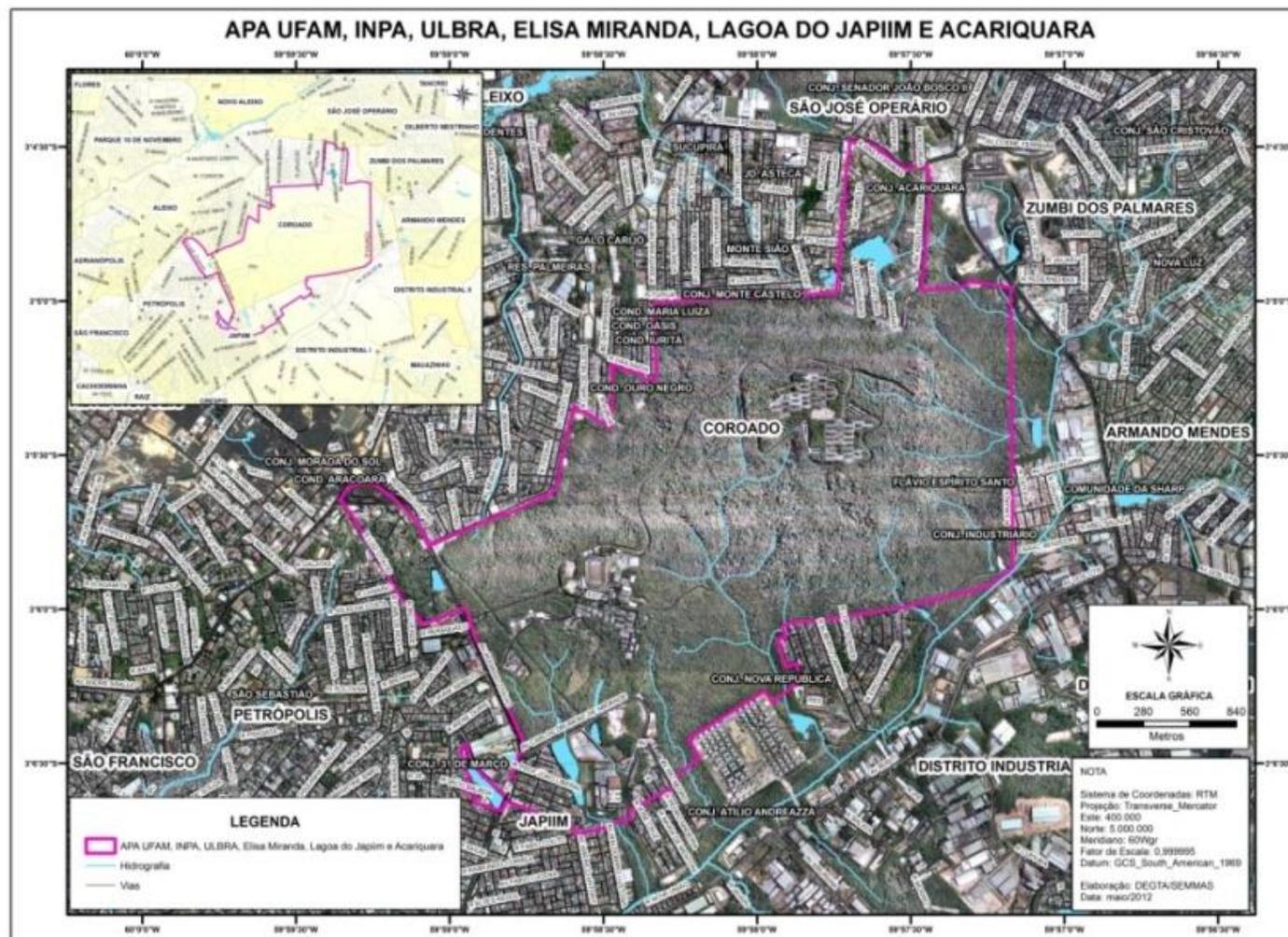


Figura 3: Delimitação geográfica do perímetro da APA

FONTE: PMM - SEMMAS, 2019.

Urbanisticamente a APA encontra-se localizada na região classificada no Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus como *Setor Urbano 05*, cujo uso do solo é diversificado, de verticalização baixa e densidade média, visando à manutenção das atividades existentes, à integração de atividades comerciais, de serviços e industriais, compatíveis com o uso residencial, compreendendo os bairros Raiz, Japiim, Petrópolis, São Francisco e Coroadó. Nesse setor estão três importantes corredores urbanos: Aleixo, Autaz-Mirim e Rodrigo Otávio.

Segundo declaração do Departamento de Áreas Protegidas, da SEMMAS, os benefícios da conservação dos seus recursos naturais, no entanto, abrangem a cidade como um todo, uma vez que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental. Porém estes têm sido pressionados pelas intervenções antrópicas – desmatamento, fragmentação, impermeabilização do solo, queimadas, supressão de mata ciliar, entre outros, o que tem contribuído para a perda da biodiversidade local.

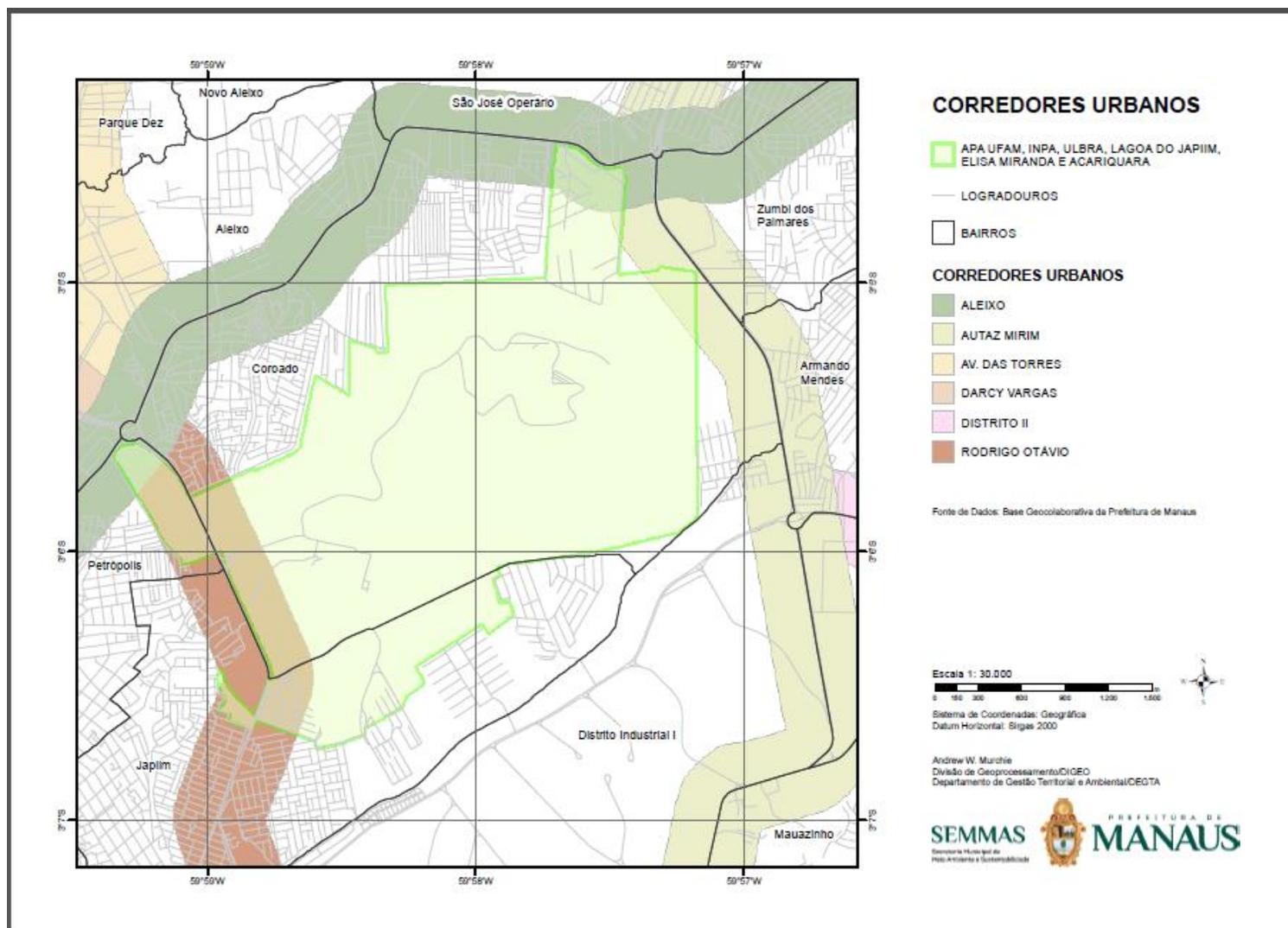


Figura 4: Localização geográfica da APA em relação aos corredores urbanos.

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

1.2. SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DOS BAIRROS DE INFLUÊNCIA DA APA

Como já anteriormente citado, o perímetro da Unidade de Conservação deu-se em meio aos bairros Coroado, Japiim e Petrópolis, que tiveram seu processo de consolidação contemporânea à instalação do PIM. Assim, far-se-á aqui uma breve descrição desses bairros e das áreas componentes da APA.

BAIRROS QUE COMPÕEM A APA

Bairro Coroado

Segundo o histórico oficial, a formação do Bairro Coroado deu-se no período da recém-instalada Zona Franca de Manaus no fim da década de 1960 e início dos anos 1970. A perspectiva de empregos nas empresas e no comércio atraiu pessoas das mais diversas áreas da capital e do interior do Estado. A ocupação das terras da Universidade por esses grupos marcaria a expansão da cidade para a zona leste de Manaus.

À época, inspirado no grande sucesso da novela *Irmãos Coragem* e na liderança de João Correia Barbosa, o movimento de ocupação de terras da Universidade do Amazonas denominou a área de *Coroado*, nome da cidade em que se passava o enredo da trama global. E o senhor João Barbosa recebeu o popular apelido de *João Coragem*, alusivo ao herói da referida história. O registro do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Coroado – CDCC – estima que cerca de 250 famílias atuaram na derrubada das árvores da imensa floresta, na demarcação dos terrenos e na fabricação de carvão. Suas casas seriam construídas aproveitando árvores derrubadas da floresta. Apesar de ter havido forte enfrentamento entre o poder público e os ocupantes pela reintegração de posse da área, no início da década de 1980, o governo do Estado do Amazonas, na gestão de José Lindoso, ressarciu a Universidade do Amazonas com o valor de \$14,000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) e doou os lotes aos ocupantes consolidando o processo de estabelecimento do bairro. É no Bairro Coroado que estão duas áreas importantes da APA. O *campus* da Universidade Federal do Amazonas e o Conjunto Habitacional Acariquara.

Bairro Japiim

Segundo Santana (2008):

Antes mesmo de ser efetivamente povoado, sua área possuía uma imensa urna, que atraía o interesse dos moradores mais próximos e dos simpatizantes de caçadas a pequenos animais e do aprisionamento de pássaros com emprego de arapucas e gaiolas, além dos que não dispensavam as bucólicas pescarias nos diversos cursos d'água que o entrecortavam. (SANTANA, 2008):

A presença expressiva dos pássaros de plumagem preta e amarela então existentes, cujos ninhos representam a forma de pequenos sacos pendurados no alto das árvores, deu origem ao nome do bairro. Segundo o autor, o bairro do Japiim tem suas origens em torno do conjunto residencial 31 de Março, construído pela antiga Cohabam (Companhia Habitacional do Amazonas), que, na época, no fim da década de 1960, geria a política habitacional do governo estadual, com recursos da União. O nome 31 de Março foi escolhido para homenagear a data da Revolução de 1964, ou Golpe de Estado, que levou os militares ao poder, entretanto o conjunto só foi inaugurado em 1970, quando foi acessível aos moradores, depois de sorteado pela agência governamental.

No perímetro da APA, encontra-se ainda a área conhecida como *Morro da Preguiça* ou *Morro da Lamparina*, por estar no local mais elevado do bairro. A aproximação do bairro Japiim com o Distrito Industrial fizera que se desenvolve muito nos últimos anos. No Bairro Japiim, encontram-se, além do Conjunto 31 de Março, o Conjunto Atílio Andreazza, a área de identificação do Sítio Arqueológico Japiim, a ULBRA e o Parque Senador Arthur Virgílio.

Bairro Petrópolis

De acordo com os registros históricos o Bairro Petrópolis teve sua fundação em 1951, com a participação do Coronel Alexandre Montoril, que foi quem o denominou com o respectivo nome por conta do relevo semelhante com o do município de Petrópolis por ele percebido. A essa época as habitações eram na maioria de madeira, e as pessoas bebiam água de cacimba, pois não havia água encanada, saneamento, luz elétrica e outros equipamentos sociais. Serviam-se, também, do límpido Igarapé do Segundo, nos limites com o bairro de São Francisco.

Apenas no início da década de 1960, o bairro começou a receber as primeiras melhorias quanto às suas infraestruturas.

A LOCALIZAÇÃO, A ESPACIALIDADE E O PAPEL DE CADA ÁREA COMPONENTE DA APA

O nome atual da APA é composto pelas denominações de seis áreas representativas de seu perímetro, mas não são apenas elas que a compõem. O loteamento 31 de Março e o Conjunto Habitacional Atílio Andreazza, além de parte da área verde do Conjunto Nova República, também se encontram aí incluídas. De forma a seguir a ordem dos nomes componentes a denominação atual da UC, aqui se fará uma explanação sobre a ocupação da área de seu perímetro identificando a finalidade do uso do solo assim como sua função social no espaço urbano de Manaus.

Da mesma forma, no que toca às outras áreas, far-se-á a descrição daquelas que não compõem a denominação (loteamento 31 de Março e os Conjuntos Habitacional Atílio Andreazza além de parte da área verde do Conjunto Nova República), mas que são partes importantes do contexto socioambiental da APA.

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Segundo publicação oficial da instituição 1909 UFAM (2015), entre as dificuldades para a operacionalização da ZFM estava a de pessoal qualificado em nível superior para ocupar novos postos de trabalho, o que trouxe a necessidade de implementação de cursos em novas áreas do conhecimento, tanto científico quanto tecnológico e humano.

Foi nesse contexto histórico de reformulação da política econômica da Amazônia que ocorreu a criação da Universidade do Amazonas, em evolução à instituição que inicialmente fora chamada de Escola Universitária Livre de Manaus.

O ato de criação como Universidade do Amazonas foi assinado pelo Presidente João Goulart, por meio da Lei 4.069 – A, no dia 12 de junho de 1962, com publicação no Diário Oficial da União, em 27 de junho do mesmo ano. A autoria do projeto coube ao então Deputado Federal Arthur Virgílio Filho do Carmo Ribeiro Filho (1909 UFAM, 2015, p. 61).

Já em 20 de junho de 2002, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.468, denominando a instituição de Universidade Federal do Amazonas. Tal projeto teve a autoria do então Senador José Bernardo Cabral.

O *Campus* Universitário da UFAM é localizado na Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200, Bairro Coroado I, numa área de floresta remanescente de 6.004.222,70m². Desde a década de 90, vários estudos têm sido realizados em seu perímetro. Dentre eles podem ser destacados aqueles sobre a topografia, as características físico-químicas dos solos e as espécies de flora e fauna (Marcon *et al.* 2012).

A área construída corresponde a cerca de 35% do projeto arquitetônico original, de autoria do arquiteto Severiano Mário Porto, que lhe rendeu menção honrosa, em 1987, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ). As primeiras construções na área denominada de *minicampus* foram destinadas à Faculdade de Educação Física, ao Instituto de Ciências Exatas e ao Instituto de Ciências Biológicas a partir de 1976. (UFAM, p. 93).

Segundo a publicação (UFAM, p. 93), dificuldades financeiras impuseram lentidão nas construções do *campus*. Por conta disso as construções do seu setor norte somente teriam início em 1981; e nos seguintes os primeiros pavilhões de salas de aula foram concluídos. Em 1992, na administração de Marcos Barros, a administração maior da Instituição instalou-se no *campus*.

No decorrer dos anos outros pavilhões foram sendo construídos; as unidades acadêmicas que se encontravam funcionando no centro da cidade foram instalando-se ali, assim como outros cursos. Atualmente, a quase totalidade das unidades que compõem a Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, está instalada no *Campus* Universitário.

Por possuir um fragmento florestal de grande porte, o *campus* universitário da UFAM em Manaus apresenta grande biodiversidade. Já foram registradas mais de 20 espécies de palmeiras, mais de 30 espécies de orquídeas e mais de 120 espécies de árvores. Quanto à fauna, existem registros de mais de 30 espécies de anuros (sapos, rãs e pererecas) e mais de 30 espécies de peixes, além de mais de 50 espécies de aves e diversas espécies de mamíferos típicas da fauna amazônica como preguiças, pacas e primatas, com ênfase na espécie *Saguinus bicolor*, o sauíim-de-coleira (MARCON *et al.* 2012).

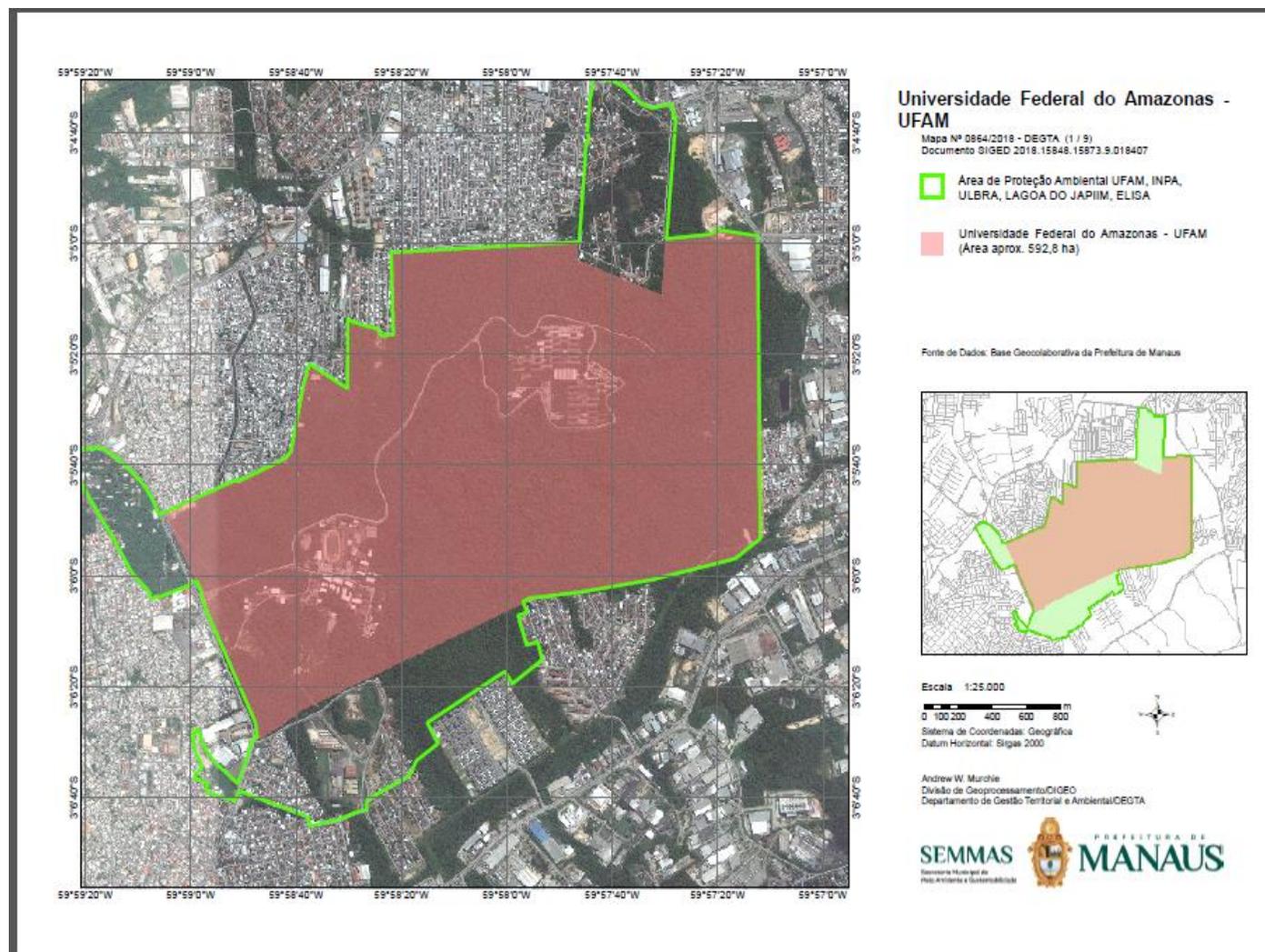


Figura 5: Perímetro geográfico da UFAM em relação à APA.
 FONTE: PMM – SEMMAS, 2019.

.Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Criado em 1952 e implementado em 1954 – no governo de Getúlio Vargas –, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) é contemporâneo à instalação do Distrito Industrial de Manaus e à ocupação da zona centro-sul de Manaus. Segundo o canal oficial da Instituição, os primeiros anos do INPA foram caracterizados por pesquisas, levantamentos e inventários de fauna e de flora, do meio físico e das condições de vida da Região Amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional.

Atualmente, o INPA é referência mundial em biologia tropical. Hoje, o desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. (<http://portal.inpa.gov.br/index.php/institucional>)

A parte do INPA que compõe a APA é o seu *campus* II, de aproximadamente 18h. É onde se encontra o Bosque da Ciência, localizado na Av. Otávio Cabral, bairro Petrópolis. Para a área do Bosque foram destinados aproximadamente 130 mil metros; para tornar seu percurso mais dinâmico, foram criadas as trilhas de acesso aos atrativos que compõem o local, possibilitando ao visitante obter mais informações em relação à fauna, à flora e aos ecossistemas amazônicos existentes. O espaço foi inaugurado em 1.º de abril de 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como parte das comemorações do 40.º aniversário da instituição a fim de abrir as portas do Instituto ao público. Segundo o *site* da instituição, o Bosque foi projetado e estruturado para fomentar e promover o desenvolvimento seu programa de Difusão Científica e de Educação Ambiental, procurando manter, ao mesmo tempo a integridade física da área e aspectos da flora e da fauna local.

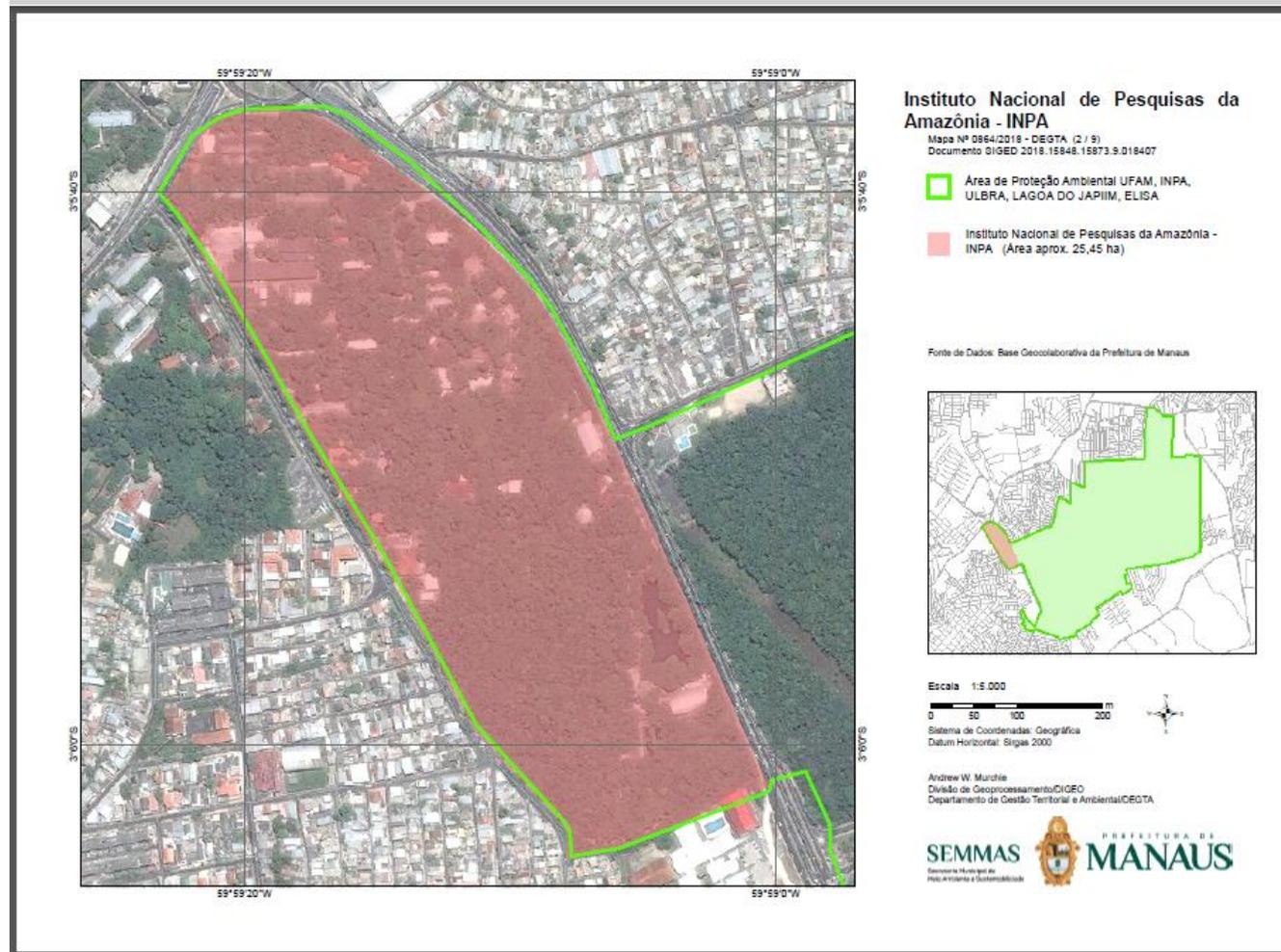


Figura 6: Perímetro geográfico do Campus II do INPA em relação à APA.

FONTE: PMM - SEMMAS, 2019.

Centro Universitário Luterano do Brasil – CEULM/ULBRA

O histórico oficial da Ulbra Manaus é de que a instituição foi instalada na capital do Estado do Amazonas no ano de 1992; portanto atua há mais de 27 anos, dividindo-se em Colégio Concórdia: Ensino Infantil, Fundamental e Médio; Polo EAD – Ensino a Distância –; e Centro Universitário Luterano de Manaus, mais conhecido como Ulbra Manaus. Atualmente, a IES possui 11 Graduações Presenciais; 04 Pós-Graduações Presenciais e 20 Graduações e 20 Pós-Graduações no Ensino a Distância. Todos os cursos são reconhecidos pelo MEC e contemplam as principais exigências do mercado de trabalho, capacitando seus estudantes para o pleno desempenho de suas atribuições na carreira escolhida.

No *campus* da Ulbra Manaus alunos do Colégio e acadêmicos usufruem de 40 laboratórios, espaços para estudo individual e em grupo, projetos de pesquisa e extensão, prática e visitas técnicas em empresas do Polo Industrial, inclusão social e desenvolvimento comunitário, além do incentivo à inovação e ao empreendedorismo por meio da Incubadora Tecnológica da Ulbra (ULBRATECH).

Pelo que consta atualmente na base de dados da Prefeitura de Manaus, geograficamente grande parte da área de instalação do *campus* da ULBRA (pelo menos 80%) encontra-se sobreposta ao perímetro do Conjunto Atílio Andreazza.

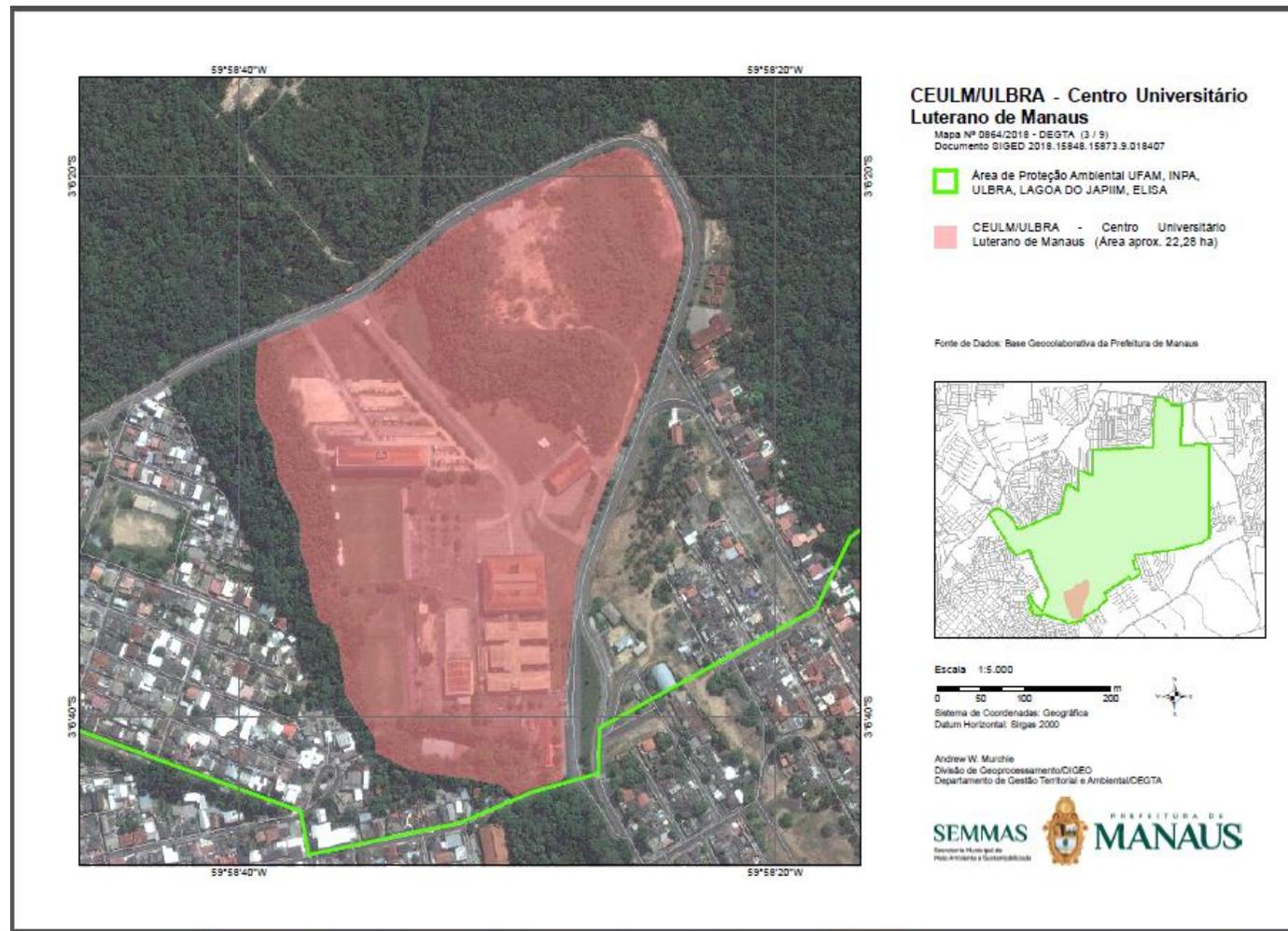


Figura 7: Perímetro do CEULM/ULBRA em relação à APA

FONTE: PMM – SEMMAS.

Loteamento 31 de Março e Parque Senador Arthur Virgílio

Está localizado no Bairro Japiim. Surgiu a partir da divisão do bairro Japiim, em 1992. Apesar de ter sido emancipado dele, voltou a integrá-lo em 1999. E é onde se encontra o Parque Senador Arthur Virgílio Filho.

O Parque está localizado na Avenida General Rodrigo Otávio, no loteamento 31 de Março, Bairro Japiim II; a área de aproximadamente 41 mil metros quadrados, onde viria a ser instalado o Parque, estava à mercê do mau uso sendo espaço para a incidência de graves problemas para a população. Oriunda de uma propriedade privada abandonada, ali era um conhecido ponto de venda de drogas e de outros atos de marginalidade. A lagoa que existe no parque era um depósito de esgotos. Mais de 400 casas que ficavam no entorno do parque despejavam os esgotos diretamente na lagoa, sem haver qualquer tipo de tratamento.

Revitalizada a área, com projeto paisagístico e sistema de tratamento de resíduos, o parque urbano municipal foi inaugurado e entregue à população de Manaus em 27 de dezembro de 2008. Inicialmente recebeu o nome de *Parque Lagoa do Japiim*, alusivo ao pássaro japiim (*Cacicus chrysopterus*), que também dá nome ao bairro.

Em 2015, o nome do Parque sofreu modificação aprovada pela Câmara Municipal de Manaus (Projeto de Lei (PL) n.º 295/2014) passando a se chamar *Parque Lagoa Senador Arthur Virgílio Filho*, em homenagem ao eminente político amazonense

O homenageado era Bacharel em Direito. Virgílio Filho lutou pela criação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Em 1945, ingressou na vida pública, sendo eleito deputado estadual, em 1947, e reeleito em 1950. Oito anos depois, foi eleito deputado federal. Em 1962, foi eleito para o Senado. Em 1987, morreu de câncer, no Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mesma data em que o bairro Japiim comemora aniversário. (SEMMAS, 2015)

As estruturas físicas do Parque são a área de convivência, que inclui o anfiteatro e banheiros públicos, prédio da administração, *playground* e academia ao ar livre.

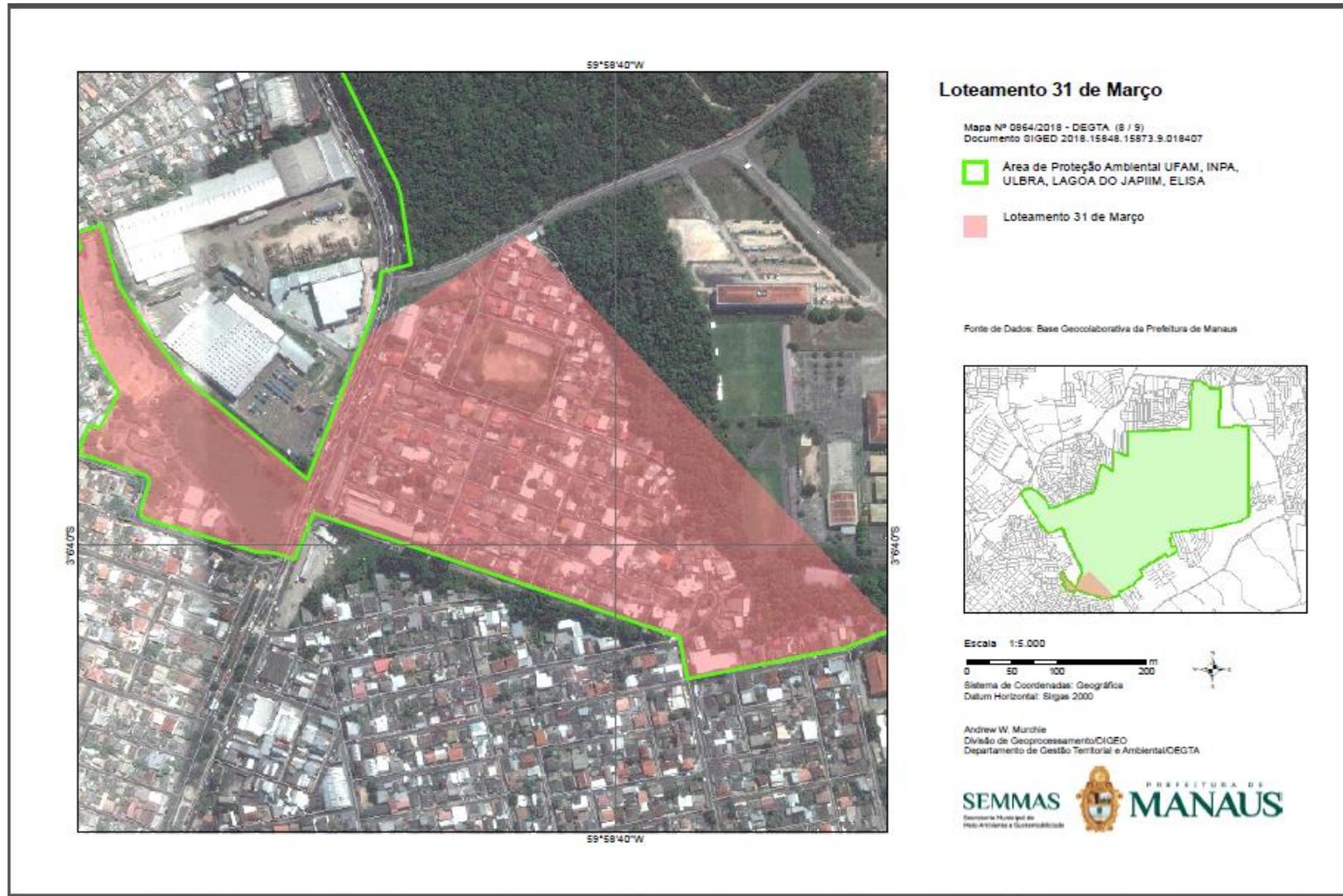


Figura 8: Perímetro do Parque Senador Arthur Virgílio e Loteamento 31 de Março em relação à APA.

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

Conjuntos Habitacionais

Além do Conjunto 31 de Março no qual está inserido o Parque de Uso Público Senador Arthur Virgílio Filho, outros quatro conjuntos fazem parte do perímetro da APA.

Conjunto Atílio Andreazza

Apenas parte de seu perímetro encontra-se dentro da APA. Seu projeto aprovado na Prefeitura é de 22/05/1981. É no Conjunto Atílio Andreazza que se encontram os elementos identificados do Sítio Arqueológico Japiim, e suas unidades habitacionais foram construídas para alojar os funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Conjunto Acariquara

O Conjunto Acariquara está localizado na Alameda Cosme Ferreira, no Bairro Coroado. Foi loteado para alojar os servidores da UFAM. Seu projeto aprovado na Prefeitura é de 29/09/1983. É o único a ter representatividade no Conselho da APA desde seu primeiro mandato.

Conjunto Nova República

A parte do Conjunto Nova República que compõe o perímetro da APA é uma porcentagem de sua área verde. Seu projeto foi aprovado em 29/06/2000.

Conjunto Elisa Miranda

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Conjunto Elisa Miranda teve sua denominação referendado no nome da APA pelo fato de seu projeto inicial ter parte de suas áreas verdes dentro da delimitação da Unidade de Conservação. Porém, pelo projeto atual, o Conjunto encontra-se totalmente implantado fora da delimitação de seu perímetro. Teve seu projeto aprovado em 17/08/2004.

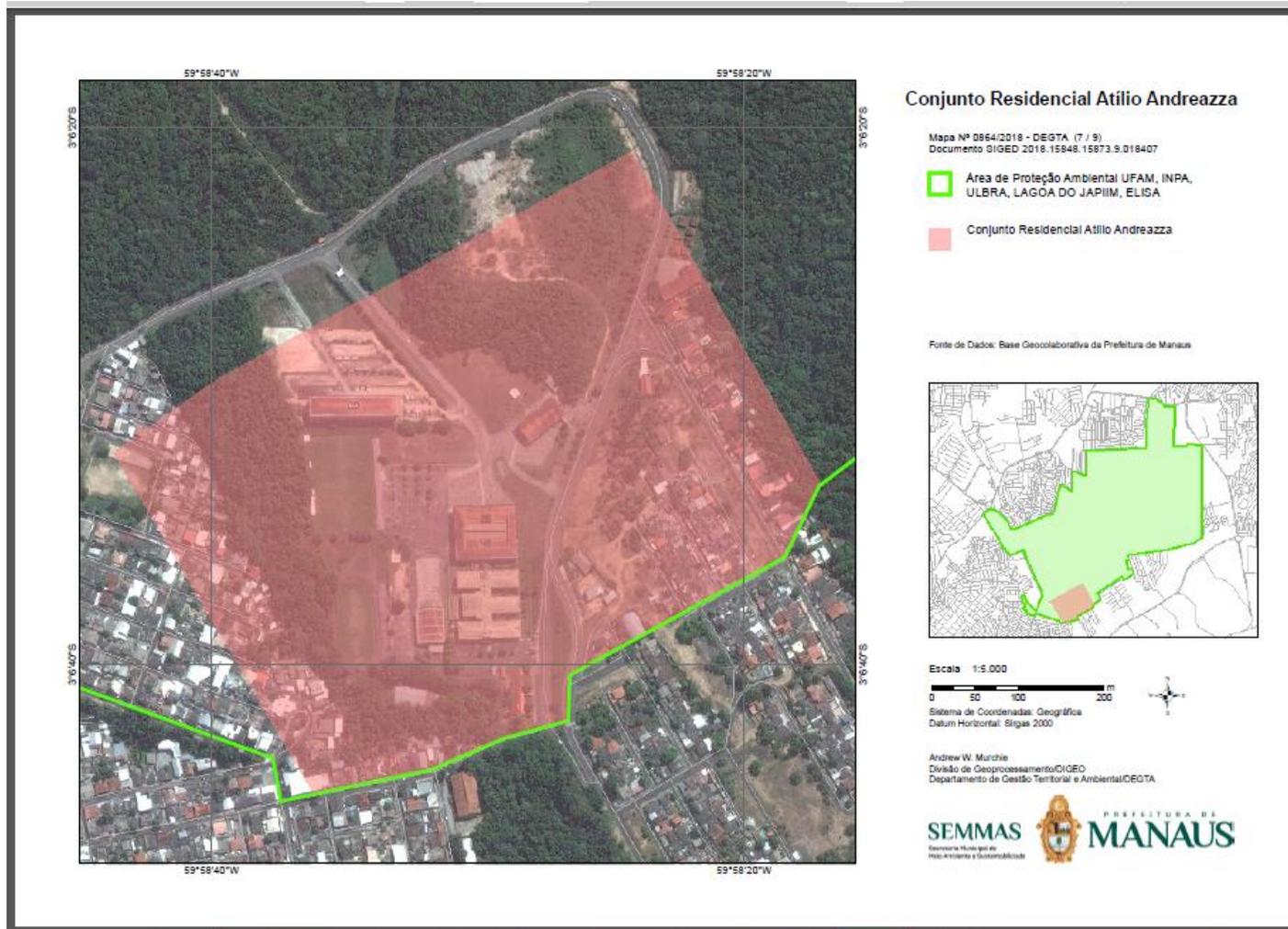


Figura 9: Perímetro do Conjunto Atílio Andreazza em relação à APA

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

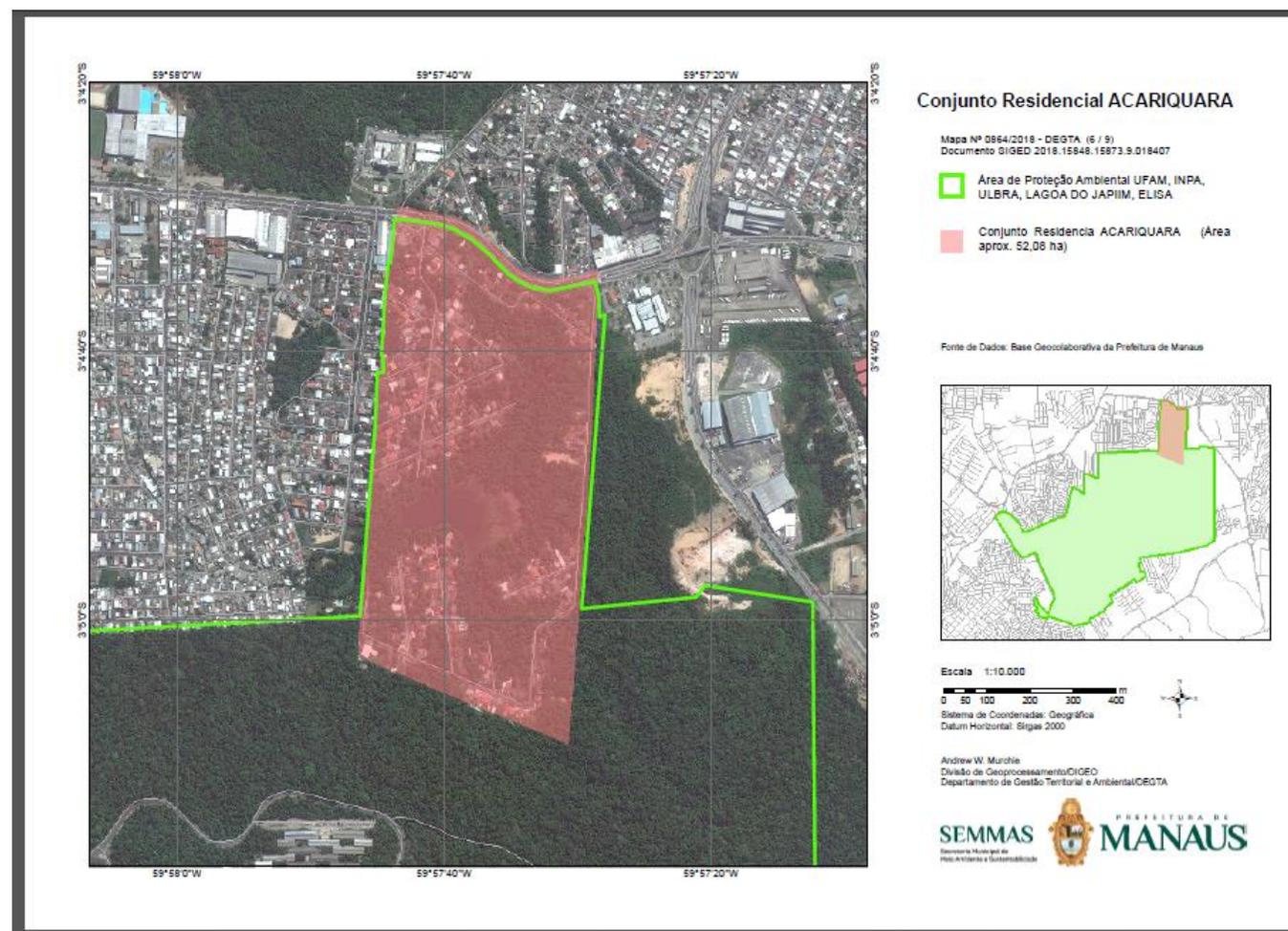


Figura 10: Perímetro do Conjunto Acariquara em relação à APA.

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

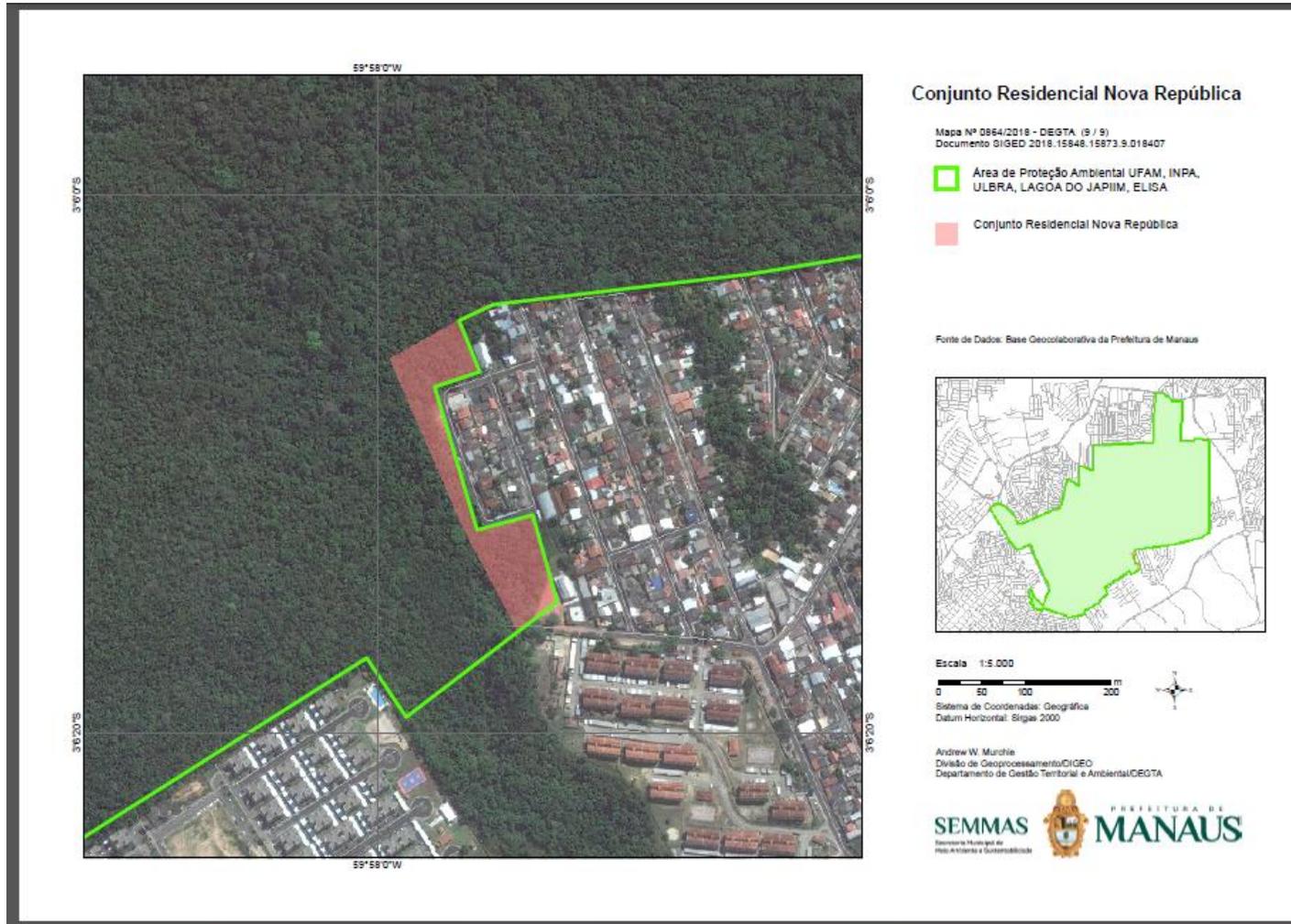


Figura 11: Perímetro do Conjunto Nova República em relação à APA

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

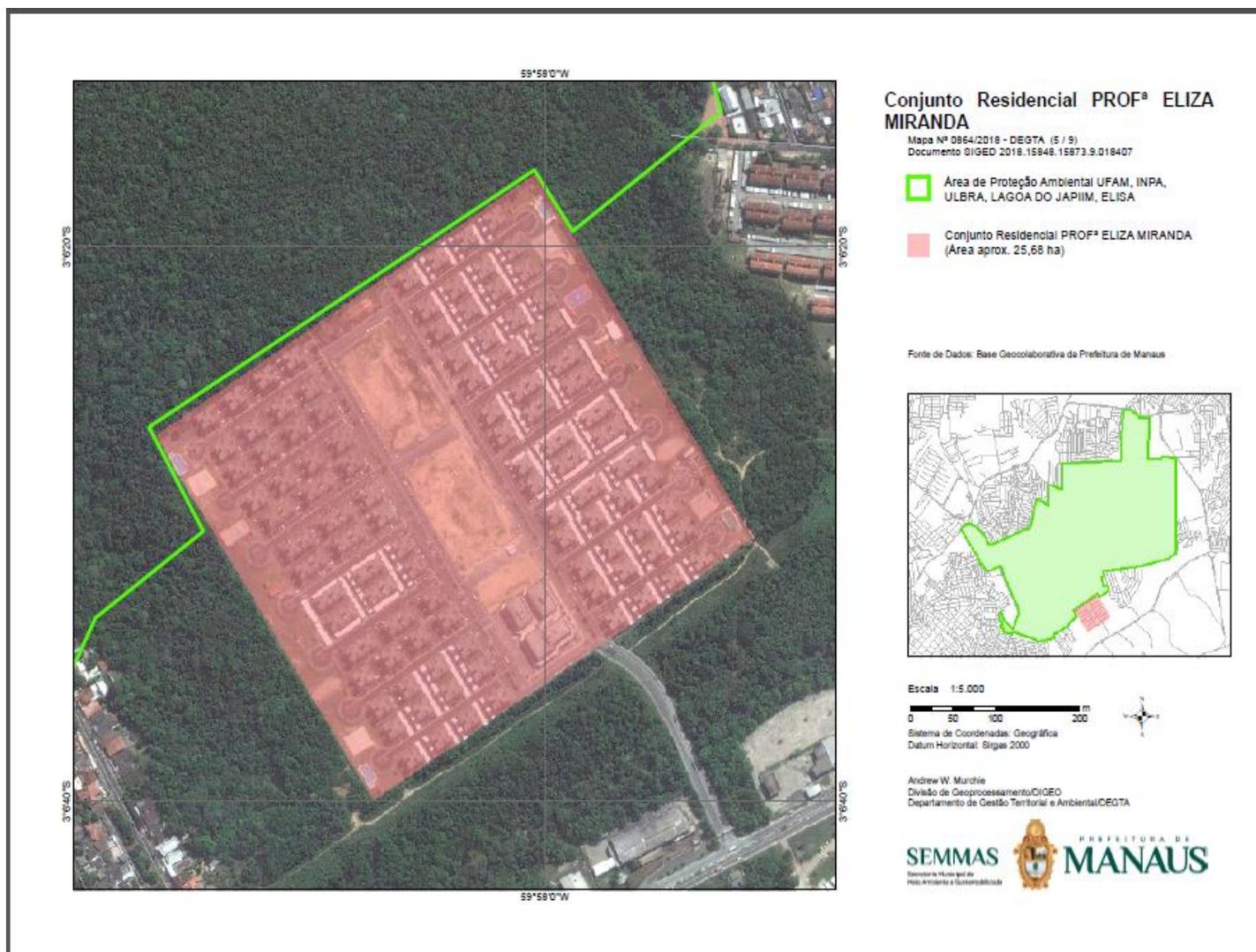


Figura 12: Perímetro do Conjunto Elisa Miranda em relação à APA

FONTE: PMM – SEMMAS, 2019

ASPECTOS LEGAIS DA GESTÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. A Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e tem entre seus objetivos:

- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas, de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental (BRASIL. LEI 9.985/2000).

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Natural; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

II - Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

GOUVÊA (1985) *apud* IBAMA (1997) faz o seguinte esclarecimento sobre as diferentes categorias de Unidade de Conservação:

Cada unidade de conservação tem objetivos específicos, definidos em função das características do ecossistema em questão e da destinação que se pretende dar a ele. Esses objetivos delimitam diferentes níveis de restrições quanto ao uso dos recursos naturais, [...] percorrendo toda uma gama de limitações que vão desde a proibição total de sua utilização (...), passando por categorias de manejo em que já se permite a pesquisa científica, outras em que se possibilita o uso recreativo e turístico, chegando a unidades de conservação que admitem até alguma forma de exploração econômica. (IBAMA, 1997).

A gestão integrada e participativa das Unidades de Conservação passou a contribuir como instrumento de ordenamento territorial em nosso País. Esse processo de democratização está em andamento em praticamente todas as categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Brasil. Diferentemente daquelas do grupo das de Proteção Integral – no qual o uso dos recursos naturais é apenas indireto –, nas de uso do Grupo de Uso Sustentável, os recursos naturais podem ser acessados para variadas finalidades que a sociedade demandar.

O termo Área de Proteção Ambiental foi inserido no Brasil por meio da Lei nº 6.803/80, que dá providências sobre o Zoneamento Industrial, no contexto da elaboração da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 9.638/1981). Os modelos de concepção e objetivos das Áreas de Proteção Ambiental foram inspirados nos Parques Naturais de Portugal e da França propiciando o manejo do ambiente pelo homem. Garantir a perenidade dos recursos naturais renováveis, dos processos e demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável convergiria com o termo *Desenvolvimento Sustentável*, que ganhava força no cenário de discussões à época. Quanto à conotação do termo que dá nome à categoria, o Roteiro Metodológico para a gestão esclarece:

O entendimento do conceito de APA tem evoluído no decorrer dos anos. Inicialmente, os fundamentos que acompanharam as propostas de criação das primeiras APA eram bastante rígidos, como também o eram os seus zoneamentos. Assim sendo, assemelhavam-se mais a um Parque ou a outras categorias mais restritivas. Por exemplo, na APA da Bacia do Rio Descoberto (DF), uma das primeiras que foram criadas, a IN 10, que estabelece normas de sua implantação, proíbe novas ocupações urbanas, ou loteamentos com características urbanas, em toda a APA, exceto na zona delimitada pelo perímetro urbano da cidade de Brazilândia nela contida, que, contudo, não poderá ser expandido (IBAMA, 1997).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000) descreve assim a APA em seu Artigo 15:

[...] área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

As APAs podem ser criadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, segundo a própria necessidade e interesse em proteger um ou mais atributos ambientais de relevância socioambiental. Salvaguardadas as devidas restrições, podem ser implementadas todas as atividades que a ação humana demandar. Esse fato, por vezes, tem-nas colocado em certo desprestígio em relação às outras categorias de Unidade de Conservação por expor em demasia seus ecossistemas e suas manifestações culturais locais a riscos e a perdas.

Porém o que se preceitua no Roteiro Metodológico do IBAMA para a gestão de APA (1997) é que o que deveria determinar o nível das restrições de uso é a capacidade de suporte de cada área. Então, teoricamente, acredita-se que o que se

deveria limitar não é tanto o que fazer, mas sim o como ou o quanto fazer. Por isso a elaboração de seu Plano de Gestão deve conter regras protetivas eficientes em mitigar os impactos das diferentes atividades a serem instaladas. Impactos (com frequência negativa) não se restringem aos seus recursos naturais, mas também se estendem ao patrimônio imaterial.

Por se localizarem geograficamente tanto em terras públicas, quanto em áreas privadas, as APA surgem como uma alternativa aos altos custos de desapropriação de terras para criação de áreas protegidas no território nacional, tornando-se peças fundamentais dentre os instrumentos de proteção ambiental para Rodrigues *et al*, (2010), especialmente nas zonas urbanas.

A criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Estado do Amazonas está prevista no artigo 28 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei Complementar 053/2007). Atualmente há doze APA decretadas em todo o Estado cobrindo uma área de 1.703.925,67ha. Destas, seis foram decretadas pela Prefeitura de Manaus abrangendo sua zona urbana e rural. Juntas, somam 36.883,215ha da cidade representando 3,23% do território municipal. Essas Unidades de Conservação decretadas na zona urbana somam-se a outras cinco áreas protegidas entre UC de proteção integral e de uso sustentável, com um papel fundamental na proteção da natureza, da fauna e da flora.

O enfoque aqui é em relação à categoria Área de Proteção Ambiental, Unidade de Conservação de uso sustentável, onde é identificado o Sítio Arqueológico Japiim.

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS –, constante no processo 2011/2207/2887/04691, a criação dessa Área de Proteção Ambiental, assim como das outras quatro decretadas no mesmo dia, deu-se pelo forte impacto da ocupação urbana e por toda a sorte de problemas ambientais ao passo em que, por ausência de recursos orçamentários do município, visualizava-se a inviabilidade legal de proteção de áreas e de fragmentos florestais da zona urbana de Manaus como Unidades de Conservação de categoria de proteção integral.

Segundo esse documento as razões para a criação da Área de Proteção Ambiental apoiaram-se no fato de que esta é uma categoria de Unidade de Conservação voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. Essa característica marcante possibilita a manutenção da propriedade privada e do estilo de vida tradicional da região, onde programas de

proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras. Essa estratégia estaria compatível com a realidade brasileira no Poder Executivo, uma vez que a falta de recursos financeiros para a desapropriação de terras limita a implantação e a consolidação de outros programas de conservação de proteção integral, pois a adoção das providências de regularização e de desapossamento ou desapropriação de propriedades privadas é um processo complexo e demorado.

A remanescência de ecossistemas nessa região da zona centro-sul de Manaus é fundamental para a qualidade de vida da população pelos serviços ambientais prestados, já que os bairros que ali fazem limite direto não previram áreas para desempenhar essa função quando de seu processo de consolidação. Uma questão importante com a criação dessa APA foi a de conferir *status* de área protegida para a floresta abrangida pela Universidade Federal do Amazonas, uma vez que, mesmo apresentando uma área representativa, não possuía proteção determinada por um instrumento legal.

Considerando os objetivos da criação da Unidade de Conservação, e para dar prosseguimento ao seu processo de implementação de acordo com o estabelecido no Art. 27, Lei n.º 9.985 (BRASIL, 2000), no Art. 33 da Lei Complementar 53/ SEUC (AMAZONAS, 2007), e no Inciso II do Art. 5.º do seu decreto de criação, Decreto n.º 1.503 (MANAUS, 2012), faz-se necessária a elaboração do Plano de Gestão da Unidade.

Segundo a SEMMAS, órgão gestor da UC, até então não há em seu erário quantia equivalente ao pagamento de consultoria especializada para execução da demanda. O que consta no Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD 2019, da Prefeitura Municipal de Manaus sobre Criação e Gestão de Áreas Protegidas é a quantia de R\$ 25.000,00 para despesas para material de consumo, conforme publicado no Diário Oficial do Município.

Segundo o Decreto Federal n.º 4.340/2002, o Plano de Gestão de uma UC deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos após sua criação. É esse documento que estabelece as normas, as restrições para o uso e as ações a serem desenvolvidas e o manejo dos recursos naturais.

Atualmente são utilizados como instrumentos da gestão da APA o Código Ambiental Municipal (Lei 605/2001), os parâmetros de ocupação e uso sustentável descritos no Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (Lei Complementar n.º 53/2007) e o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de

Manaus (Lei Complementar 002/2014) pelo fato de essa APA ainda não possuir seu plano de Gestão.

A falta de regras de uso diferenciadas para a UC corrobora para que a expansão urbana associada às ocupações irregulares consolide-se em várias áreas da APA, o que se apresenta como principal hipótese para a perda de importantes atributos naturais e históricos da área, com problemas de ordem educacional, ambiental e urbanística. O Sítio Arqueológico Japiim é parte de um conjunto identificado no baixo rio Negro cuja proteção se dá pela Lei Federal de n.º 3924, de 1961, e pelo Art. 31 da Lei Municipal n.º 1.838, de 16 de janeiro de 2014).

O Art. 3.º do Decreto n.º 4.340/2002 determina:

A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

No dia 4 de junho de 2019, o Prefeito de Manaus assinou a mudança do nome da Área de Proteção Ambiental adequando-o a esta legislação, quando passou a se chamar Floresta Manaós enaltecendo os ecossistemas locais e remetendo ao povo tradicional que referenciou o nome da cidade.

1.4. A REPRESENTATIVIDADE DO CONSELHO GESTOR DA APA

Segundo a legislação do Sistema Nacional de Conservação em seu § 5.º, a Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e será constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento dessa Lei.

A legislação federal (Lei n.º 9.985, de 2000) determina que as Áreas de Proteção Ambiental disporão de um Conselho com representatividade dos órgãos públicos e devem contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

Já âmbito da sociedade civil, as APAS devem contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Devem

ser, sempre que possível, paritários considerando as peculiaridades regionais. Porém o inciso II do Art. 37 da Lei estadual n.º 053/2007 determina que o Conselho dessa categoria de Unidade de Conservação deve ser deliberativo. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, atualmente o conselho está em seu 3.º mandato e encontra-se em processo de transição da modalidade Consultivo para Deliberativo.

Considerações do Capítulo I

As inter-relações entre as pessoas e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas estão intrinsecamente ligados às suas percepções, e é esse o enfoque da presente pesquisa. E, nesse sentido, as Unidades de Conservação são espaços oportunos para investigações do gênero, pois resguardam, além dos recursos naturais, outros elementos constituintes da identidade local.

A área do objeto da presente pesquisa é o Sítio Arqueológico Japiim, que foi descoberto em 2002 pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, no bairro de mesmo nome. Este, assim como os demais Sítios Arqueológicos identificados, é reconhecido e garantido por legislação federal específica (Lei Federal de n.º 3924, de 1961) sendo bem da União; e, no âmbito Municipal, pela Lei n.º 1.838, de 16 de janeiro de 2014).

Os vestígios humanos aí encontrados são importantes modelos de vidas passadas, especialmente por contribuírem para o entendimento sobre os processos de ocupação da região, há milhares de anos. Nesse sentido, tais bens culturais brasileiros são descritos no artigo 2.º da Lei Federal de n.º 3.924/61.

O estudo sobre a percepção da população da APA em relação ao Patrimônio Arqueológico aí encontrado pode potencializar a sua proteção pelo Poder Público e, sobretudo, contribuir para a gestão da Unidade de Conservação. A questão da educação ambiental e patrimonial envolvida no processo da apropriação da identidade local converge com o objetivo n.º 11 da Agenda do Milênio da Organização das Nações Unidas – ONU (2015).

A Organização das Nações Unidas – ONU (2015) elencou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas propostas que demonstram a escala e a ambição de uma nova agenda socioambiental. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com a ONU o objetivo 11 da Agenda do Milênio é **tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos,**

seguros, resilientes e sustentáveis. E a meta 11.4 desse objetivo é fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

A pesquisa demonstrou que a instalação do Polo Industrial de Manaus por meio da Zona Franca trouxe impactos não apenas à economia local, que *a priori* colocou o Estado do Amazonas em situação de grande circulação de capital financeira dando uma conotação de *desenvolvimento humano* à época, como também intensificou o êxodo de pessoas do interior para a capital. A expansão urbana ocorrida a esse tempo acabou por produzir bolsões periféricos de pobreza demonstrando que a estratégia de ocupação teve nuances de degradação ambientais significativos para a cidade. Bairros se estabeleceram sem as devidas infraestruturas, o que aumentou a perda de qualidade ambiental pelo comprometimento de vários de seus ecossistemas, especialmente em relação aos seus recursos hídricos.

Especialmente na região estudada (ligada pela delimitação da APA) entre as zonas leste e sul de Manaus, pela proximidade com o Distrito Industrial, deu-se um movimento de massa vindo em busca de emprego e de um modo de vida diferenciado do tradicional. Como reflexo desse momento histórico, a implantação desse novo modelo de ciclo econômico para toda a cidade engendrou mudanças não apenas do espaço físico, mas também alterações profundas nos comportamentos dos cidadãos locais.

A formação e a consolidação dos bairros Coroadó, Petrópolis e Japiim ocorreram principalmente ligadas à necessidade de mão de obra para a linha de produção do Distrito Industrial tendo todas as suas novas conformidades geográficas e sociais relacionadas a isso. Nesse sentido, aparentemente não foram previstas áreas com função ambiental. Pelo contrário, intensificou-se o período de negação ao tradicional, sendo socialmente interessante a adequação de novos comportamentos que ligassem o cidadão de Manaus à realidade industrial dos grandes centros, ganhando o aspecto tradicional amazônico, o caráter primitivo e superado. Essa conotação assumiu parte importante na formação da identidade local.

Porém, para que o Polo Industrial se consolidasse como estratégia de sucesso de ocupação e econômico, era necessário pessoal com formação profissional. Então o ensino e a pesquisa ganharam incremento com cursos de graduação e na área tecnológica e de engenharias. A UFAM teve incrementado o oferecimento de cursos

nessas áreas, e o INPA estabeleceu-se com os estudos fortemente voltados para a ecologia amazônica.

Passado o *boom das benesses econômicas e do progresso* trazido pela Zona Franca e muitas oscilações no campo político no nível nacional e regional, restou a conformidade geográfica e ecossistêmica atual de Manaus. Na área estudada, ficou remanescente o fragmento florestal majoritariamente constante no perímetro da UFAM em meio à urbanidade consolidada, estando aí inicialmente identificadas pelo menos dezenove nascentes de igarapés, e muitos ecossistemas resistentes a toda sorte de pressão antrópica.

Esse significativo remanescente ecossistêmico até 2012 não possuía *status* de área protegida quando a Prefeitura de Manaus o decretou como Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A Reitoria da UFAM e a Diretoria do INPA não se opuseram em ter os perímetros desses espaços da União afetados pelas regras comuns a um espaço protegido pela municipalidade. Desde então, assim como as comunidades incluídas no perímetro da Área de Proteção Ambiental que teve o nome inicial de UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA e que recentemente passou a chamar-se UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS, encontram-se legalmente protegidas pelas regras do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei 9.985/2000.

Segundo a SEMMAS (2019), a simples decretação de uma área como espaço protegido não assegura ou quiçá minimiza perdas ou danos ao patrimônio ambiental. É mister, também, a ação planejada e executada dos entes envolvidos na gestão de seus atributos. Primeiramente o Poder Público por possuir os instrumentos legais e o pessoal especializado na condução dos trabalhos, além das lideranças locais que, de fato, vivenciam as dinâmicas diárias de transformação socioespacial. Essa Unidade de Conservação Municipal possui Conselho Consultivo constituído e atuante em 3.º mandato; e em suas discussões está prioritariamente o dimensionamento da intervenção de cada Instituição ali representada nas comunidades que dali fazem parte para o reconhecimento do valor sua existência.

Os achados arqueológicos identificados no perímetro do conjunto Atílio Andreazza são provas vivas de que o homem experimenta, em diferentes momentos da história, formas distintas de enxergar a realidade e de como lidar com seu espaço e lugar no mundo. Esse é um dos atributos resguardos nesse espaço protegido que precisa ser

observado como um valor local quanto à(s) identidade(s) do homem amazônico, que se encontra em francas mudanças de paradigma em sua forma de estar no mundo contemporâneo.

CAPÍTULO II

IDENTIDADE HISTÓRICA: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA APA UFAM-ACARIQUARA

Um povo sem o conhecimento de sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.

Marcos Garvey

Este capítulo tem como objetivo amostrar os significados atribuídos pela população local em relação ao Sítio Arqueológico Japiim por meio de suas práticas cotidianas. O estudo foi exploratório e utilizou-se de referências sobre as percepções humanas, por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores do Conjunto Atílio Andreazza, trabalhadores que atuam na área e universitários do Centro Luterano do Brasil – CEULM/ULBRA.

Por meio de fotografias na ocasião das entrevistas e da identificação georreferenciada dos elementos constituintes do Sítio, foi possível obter dados quantitativos e qualitativos sobre as práticas da Comunidade em relação a essa área.

Para Oliveira (2009) o enfoque da dimensão humana, fundamentada nas relações de trabalho entre homens e a natureza, tenta discutir a natureza do espaço e o espaço da natureza para o usufruto humano. Para Tuan (1980), a percepção “é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, quanto a atividade proposital em que certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros são bloqueados”. Já Merleau-Ponty (2006) a vê como o espaço que não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer, em lugar de imaginá-lo *como uma espécie de éter* no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como a potência universal de suas conexões.

Nessa perspectiva, Lima e Rosa (2013) entendem que a paisagem para nós une o passado, o presente e o futuro numa convivência de diferentes temporalidades diante do espaço vivido. Segundo Tuan, (1980), as culturas em que os papéis dos sexos são

fortemente diferenciados, homens e mulheres olharão diferentes aspectos do meio ambiente e adquirirão atitudes diferentes para com ele. Nesse sentido, Laraia (1986) analisa que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Segundo Santaella (2012), cabe à fenomenologia descrever os significados universais (essências), absolutamente necessários, constituídos pelo ego transcendental. Em suma, nessa perspectiva, nossa experiência não é um processo determinado mecanicamente, nem uma construção puramente fortuita. Nossas relações com o mundo estão subsumidas por um pano de fundo primordial que não pode jamais tornar-se inteiramente explícito.

É essencial que sejam ampliadas as possibilidades de perceber o cotidiano. À gênese dessas diversas experiências, interpretações revelam variedades de representações na sociedade com suas diferentes culturas para que coexistam lado a lado com as respectivas nuances experienciadas. (LIMA e ROSA, 2013 p.04)

As autoras Lima e Rosa (2013) afirmam ainda que o cotidiano é carregado de percepções, modos de agir únicos, símbolos e sentimentos. Todavia esses elementos podem ser impregnados por paradoxos, por identidades fragmentadas que são processos naturais do simples viver. A paisagem atualmente tem assumido novos significados em decorrência também de ações físicas, sociais, políticas e culturais da sociedade de acordo com o transcorrer tempo.

Com o processo de profunda mudança social e de mentalidade será necessário repensar nossa relação com a natureza e a direção que se precisa imprimir à mudança haja vista que a formação do jovem depende da relação do indivíduo com o campo social [...]. Da mesma forma, os valores perdem a solidez (boa ou má, aqui não vem ao caso) que dava segurança às decisões que colocam em xeque uma visão de mundo com aspirações para o futuro (TELLO *et al.*, 2012, p. 21).

Lima e Rosa (2013) afirmam que os valores e as experiências atribuídas à paisagem se constituem de fundamental importância para a formação da história dos sujeitos, o que colabora significativamente para a constituição do lugar ou ambiente. Hall (2000) ressalta que as sociedades modernas são, por definição, sociedades em constante mudança, o que causa implicações na cultura e, em última instância, na identidade das pessoas – por essa razão, a identidade não é concebida como algo fixo nem estável: ela flutua livremente.

Estudos relativos a essa temática da percepção abordam três dimensões: funcional (considera a capacidade de o espaço físico despertar emoções –

atração, medo, bem-estar); simbólica (diz respeito ao arcabouço simbólico que cada indivíduo carrega e que estrutura a relação pessoa-ambiente); e, por fim, a relacional (refere-se à dinâmica das relações sociais estabelecidas, concomitantemente às características do ambiente em que elas se efetivam) (ZACARIAS; HIGUCHI, 2017, p.125).

O filósofo Merleau-Ponty (2006) afirma que não se pode considerar o mundo e o espaço orientado como dados com os conteúdos da experiência sensível ou com o corpo em si, já que a experiência mostra justamente que os mesmos conteúdos podem estar orientados e alternadamente em uma direção ou noutra, e que as relações objetivas registradas na retina pela posição da imagem física não determinam nossa convivência, nossa experiência.

O mesmo autor, em 2006, afirma que tal questão não se impõe apenas a uma psicologia empirista, que trata a percepção do espaço como percepção em nós de um espaço real, a orientação fenomenal dos objetos como um reflexo de sua orientação no mundo, mas também se impõe a uma psicologia intelectualista, para a qual o “direito” e o “invertido” são relações e dependem dos referenciais a que nos reportamos. Sobre a visão do nativo de determinada região, Tuan (1980) considera que:

Embora ele não possa apreender o quadro cosmológico em sua totalidade, as partes que conhece lhe são significativas e razoáveis. A rede de associações surge, em primeiro lugar, como resposta à necessidade de ordem, que cada indivíduo tem, para estabelecer relações significantes entre parciais de correspondências cosmológicas (TUAN, 1980, p.21).

É nesse contexto que Tello *et al* (2012) referenciam a influência esmagadora da mídia no cotidiano das pessoas, a qual faz mudar a maneira de sentir, de pensar, de ver; tudo isso devido ao predomínio da imagem, da informação fragmentada e repassada como verdade pronta e acabada. Segundo Tello *et al* (2012), esses fatores provocaram, inclusive, alterações na percepção humana de tempo e espaço. As redes de comunicação desenharam a teia que nos liga a qualquer parte do mundo e, ao modificarem a sensibilidade e a razão, exigem outra forma de educar, de formar revendo sem pânico os modelos criados pelo próprio sistema vigente.

Nesse sentido, segundo Lima e Rosa (2013), no perpassar do tempo, isso é atribuído também ao mundo globalizado sempre mais exigente, com velocidade das inovações tecnológicas, e estas contribuem com a redução do tempo dos indivíduos de forma que se torna escasso para perceber e estabelecer análises e compreensões sobre o lugar vivido. Merleau-Ponty (2006) aponta que em diferentes partes do mundo

encontramos geralmente de quatro a seis substâncias ou elementos, identificadas com as direções espaciais, cores, animais, instituições humanas e traços da personalidade.

Becker *et al.* (2004), em análise das dimensões humanas da Amazônia, observa que o crescimento demográfico concentrou-se fortemente nos núcleos urbanos, a ponto de a região ser denominada de “floresta urbanizada”. E sobre o homem urbanizado Lefebvre (2008) aponta os indícios sobre a mudança na visão de mundo deste:

[...] As pessoas que refletem não mais se veem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana [...] (LEFEBVRE, 2008, p.24)

2.1. ASPECTOS LEGAIS DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO

De acordo com Castro (2009), o conceito de Sítio Arqueológico ou feição está relacionado a “evidências antropogênicas de intervenção em subsuperfície quase sempre verticalmente dispostas na estratigrafia e que não possuem uma estrutura física ou arquitetônica delimitada”.

Segundo Goeldi (1994) os vestígios arqueológicos encontrados na Amazônia estão representados principalmente pelos objetos de cerâmica, de pedra e de ossos, marcas de fogueiras, sepultamentos, resíduos de alimentação e sinalações rupestres (pinturas e gravuras em paredões rochosos). Nessa região, onde a pesquisa arqueológica é recente, o trabalho para resgatar o passado do Homem apenas começou. Nesse sentido, já foi possível registrar a presença de grupos humanos portadores de diferentes tecnologias, com diferentes estilos de vida que habitaram os ambientes desde milhares de anos antes de Cristo.

A cronologia de ocupação da Amazônia Central foi inicialmente proposta pelo arqueólogo alemão Peter Hilbert (1968). Por meio do estabelecimento de sequências seriadas, as pesquisas pioneiras de Hilbert sugeriram que a cronologia regional seria caracterizada por rupturas entre os conjuntos cerâmicos, associados a uma sequência cronoestratigráfica de acordo com os horizontes (posteriormente chamados de tradições) de Meggers e Evans (1961). (BARRETO, C. B., LIMA, H. P.; BETANCOURT, C. J. 2012. p. 304).

Quanto à classificação dos artefatos de cerâmica encontrados na Região de Manaus, estes são identificados como da fase *Paredão*, que para Hilbert (1968) e Moraes (2006) *apud* Costa (2012) seria a última representante da Tradição Borda Incisa na Amazônia Central indo do séc. VII d.C. ao séc. XII d.C. Os vasilhames dessa fase

apresentam paredes muito finas e bem queimadas, sendo o cauxi o antiplástico predominante. Para Moraes, 2006 *apud* Barreto, Lima e Betancourt (2012) a ocorrência de vasos com alças e pedestais, decoração em linhas finas, engobo vermelho, apliques antropomorfos estilizados, (as chamadas *cabecinhas Paredão*) associadas a urnas funerárias, é frequente.

Sobre a arqueologia da Amazônia, os autores NEVES (2013); ROSTAIN, (2013) *apud* Barreto; Lima; Betancourt (2012) observam que as pesquisas têm passado por grandes avanços e questionamentos paradigmáticos nos últimos anos. Ao mesmo tempo têm revelado um grande número de evidências da construção de estruturas monumentais com sítios e formações de terra, tais como geoglifos, estradas, valas, aterros, montículos, campos elevados e megaglifos.

Por exemplo, para HECKENBERGER, 2008; SCHAAN *et al.*,2012; ROSTAIN, (2013), também tem ficado cada vez mais claro que a Amazônia não era uma floresta virgem e intocada, e que boa parte da subsistência de seus antigos habitantes provinha de um manejo extensivo das florestas e savanas da região, sem necessariamente envolver a agricultura intensiva. Já para Barreto, Lima, Betancourt (2012) aos poucos vemos a Amazônia afastar-se dos modelos clássicos que associam o advento da cerâmica à domesticação de plantas e à produção agrícola.

Em relação à defesa e à proteção dos registros dessa cultura material descoberta por meio de pesquisas recentes, o governo brasileiro adotou as primeiras medidas legais efetivas de proteção aos bens culturais e, por extensão, arqueológicos em 1937, criando, inclusive, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – para gerir os assuntos referentes aos bens histórico-culturais. Com tais medidas o governo buscava resgatar a identidade nacional, valorizando os elementos formadores da cultura brasileira, de acordo com o ideário político-ideológico fortemente nacionalista do Estado Novo.

Entretanto foi somente a partir de 1961 que o patrimônio arqueológico passou a ser regido por uma legislação específica, a Legislação Brasileira Protetora das Jazidas Pré-Históricas, Lei n.º 3924, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”. A atual Constituição Federal trata dessa questão em seu Art. 215, incluindo os bens arqueológicos como parte do *patrimônio cultural brasileiro* (GOELDI, 1994, p.47).

Barros (2016) ressalta que a Legislação n.º 3.924, de 1961, foi a que primeiramente conceituou o que seria uma jazida arqueológica, definiu multas a serem pagas quando da exploração indevida ou mau uso dos sítios arqueológicos; dispôs sobre

as escavações arqueológicas, as obrigações quanto aos achados fortuitos e o papel do IPHAN na preservação desses bens. Continua sendo até os dias atuais um poderoso instrumento na busca pela preservação arqueológica. Entretanto carece de atualização, especialmente no que concerne às multas ainda mencionadas em cruzeiros.

Os bens culturais das sociedades pretéritas (ameríndias) são assim descritos no Artigo 2.º da Lei:

[...] c) cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico [...] (BRASIL, 1961).

No contexto da expansão urbana que de modo conhecido impacta os Sítios Arqueológicos, a legislação teve avanço no sentido de que a Resolução n.º 001 do CONAMA, de 23/02/86, determinou que os trabalhos de avaliação ambiental passem a ter exigida a presença de arqueólogos a fim de que esses profissionais possam igualmente indicar medidas mitigadoras e/ou compensatórias sobre impactos negativos sobre o patrimônio (Art. 6.º, I, c).

Em relação à proteção dos bens culturais de Manaus, há legislação vigente no âmbito municipal. Trata-se da Lei n.º 1.838, de 2014, que dispõe sobre as Normas de Uso e Ocupação do Solo no Município de Manaus e compõe o Plano Diretor de Manaus. O tema consta dos Artigos 31 a 34 e é assim descrito:

O patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural de Manaus deve ser preservado, por ser testemunho antigo e significativo da história do lugar e importante ao resguardo da identidade e memória da população local; e, ainda, por suas características excepcionais, os bens situados no Subsetor Sítio Histórico, incluídos no Setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação, definido e regulamentado pelo Poder Executivo municipal, conforme os termos da Lei Orgânica do Município de Manaus (Loman), e de acordo com o Anexo XV da Lei. [...] (MANAUS, 2014).

O Art. 2.º da Lei Complementar n.º 002, de 16 de janeiro de 2014, determina em seu Inciso II que a zona sul, onde está localizado o Sítio Japiim, constitui principal referência cultural e arqueológica, em especial pela localização do seu Centro Histórico, além de ser o maior centro de negócios da cidade. No entanto Lima e Moraes (2010) ressaltaram que o desenvolvimento e o rápido e deveras desordenado crescimento urbano que a cidade de Manaus vivencia tem causado a ameaça e mesmo a destruição do patrimônio arqueológico do município.

2.2. SÍTIO JAPIIM: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Os registros mais proeminentes do Sítio Japiim são vasilhames confeccionados em cerâmicas, identificados como da fase *Paredão* (conhecidas como alguidares), com alças aplicadas e grandes urnas funerárias com gargalo e apliques antropomorfos nos ombros. Os autores Lima e Moraes (2010), como já destacado, sustentam que essa fase tem datações absolutas entre os séculos VII e XII d.C. e se distribui pela região de Manaus e da área de confluência dos rios Solimões e Negro.

O teor de alguns dos vasilhames encontrados é de ossadas humanas levando a indícios de que a área onde hoje é instalado o conjunto Atílio Andreazza pode ter servido de cemitério, no perímetro da área. Há ainda uma formação de solo terra preta na área onde hoje se encontra uma praça.

Segundo (Petersen *et al.*, 2001; Arroyo-Kalin *et al.*, 2009; Relelatto *et al.*, 2009) *apud* Lima e Moraes (2010) é fato que os sítios cerâmicos na Amazônia estão comumente associados às áreas de ocorrência das chamadas *Terras Pretas de Índio* (TPIs), as quais são neossolos antropogênicos bastante ricos em matéria orgânica e se destacam pela coloração escura e pela alta fertilidade.

Para o IPHAN (2008) os vestígios humanos aí encontrados remontam a monumentos culturais das sociedades ameríndias, sendo importantes modelos de vidas passadas, especialmente de assentamentos pré-colombianos, que contribuem para o entendimento sobre os processos de ocupação da região, há milhares de anos.

Sobre o arranjo das moradias estabelecidas na Amazônia nesse período estudado, sabe-se que:

Habitavam desde simples acampamentos a céu aberto, até lugares destinados a uma ocupação mais prolongada, como os abrigos sob rochas, grutas e cavernas, como aquelas encontradas ao norte de Mato Grosso, Rondônia, Serra dos Carajás e Serra das Andorinhas. Viveram na Amazônia desde aproximadamente 12.000 até 1.000 anos antes de Cristo (GOELDI, 1994, p.10).

Segundo o portal do IPHAN, os resultados das investigações realizadas têm apontado para a queda do mito da floresta intocada e indicado que, quanto mais se compreende a configuração da floresta tropical, mas fica claro que muito do que se observa é resultado da intensa ocupação humana da área por populações pré-coloniais.

O século XX foi o período histórico de consolidação da ocupação da área, quando seu uso já foi de cunho agropastoril; e, segundo Barros (2016), ela pertencia a

um senhor conhecido como “Paraíba”. Foi na década de 1970, com a implantação do Distrito Industrial, que os impactos se intensificaram pela infraestrutura que o projeto demandava. Um momento distinto é relativo à construção do Conjunto Atílio Andreazza, que tinha a finalidade de alocar os funcionários da SUFRAMA. As obras igualmente necessitaram de movimentação de solo e subsolo para a implantação, levando à perda de muitos registros históricos do local. A área de concentração das bordas dos vasilhames cerâmicos foi pavimentada para assegurar o acesso de pessoas e veículos.

Assim como os outros sítios arqueológicos identificados na zona urbana de Manaus, o Sítio Japiim dá indícios de como Lima e Moraes (2010) descrevem *um sítio cerâmico com funções habitacionais e funerárias, caracterizado pela grande quantidade de material arqueológico, especialmente pelos recipientes semi-inteiros, espalhados em subsuperfície*. Segundo Barros (2016), esse sítio teve a camada arqueológica composta por terra preta retirada para substrato do paisagismo do Aeroporto Eduardo Gomes, quando de sua implantação.

Atualmente, a principal área remanescente de afloramento dos registros no Conjunto é uma que não foi pavimentada do Conjunto por conta da identificação do Sítio por Silva, em 2002. Porém é onde estão instaladas as torres da rede alta tensão que passam pela região.

Além do tombamento, instituído pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos, os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

(<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>)

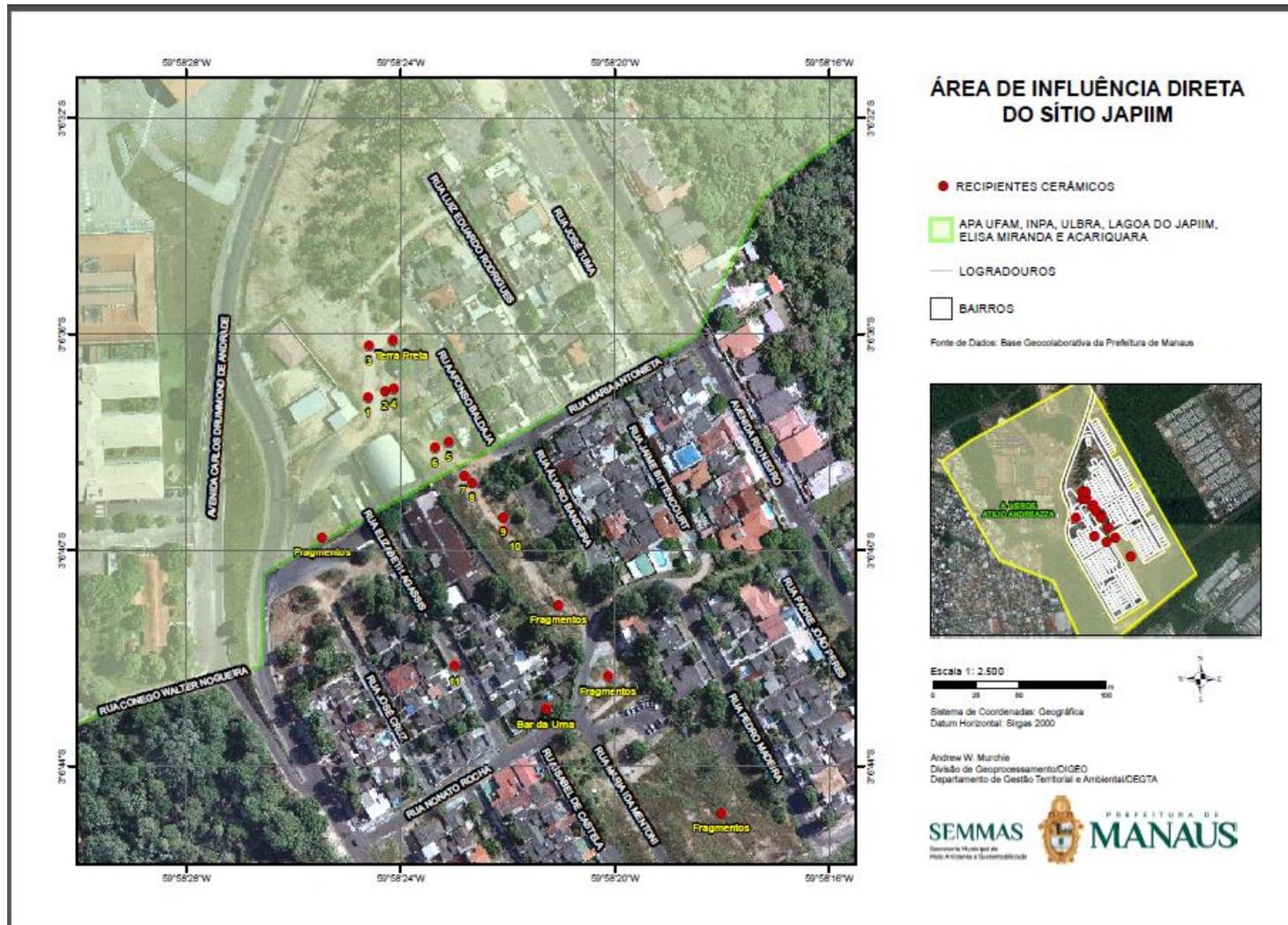


Figura 13: Situação do Sítio Arqueológico Japiim em relação à APA

FONTES: PMM – SEMMAS, 2019



Figura 14

Terminal dos ônibus de transporte coletivo no Conjunto Atílio Andreazza
Lat -3.11103 -59.973738
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 15

Destaque de terra preta (solo antropogênico)
aparente sob piso de concreto na praça do Conjunto Atílio Andreazza.
Lat -3.110033° Long -59.973374°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 16
Borda de vasilhame cerâmico (1)
Lat -3.110330° Long -59.973502
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 17
Borda de vasilhame cerâmico (2)
Lat -3.110294° Long -59.973414°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 18
Circunferência de vasilhame cerâmico (3)
Lat-3.110064° Long -59.973495°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 19
Borda de vasilhame cerâmico (4)
Lat-3.110284° Long -59.973368°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 20
Borda de vasilhame cerâmico em semicírculo (5)
Lat-3.110558° Long -59.973083°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 21
Borda de vasilhame cerâmico em superfície (6)
Lat-3.110589° Long -59.973155°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 22
Borda de vasilhame cerâmico (7)
Lat-3.110589° Long-59.973155°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 23
Borda de vasilhame cerâmico perturbado por resíduos contemporâneos (8)
Lat -3.110729° Long-59.973001°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 24
Borda de vasilhame cerâmico (9)
Lat -3.110767° Long -59.972962°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 25
Borda de vasilhame cerâmico (10)
Lat -3.111018° Long -59.972800°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 26

Plantio na área de concentração cerâmica, no Conjunto Atílio Andreazza.
Lat -3.110949° Long -59.972800°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 27

Marca de pneu sobre a área de concentração cerâmica, no Conjunto Atílio Andreazza.
Lat -3.111018° Long-59.972800°
Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 28

Calçada de residência localizada na Rua Elizabeth Agassi, de onde foram retirados três vasilhames cerâmicos, no Conjunto Atílio Andreazza
 Lat-3.111711° Long-59.973052°



Figura 29

Dependência de residência localizada na Rua Maria de Mentoni, onde foi registrada a retirada de um vasilhame cerâmico e vestígios cadavéricos humanos no Conjunto Atílio Andreazza, em 2012.

Lat -3.111.932 Long -59.972.579

Fotos: Angeline U. Amorim, 2019



Figura 30

Fragmento cerâmico na Rua Maria de Mentoni, no Conjunto Atílio Andreazza.

Lat -3.112.46° Long -59.971.670°

Foto: Angeline U. Amorim, 2019



Figuras 31 e 32

Registro do trabalho de identificação e retirada de vasilhame cerâmico em residência localizada na Rua Maria de Mentoni, no Conjunto Atílio Andreazza (2012).

Lat -3.111.932 Long-59.972.579

Fotos: Edilene Oliveira dos Santos, 2012



Figuras 33 e 34

Vestígios da cultura material e eventos fúnebres foram evidenciados em escavação de fossa séptica no ambiente do Sítio Japiim, dez, 2012.

Lat -3.111.932 Long -59.972.57

Fotos: Edilene Oliveira dos Santos, 2012



Figura 35

Fragmento de vasilhame cerâmico da fase Paredão identificado em área de residência, na Rua Maria de Mentoni (2012), no Conjunto Atílio Andreazza.
Foto: Edilene Oliveira dos Santos, 2012

2.3. SÍTIO ARQUEOLÓGICO JAPIIM: USOS, SIGNIFICADOS E PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO LOCAL

Foram entrevistadas em sua área geográfica de influência (Conjunto Atílio Andreazza, *Campus* da ULBRA e da UFAM) 26 pessoas com idades entre 18 e 65 anos, com diferentes períodos de permanência e graus de intervenção na área.

Grupo Focal UFAM	
Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com idade entre 28 a 65 anos. - Professores da Instituição, há no mínimo dez anos nela. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores da Instituição há menos de dez anos. - Recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
Grupo Focal ULBRA	
Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com idade entre 18 e 65 anos. - Universitários matriculados em diferentes cursos e frequentando assiduamente a faculdade há no mínimo dois semestres. - Funcionários do corpo administrativo e pedagógico da Instituição empregados nela há no mínimo cinco anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Universitários matriculados há menos de dois semestres, mesmo que frequentando a faculdade assiduamente. - Funcionários contratados há menos de cinco anos. - Recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
Grupo Focal População do Conjunto Atílio Andreazza	
Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com idade entre 18 e 65 anos. - Moradores há no mínimo dez anos na área. - Funcionários do corpo técnico-pedagógico da Escola Municipal Isabel Angarita com atuação de no mínimo cinco anos nela. - Funcionários da Empresa de Ônibus Via Verde, que faz linha para o Conjunto Atílio Andreazza (motorista, cobrador) atuando com frequência de escala no local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas menores de idade. - Moradores temporários (aluguel) da área. - Funcionários com menos de cinco anos de atuação na Escola. - Funcionários com funções outras que não as de cunho pedagógico. - Funcionários com menos de cinco anos de atuação na Escola. - Trabalhadores de formas alternativas de transporte coletivo atuantes na área (prestadores de serviço de transporte por aplicativos, mototaxistas e afins) sem vínculo temporal com o lugar. - Recusa em assinar o TCLE.

Por meio das entrevistas foi possível aproximar-se dos conhecimentos, usos desses espaços e das principais percepções dos entrevistados acerca desse patrimônio arqueológico.

Dois grupos foram distintos para a realização das entrevistas: o grupo 1, que é dos sujeitos de atuação direta na área de concentração dos vestígios arqueológicos – aí estão moradores do Conjunto Atílio Andreazza e profissionais (educadores da Escola de Ensino Fundamental Isabel Angarita, operadores do transporte coletivo, além de técnicos e professores universitários da ULBRA e da UFAM) somando 16 (dezesseis) pessoas ou 61,54% do universo de entrevistados; o grupo 2, que é formado exclusivamente por estudantes universitários da ULBRA, somando o número de 10 (dez) ou 38,46% da amostra. No grupo 2, não há qualquer pessoa com mais de 50 anos de idade.

A distribuição percentual total dos entrevistados é a seguinte:

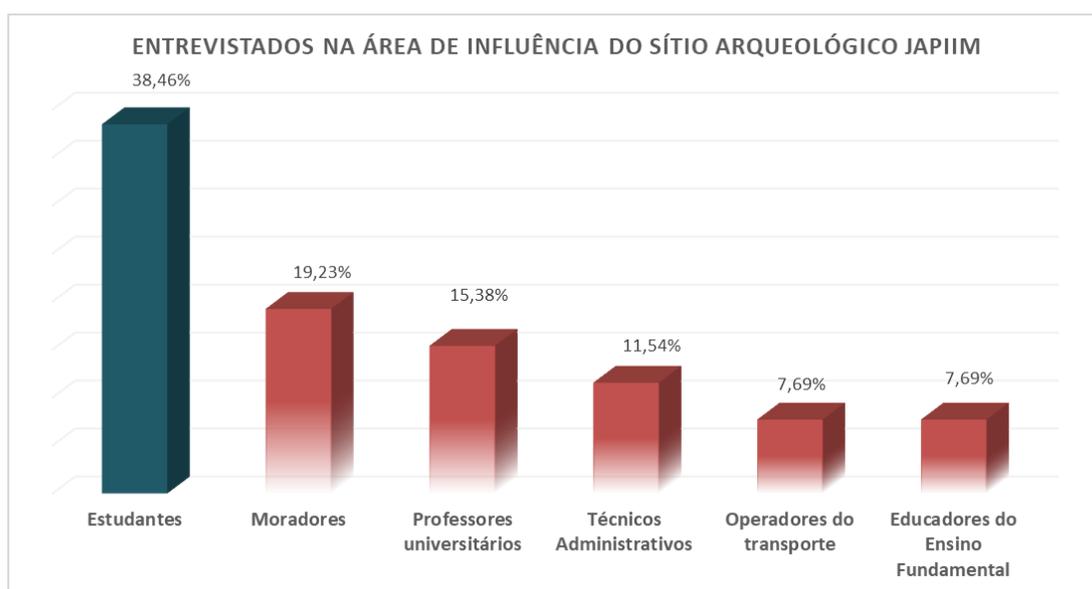


Figura 36: Universo dos entrevistados

Entre os entrevistados do grupo 1, a serem representados nos gráficos, há os que têm origem no próprio Estado do Amazonas, sendo de famílias de funcionários da SUFRAMA e que aí se encontram há pelo menos 34 anos, ou seja, desde a época da instalação do Conjunto Atílio Andreazza, mas há também aqueles que vieram de outras regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste e Sul) e um que tem origem de outro país da América Latina. Com formações acadêmicas ou não, de modo geral, vieram para a

região atraídos por oportunidades de emprego, especialmente no Centro Universitário Luterano do Brasil, que se instalou na área no início dos anos 2000.

Alguns esquemas cosmológicos são muito elaborados; outros são relativamente simples. Nas culturas que conhecemos, as associações parecem naturais ou apropriadas. Sobre esse aspecto da discussão ZACARIAS e HIGUCHI (2017) apontam que:

As peculiaridades relacionadas ao comportamento humano (lembrando que esse é moldado tanto pelos aspectos físicos do ambiente, quanto pelos aspectos psicossociais e pela cultura, em cuja miscigenação constituirá sua identidade e, portanto, impactará sobre sua percepção ambiental e apego ao lugar) auxiliarão na elaboração de ações estratégicas mais eficientes e desenvolvimento de uma política ambiental que esteja em consonância com a realidade de nosso País. Uma nova relação pessoa-ambiente pode estar emergindo a partir de modos sustentáveis, ainda que lentamente (ZACARIAS E HIGUCHI 2017, p. 26).

Santaella (2012) analisa a questão das percepções humanas sob a seguinte reflexão:

Sendo inerentemente perspectivista, por sua natureza, a percepção é temporal. Ela requer uma síntese corporal, envolvendo espacialidade e motricidade que se dão no tempo. [...] Contudo o que é o ser do tempo? [...] A antiga concepção que se preserva no tempo comum é a do tempo como um rio que flui. Uma imagem confusa, pois não considera que fluir implica mudança de lugar (o rio corre de um lugar para outro) e que esta implica um observador situado em algum ponto do fluxo (SANTAELLA, 2012 p.37).

A diversidade de origens no universo dos entrevistados tem potencial influência nas respostas relativas aos conhecimentos sobre a história da área de influência direta do Sítio Japiim. O tempo de permanência entre moradores e profissionais varia de pelo menos cinco anos a três décadas; e ainda há a distribuição dos segmentos representados no grupo 1.

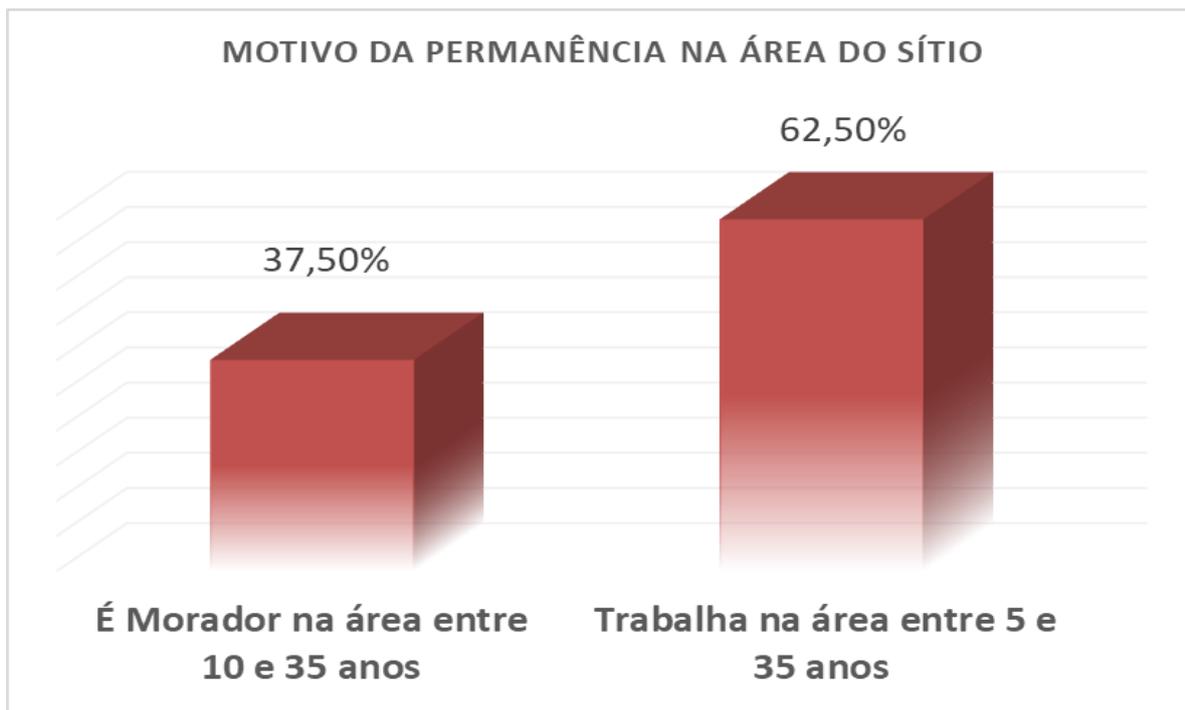


Figura 37: Permanência dos entrevistados do grupo I

O mais longo tempo de permanência vivenciado na área por 37,50%, ou seja, que conotaria maior potencial de conhecimentos sobre o aspecto histórico, não necessariamente se revelou nas entrevistas do grupo, diante daqueles de menor tempo, visto que o entrevistado com essa característica trabalha no Conjunto há cinco anos como cobrador de ônibus em regime de plantão.

Além de conhecimentos sobre a consolidação da área como hoje se encontra, os entrevistados responderam a questões sobre patrimônio histórico e arqueológico, sobre transformações da paisagem natural local e sobre as principais utilizações da área de influência geográfica do Sítio.

Aos estudantes do Centro Universitário Luterano do Brasil (Grupo 2), as perguntas tiveram um caráter similar, porém foram associadas às generalidades sobre a história de Manaus e sobre como esses discentes, na condição de estudantes do nível superior, entendem a relação entre o patrimônio ambiental e histórico na formação da identidade da população de Manaus. As manifestações dos entrevistados encontram-se na sequência:

Com relação à história do lugar (implantação do Conjunto Atílio Andreazza e áreas do entorno), os entrevistados do grupo 1 demonstraram seus conhecimentos nas seguintes proporções:

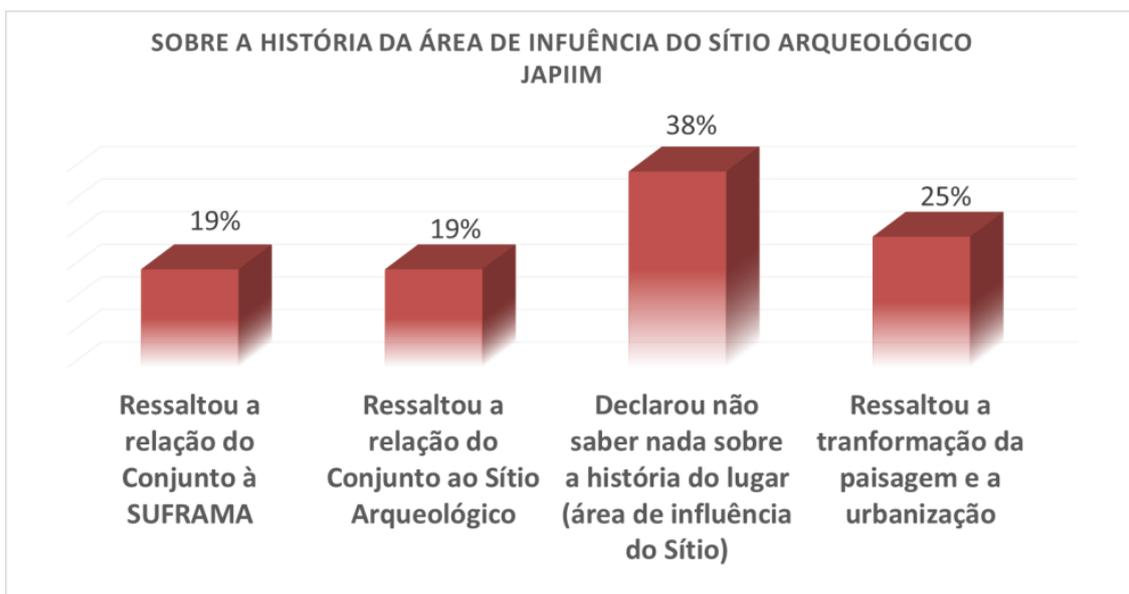


Figura 38: Conhecimentos sobre a área de influência direta do Sítio pelos entrevistados do grupo I

Pelo gráfico ficou demonstrado que a maioria dos entrevistados do grupo (38%) não tem quaisquer conhecimentos sobre o contexto histórico em que se deu a implantação do Conjunto Atílio Andreazza. Entre os que mencionaram algum conhecimento sobre o assunto (19%), ressaltaram o vínculo do saber à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e 1 (um) morador ressaltou o fato de que esse conhecimento se deu em plena Ditadura Militar no Brasil. E, na mesma proporção quantitativa, foram os que relacionaram a implantação do Conjunto a alguma questão arqueológica, mas sem maior informação acrescida.

Outros 25% destacaram que a viabilização do transporte coletivo por meio da pavimentação das ruas, das construções de Instituições de Ensino Superior, da implantação da linha de transmissão de energia elétrica, e empreendimentos comerciais como supermercados são fatores que demonstram a consolidação da urbanidade na área no decorrer do tempo até os dias atuais. Uma professora universitária ressaltou que *com o passar dos anos houve a instalação (aumento) de estabelecimentos comerciais como lojas de roupas, academias, restaurantes com igual proporção de fechamentos rápidos de empreendimentos desses segmentos.*

Quanto aos aspectos propriamente ditos da **implantação e da arquitetura do Conjunto Atílio Andreazza**, foram destacados os seguintes:

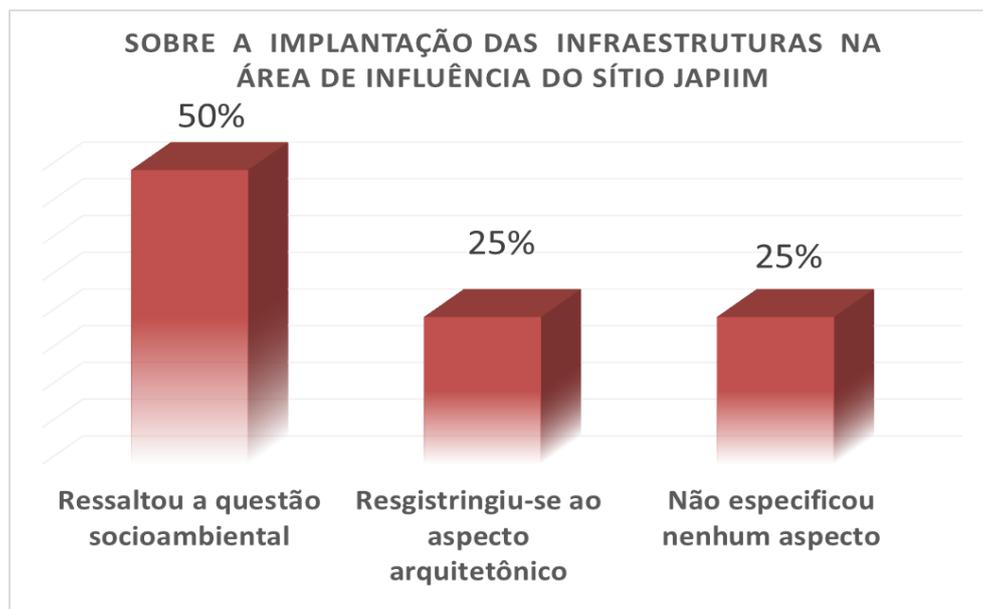


Figura 39: Conhecimentos sobre a implantação do Conjunto pelos entrevistados do Grupo I

Assim, uma moradora (há 33 anos) descreveu: “Cada casa construída era de muros baixos, e existia um gramado na frente. Também havia guaritas como em um condomínio fechado. A escola que hoje é municipal foi construída pela SUFRAMA. A rua não é mais chamada de Canumã, e sim de Elizabeth Aganie”.

Já para outros moradores, há a impressão de que a arquitetura do Conjunto não mudou tanto como em um ponto de vista compartilhado em entrevista. Associada a essa questão, foi manifestada a vulnerabilidade da área em termos de segurança para os moradores. Isso pode ser uma motivação para que, atualmente, as casas, em sua maioria, possuam altos muros e tenham aparatos de proteção como cercas elétricas.

Em relação à estrutura da Escola Municipal Isabel Angarita, localizada na Rua Canumã, o ambiente teve a sua fachada modificada, além de ampliação do número de salas de aula e da construção de um auditório. Também foi citado que, em seu entorno, atualmente, há ocupações irregulares e asfaltamento.

Apesar de os entrevistados do grupo 1 (dos moradores e profissionais) terem apontado o significativo avanço da urbanização na área de influência do Sítio Japiim, quando lhes foi perguntado sobre a transformação na paisagem natural, 75% desse universo disseram não terem percebido grandes mudanças, frente aos 25% que identificaram mudanças como desmatamento da área verde do Conjunto, a mudança da sensação térmica e o acúmulo de resíduos; entre estes, foi destacada a manutenção da vegetação remanescente da UFAM.

Sobre a instalação da ULBRA, uma das professoras entrevistadas comentou que, quando chegou a Manaus há seis anos, as instalações da Instituição estavam muito mal conservadas. Havia, por exemplo, mato alto e muito cupim (ninhos) em sua pista de corrida. Hoje, a Universidade está limpa, conservada, e as pessoas estão trabalhando e mantendo o local preservado. Outro professor da Instituição ressaltou que, quanto ao acesso a ela, só existia a entrada pelo mercado de atacado instalado na área, e a guarita que havia era somente para moradores do Conjunto Atílio Andreazza.

Atualmente, o acesso à área de influência do Sítio é completamente pavimentado e sinalizado. Tanto que, entre os entrevistados do grupo 1 (moradores e profissionais), 37,50% utilizam veículos pesados (de modo geral, transporte coletivo), pois, como já se mencionou, apenas para o Conjunto Atílio Andreazza, há duas linhas de ônibus operando. Os outros 62,50% declararam utilizar veículos leves (carros de passeio) para o trânsito no local.

Já em relação às instalações na área da UFAM, o relato de uma das duas professoras da Instituição dá conta de que, há 29 anos, existiam somente três blocos no setor norte do *Campus*, e os prédios do setor sul ainda eram horizontais. Mas essa infraestrutura ainda está em expansão.

USOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA GEOGRÁFICA DO SÍTIO JAPIIM

De modo geral, sobre algum tipo de utilização de espaços ao ar livre nas áreas de implantação do Conjunto Atílio Andreazza, da ULBRA e da UFAM, menos da metade (37,50%) dos moradores e profissionais entrevistados (grupo 1) declarou realizar algum tipo de uso especial, por exemplo, caminhadas, contemplação, passeio com animais e exercício físico. Fora desse âmbito, foi identificada a atividade pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Isabel Angarita, na área de maior concentração dos artefatos, e uma atividade de pesquisa (em geoprocessamento) por estudantes da ULBRA (grupo 2). Mas, entre os dois grupos de entrevistados, a maioria (43%) não utiliza essas áreas para nenhum tipo de atividade.

Sobre algum contato físico com os elementos que compõem o Sítio Arqueológico, os entrevistados dos grupos 1 e 2, independentemente do tempo de permanência e do grau de intervenção na área, formaram três subgrupos assim:

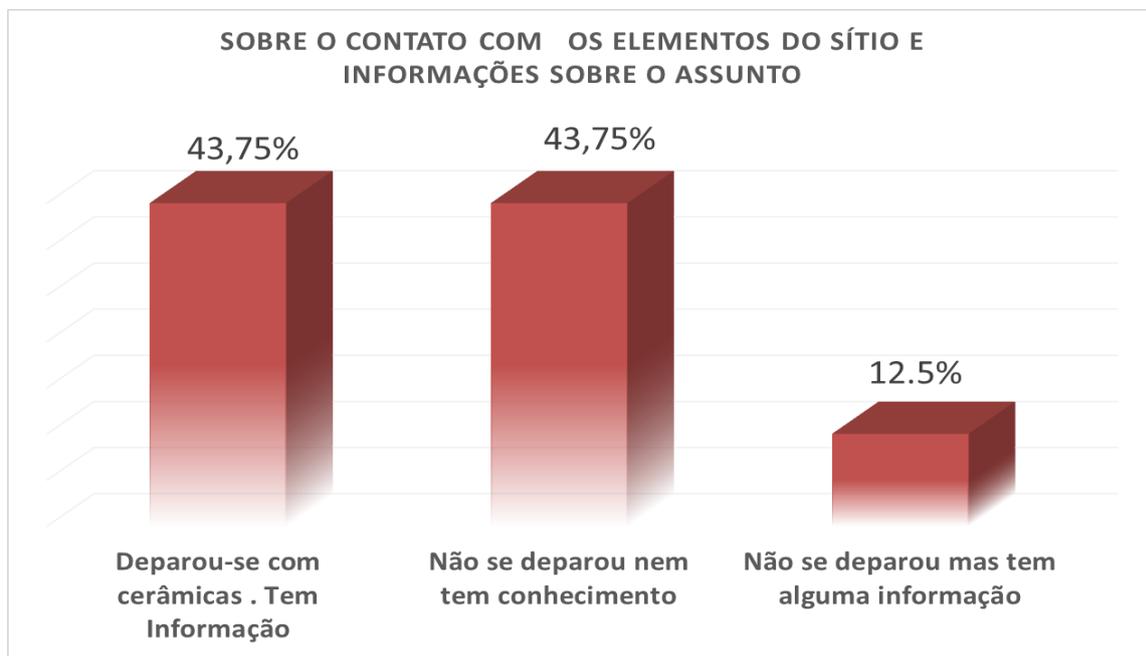


Figura 40: Contato com os elementos do Sítio pelos entrevistados do Grupo I

O primeiro subgrupo é o dos que sabem da existência do Sítio na área e que já tiveram contato com os elementos que o caracterizam. Nesse grupo estão moradores e educadores do Ensino Fundamental. No segmento dos moradores entrevistados, há dois casos em que o contato se deu de forma bastante impactante: vasilhames cerâmicos foram encontrados nos seus lotes residenciais durante movimentações de solo e subsolo, por conta de reformas prediais. Em um dos casos, foram encontrados restos cadavéricos humanos no interior do vasilhame, o que gerou especulações sobre uma possível área de cemitério para o grupo social que aí vivia ao tempo da confecção do artefato. Esses moradores afirmaram que souberam da existência do Sítio Arqueológico na área do Conjunto por meio da mídia e pela presença de especialistas da UFAM, quando da retirada do material para estudo, em 2012.

Os educadores do Ensino Fundamental tiveram informação sobre o Sítio da mesma forma. Atualmente, estes têm contato com os elementos formadores do Sítio, por meio de visitas dirigidas à área de concentração das bordas visíveis dos vasilhames

cerâmicos e do afloramento de terra preta como atividade pedagógica para o público estudantil.

Como exemplo de algum conhecimento citado sobre outro elemento do Sítio, foi o de que *há alguma coisa como terra preta de (pH neutro), estabilidade, solo riquíssimo*, por um dos profissionais, o que demonstra que a população local não se tem disponibilizado para sua qualitativa interação com o patrimônio histórico, aporte de conhecimentos necessários sobre o tema.

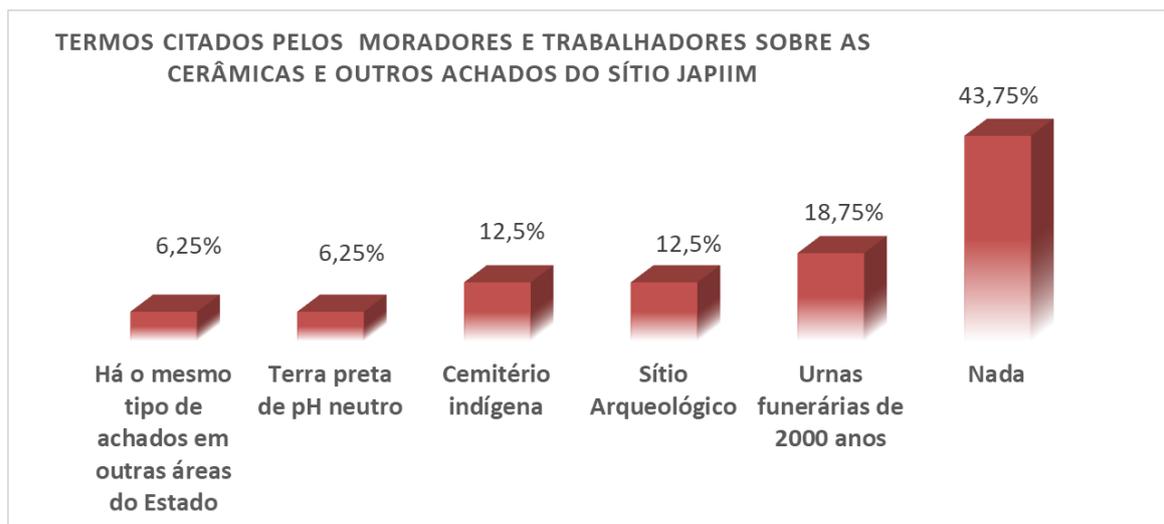


Figura 41: Termos associados ao Sítio Japiim pelos entrevistados do Grupo I

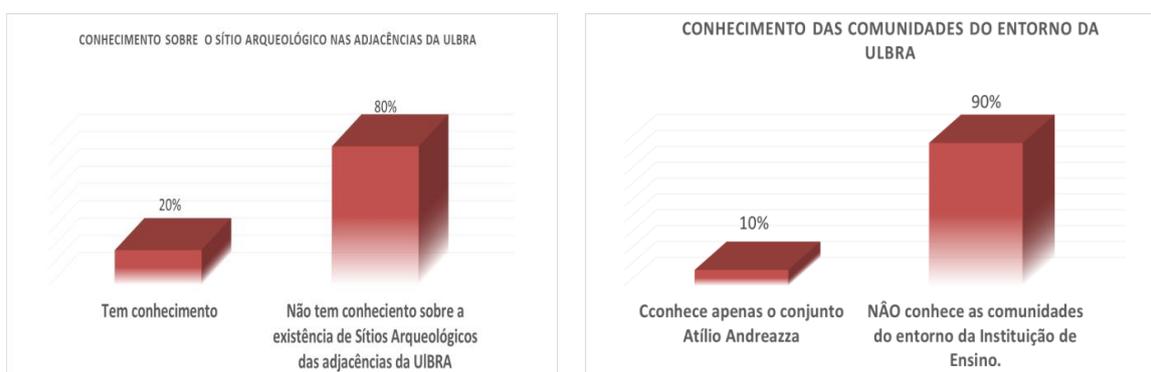
O gráfico ilustra as informações esparsas e desconectadas que compõem o conjunto de conhecimentos sobre o Sítio Arqueológico local.

O segundo subgrupo é o dos que manifestaram ter algum conhecimento sobre a existência de um Sítio Arqueológico na área, mas que não necessariamente tiveram algum contato com os elementos que o caracterizam, e aqueles cujas informações que possuem são muito vagas. Nesse grupo estão representadas pessoas de quase todos os segmentos do universo estudado (moradores, professores universitários e educadores do Ensino Fundamental). Isso demonstra que todo o corpo técnico da unidade de ensino não está apto a realizar um trabalho pedagógico de identificação dos elementos constituintes acerca do patrimônio histórico local para a comunidade estudantil.

E, por último, formando o terceiro subgrupo, estão aqueles que manifestaram nunca terem deparado com elementos característicos do Sítio e que não tinham tido qualquer informação sobre sua existência na área, até o momento da entrevista e da exposição das fotos da área. Nesse grupo em especial, há que se registrar uma fala que bem pode representar a falta de conexão da população local com o seu patrimônio

histórico. Para exemplificar seu desconhecimento sobre o assunto, determinada pessoa declarou: *Não sei nada... E, mesmo que me mostrassem os objetos vistos nas fotos, estes não representariam nada para mim.*

O demonstrado pelo grupo 2 (dos estudantes) é de nível similar ao do grupo 1 em relação aos conhecimentos sobre o Sítio Arqueológico local. Porém, entre os 10% que declararam saber muito pouco, não forneceram especificações. Isso pode ter alguma relação com o demonstrado sobre a falta de conhecimento ou interação dos entrevistados com as comunidades do entorno da ULBRA, o que denota um aparente trajeto específico na área de influência do Sítio, no *Campus* do Centro Universitário.



Figuras 42 e 43: Conhecimentos do entorno da ULBRA pelos entrevistados do Grupo II

A pesquisa demonstrou que os conhecimentos dos estudantes acerca dos achados do Sítio são igualmente proporcionais aos do gráfico que demonstra sua pouca interação com as comunidades do entorno da ULBRA. Esse fato reforça a informação de que 100% dos entrevistados desse grupo disseram que nunca depararam com cerâmicas ou outros elementos do Sítio.

Como já informado, para esse grupo, foram feitas perguntas relacionadas com a história de Manaus, ressaltando as transformações em seus ecossistemas a partir do fenômeno de avanço da urbanização.

Os estudantes entrevistados foram os que cursam Administração de Empresas, Direito e Arquitetura e Urbanismo e encontram-se nos períodos finais de graduação. Na prática, possuem pelo menos cinco anos de vida acadêmica.

Sobre a história de Manaus, as falas citaram os períodos históricos mais proeminentes da capital do Amazonas, e foram assim demonstradas:

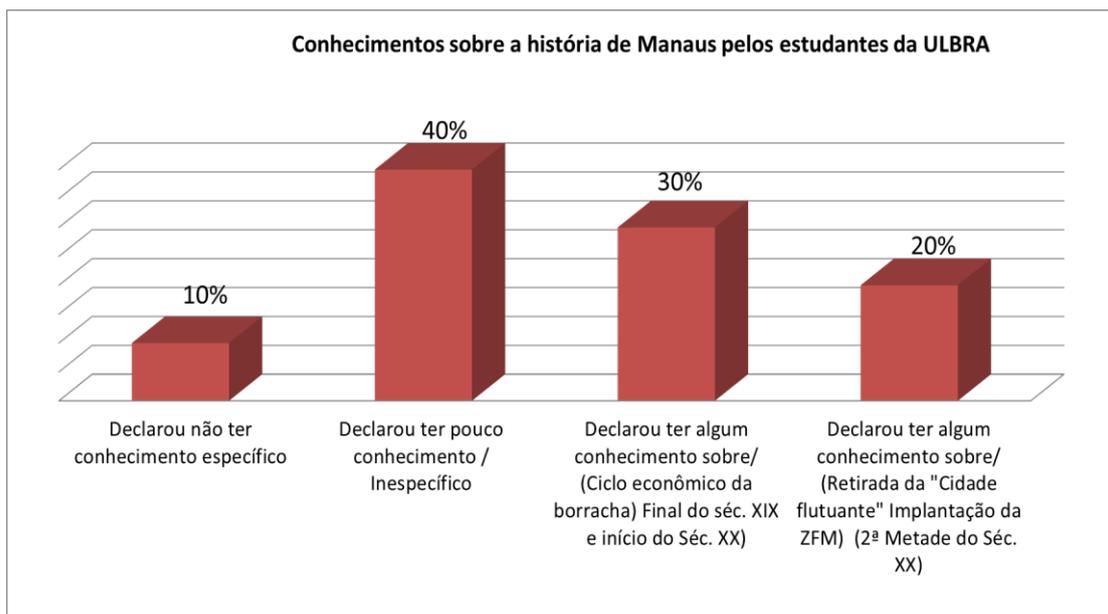


Figura 44: Conhecimentos sobre a história do município pelos entrevistados do Grupo II

Pelo gráfico, é possível dizer que 50% dos entrevistados não demonstraram conhecimentos básicos sobre a história de Manaus. Não estão identificadas nas entrevistas manifestações sobre temas históricos que pudessem estar envolvidas com as suas áreas de estudo. Entre os outros 50% que manifestaram algum conhecimento, pôde ser demonstrado por meio dos registros que esses saberes são muito incipientes, mesmo sobre períodos históricos de grande importância para o atual contexto socioeconômico local, que os entrevistados citaram.

Apesar da aparente falta de conhecimentos sobre o tema proposto, os estudantes assim demonstraram sua percepção acerca da relação entre patrimônio histórico e ambiental:



Figura 45: Relações entre os temas estudados pelos entrevistados do Grupo II

O gráfico mostra que a maioria dos estudantes entrevistados afirma perceber que existe relação estreita entre o que é patrimônio ambiental e o que é patrimônio histórico. Em menor proporção, foi ressaltado que ambos são comuns como elementos constitutivos da nação, no sentido da propriedade, e que é dever do Estado a principal obrigação quanto à sua proteção.

Segundo Vitor e Santos (2011), a concepção de patrimônio como órgão público, nacional e estatal fez parte dos séculos XIX e XX como instrumento de formação e consolidação das identidades nacionais. Dias (2006) *apud* Vitor e Santos (2011) observa que o patrimônio cultural passou a ser símbolo da unidade nacional, tendo como algumas de suas funções as de reforçar a noção de cidadania, tornar visível a entidade nação e ainda funcionar como documento.

Porém não foram manifestados em nenhuma das entrevistas exemplos de como esses temas estão de fato correlacionados e de como a alteração de um pode pôr o outro em detrimento. A noção de que tal proteção de ambos é também do cidadão comum não foi citada.

Mas, quando perguntados sobre o avanço da urbanização na área de influência do Sítio, as manifestações foram de que desmatamento e construção civil são fatores muito proeminentes na mudança da paisagem; na mesma proporção foi citado que a ocupação desordenada na área é fator de degradação dos ecossistemas locais. Porém, ainda nesse âmbito, não houve conexão direta sobre possíveis perdas de patrimônio histórico, seja qual for a ordem.

O Sítio Japiim caracteriza-se histórico-geograficamente como da fase Paredão, cuja classificação foi atribuída pelo especialista alemão Peter Paul Hilbert, que associou as principais características de seus elementos (tipos cerâmicos, adornos, conexão com solo antropogênico) à região de maior incidência, que é a falésia ocre do solo, constituinte do baixo Rio Negro, formadora de um grande paredão.

As descobertas sobre o contexto ambiental no qual os achados foram identificados dão conta de uma datação de mais de 1.000 anos de ocupação na região, sendo de grande evidência o manejo oferecido aos recursos naturais pelos povos que aqui viviam. É nesse âmbito que se mostra o resultado da intensa ocupação humana na configuração da floresta tropical, o que descaracteriza o mito da floresta intocada.

USOS, SIGNIFICADOS E PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO LOCAL

Assim como a população usuária da área de influência do Sítio desconhece a condição da localidade como área protegida por seu patrimônio arqueológico, também desconhece sua condição como parte de uma Unidade de Conservação. Aliás, nesse aspecto, os entrevistados dos dois grupos demonstraram identificar pontualmente mudanças nos ecossistemas desde a implantação das infraestruturas do Conjunto Habitacional Atilio Andreazza e nas áreas de implantação da ULBRA e da UFAM; mesmo assim, disseram que acham que não houve profundas transformações na paisagem, pois o que lhes chama mais a atenção e é representativo nesse sentido é o fragmento florestal da UFAM, bastante visível ao horizonte do Conjunto e da ULBRA.

Considerações do Capítulo II

O patrimônio arqueológico brasileiro é legalmente protegido desde a década de 1930; mais precisamente desde 1937. Porém é apenas a partir de 1961 que sua diversidade de elementos, fases e estratégias de proteção passam a ser mais bem definidas. Por se tratar de um tema que une passado e presente em um ambiente de debates sobre identidade, cultura e educação, é de expectativa que essa legalidade dê visibilidade a tais registros.

Os registros arqueológicos expressam os meios pelos quais o homem vem intervindo nos ecossistemas, transformando o ambiente e sua visão de mundo. E é nesse contexto que se torna perceptível a dificuldade de implementação dessa Legislação no

Brasil, e em especial no Estado do Amazonas. O crescimento urbano do município de Manaus tem no tratamento cotidiano de seu patrimônio arqueológico um bom reflexo dessa pouca capilaridade dos instrumentos de proteção. A ocupação urbana em seus diferentes vieses avança deveras sobre esses espaços protegidos, explicitando a fragilidade da operacionalização de medidas verdadeiramente significativas quanto à sua identificação, catalogação, registros e, principalmente, quanto à sua utilização e função social.

Tal dificuldade de implementação pode relacionar-se com o fato de, desde a infância, o cidadão comum não possuir em seu repertório de saberes e conhecimentos a dinâmica de como se deu a formação da população da qual faz parte, seja pela falta de uma política pública de educação patrimonial, seja pela falta de pesquisas de base que subsidiem um zoneamento espacial urbano, seja pelo pouco acesso dos outros segmentos a discussões sobre o assunto quando da elaboração do Plano Diretor da cidade. O fato é que, de vários ângulos, pode verificar-se que muitos sítios arqueológicos do baixo Rio Negro têm sido sumariamente destruídos, tendo sido levadas muitas das informações que poderiam tornar-nos cidadãos mais envolvidos em sua proteção.

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS NA APA: OLHARES PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICA DE MANAUS

“Só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular”

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as estratégias possíveis para valorização dos atributos da APA UFAM-ACARIQUARA ressaltando a proteção do patrimônio arqueológico do Sítio Japiim.

Para Tolentino (2012), a percepção da fragilidade dos bens culturais, assim como da finitude dos recursos naturais, sobretudo face ao crescente poder de destruição ao alcance do homem – consequência, em parte, do progresso científico e tecnológico –, tem provocado a difusão de uma “consciência preservacionista”, que só será eficaz se assumida tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Nesse sentido, o equilíbrio entre conservar, destruir e transformar impõe escolhas e tomadas de decisão que exigem, tanto por parte daqueles diretamente engajados e/ou afetados pelas políticas de patrimônio, quanto de todos os envolvidos, conhecimento e, sobretudo, compromisso com a “causa” da preservação.

No ensejo dessas discussões, a Organização das Nações Unidas – ONU (2015) elencou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas propostas que demonstram a escala e a ambição de uma nova agenda socioambiental. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar: a proteção do patrimônio cultural e natural do mundo.

De acordo com a ONU, o objetivo 11 da Agenda do Milênio é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. E a meta 11.4 desse objetivo é fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.



Figura 46: Ícone do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n.º 11

Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos20>

Tais esforços precisam acompanhar o ritmo pelo qual a absorção de novos conhecimentos chega e se processa para grande parte da população mundial. Sobre o assunto Cunha e Guerra (2015) afirmam:

Um processo contínuo de mudanças não constitui nada de verdadeiramente novo; a mudança é intrínseca à própria vida. A velocidade com que ocorrem as mudanças é o que passa a ser cada vez mais a marca de nosso tempo. Essa velocidade das mudanças se acelera ao longo da história. Nas eras neolíticas, o progresso era calculado por milênios; de aproximadamente dois mil anos para cá, ele têm sido medidos por séculos, mas hoje precisamos considerá-los em décadas, em algumas atividades, como a informática, que usa medidas de tempo mais curtas. As ideias se tornam obsoletas ou inadequadas com grande velocidade. (CUNHA E GUERRA, 2015 p. 168).

Nesse contexto, segundo Freire (2005), o mundo, agora, já não é algo sobre o que se fala com falsas palavras, mas sim o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulta a sua humanização. E, no âmbito da relação entre a sociedade e a natureza, Leff (2008) afirma que, desde que o homem é homem, sempre esteve intervindo e transformando a natureza – a sua própria – para sobreviver e evoluir.

O conceito de ambiente dá um salto fora do círculo das ciências, de suas articulações possíveis num campo de interdisciplinaridade; inaugura o campo de uma “ciência pós-normal”, abre um diálogo de saberes e reflete um processo em que o real se entretete com o simbólico em diferentes visões, racionalidades e perspectivas históricas mobilizadas por interesses sociais diversos. (LEFF, 2008 p. 394)

Segundo o autor, há uma construção social do ambiente; e é a partir dessa epistemologia política que é possível lançar um olhar retrospectivo ao passado para reconstituir a história dessas relações:

Hoje em dia, graças aos direitos culturais e ambientais conquistados pelos povos indígenas, é possível escutar seus recitativos que guardam a memória da destruição de seu *habitat* e a apropriação de seus recursos como parte do processo de colonização que negou e desconheceu suas identidades. A história ambiental converte-se, assim, numa história de muitas vozes, da diversidade de interesses e visões donde emergem as versões de um processo dominante de intervenção na natureza. (LEFF, 2008, 399)

Para Noronha (2015, p.102), no atual cenário social de grandes transformações, multiplicam-se os conceitos ambientais, e cresce a percepção geral de sua importância na construção de uma vida com mais qualidade para todos. Nesse sentido, enquadra-se a temática da Educação Patrimonial para Xavier, Xavier e Rodrigues (2007), que afirmam:

[...] relaciona-se à educação popular e, por viés, à herança cultural. Pode-se afirmar que essa modalidade educacional ainda é pouco explorada teórico-metodologicamente, ficando muitas vezes distante da escola e, principalmente, da realidade da escola e da sociedade de modo geral. Na escola é “comum” vermos alguns trabalhos relacionados à cultura local, e que na sociedade (na rua, igreja, clubes etc.), em determinados grupos, há uma distância bastante considerada, mas diante dessa reflexão não poderíamos deixar de reconhecer a contribuição de alguns eventos promovidos por Instituições que se preocupam realmente com a divulgação desses bens, por isso consideramos que a educação nesse sentido é importantíssima, exatamente por ela ser o instrumento responsável por facilitar a construção de um diálogo direto com os bens culturais e por permitir que a sociedade faça a leitura e a releitura do mundo. (XAVIER, XAVIER E RODRIGUES, 2007)

No entanto, para Horta; Grunberg e Monteiro (2006) *apud* Xavier, Xavier e Rodrigues (2007), o patrimônio natural também pode ser utilizado como fonte de conhecimento por meio da metodologia da Educação Patrimonial. Os autores defendem que “pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto, seja um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental [...]”. Enfim, a metodologia da Educação Patrimonial pode ser aplicada em tudo e a tudo com que o homem mantém relações, diretas ou não, por isso ela é necessária e deve estar presente na vida do indivíduo para que ele se “alfabetize culturalmente”.

3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

A Educação Ambiental no Brasil é instituída por meio da Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e é descrita como:

Art. 1.º Todos os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Para que seus objetivos sejam atingidos, o Artigo 2.º da Lei determina que esta deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e as modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Para Reigota (200), a estratégia da resolução de problemas ambientais locais como metodologia da educação ambiental permite que dois tipos de abordagens possam ser realizadas:

Ela pode ser considerada tanto como um tema-gerador de onde se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e a transformação da realidade, ou como uma atividade-fim, que visa unicamente à resolução pontual daquele problema ambiental abordado. (REIGOTA, 200... p.116)

Nas entrevistas realizadas com os estudantes de nível superior, na área de influência direta do Sítio Arqueológico Japiim, sobre as transformações percebidas no ambiente natural local, foram colhidos os seguintes dados:

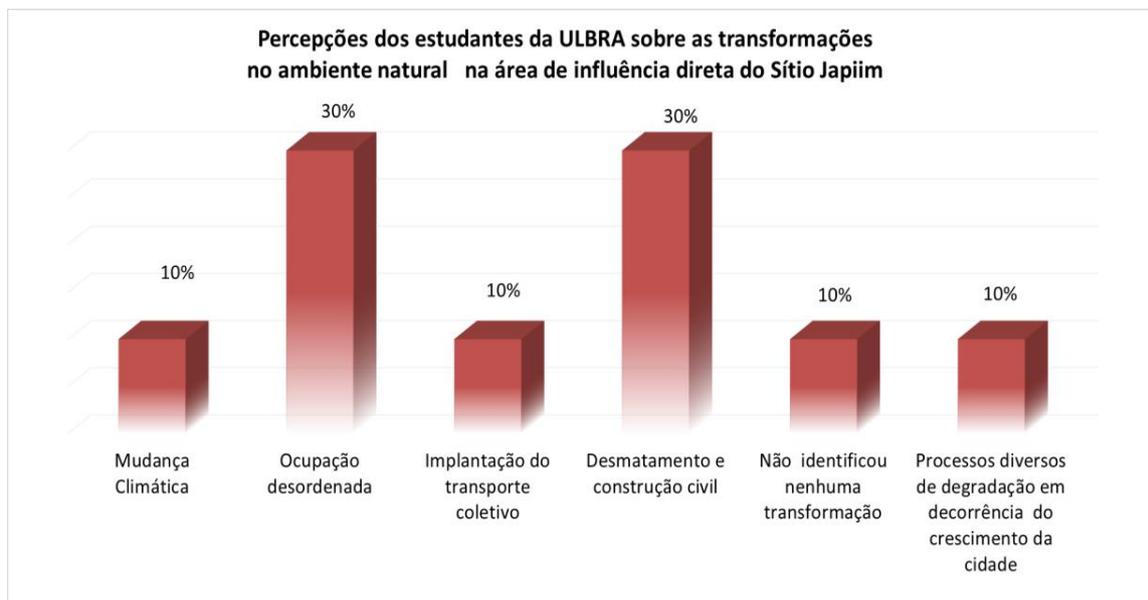


Figura 47: Percepções sobre o ambiente natural pelos entrevistados do Grupo II

Como já foi explicitado, o avanço da urbanização local deu-se para a implantação do Distrito Industrial, de projetos residenciais, de instituições de ensino e pesquisa e do segmento comercial. Porém essa consolidação aparentemente seguiu o padrão das outras áreas da cidade tendo ficado como remanescente isolada o representativo fragmento florestal pertencente à Universidade Federal do Amazonas (de aproximadamente 600 hectares). O patrimônio arqueológico também não teve seu valor histórico reconhecido. A ocupação irregular e desordenada também foi citada pelos estudantes.

Os outros impactos citados (processos diversos de degradação ambiental – contaminação do solo e das águas pelo despejo de resíduos sólidos e líquidos, além da mudança de sensação térmica são fatores que bem poderiam compor temáticas a serem trabalhadas nos diferentes vieses da Educação Ambiental, em todos os níveis educacionais oferecidos no perímetro da Unidade de Conservação, seja no âmbito da educação formal, seja no da educação não formal, já que suas consequências são difusas e já identificadas.

Sobre o contexto identificado, Layrargues (2002) pondera que o maior desafio e a tarefa prioritária da *educação no processo de gestão ambiental* consistem na possibilidade de, sem negar os conflitos existentes, mas mediando-os democraticamente, instaurar acordos consensuais entre os agentes sociais, por meio da participação, do diálogo, do exercício e da construção da cidadania.

Assim como Lima, Andrade e Silva (2017, p. 19) afirmam que relações políticas, ideologias, questões econômicas, individuais e coletivas irão pautar a proposição ou a imposição de programas de pesquisa ou de educação patrimonial, tais ações podem ser colocadas enquanto oportunidades para questionamentos e contribuição para a política de preservação do patrimônio cultural, a qual deve ser tomada contextualmente para que possa garantir os interesses das comunidades envolvidas, a salvaguarda do patrimônio cultural e a legislação vigente.

Para Casco (2019), a participação da sociedade no compartilhamento de projetos indica que existe um componente democrático na estruturação de ações educativas que hoje lidam não apenas com a reafirmação de valores consagrados, mas também com o desafio de preparar o solo para a permanente sementeira de valores.

Já em relação à gestão do patrimônio arqueológico, Silva e Nunes Filho (2012, p. 14) enfatizam o envolvimento da coletividade como sendo um instrumento eficaz quando o aparato legal não é suficiente para lhe efetuar a salvaguarda. Os autores ressaltam ainda a ineficiência do IPHAN e dos demais órgãos fiscalizadores, o que reforça a necessidade de parceria entre instituições e coletivos sociais para tais fins.

Para Loureiro e Cunha (2008 p. 237) a educação ambiental não é um campo homogêneo e que reflete a diversidade das concepções teóricas que fundamentam os também diversos educadores ambientais; e esclarecem que se trata de uma abordagem crítica. Os autores ressaltam que, para a construção do processo democrático e autônomo da gestão ambiental, os sujeitos são entendidos como indivíduos historicamente determinados, constituídos e constituindo-se socialmente em ações políticas com vistas à transformação societária.

3.2. EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Os Art. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 discorrem sobre direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, bem como definem o patrimônio cultural brasileiro. A Lei n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sua alteração na Lei n.º 11.645/08 incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que deve ser ministrada no âmbito de todo o currículo escola.

Porém, para Reigota (2008 p.76), tais aspectos da formação estudantil podem ser tratados além do ensino formal, para o qual espaço educativo é:

“Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüente [...]. Portanto qualquer espaço pode tornar-se um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe esse caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra”. (REIGOTA, 2008, p.76)

Loureiro e Cunha (2008) entendem que há a constante necessidade de assessoramento e de capacitação, envolvendo professores e estudantes do ensino fundamental, médio e superior, como também de comunitários em geral, abordando conteúdos teóricos e metodológicos da arqueologia, na expectativa de transformá-los em células multiplicadoras da discussão e do conhecimento arqueológico, visando à valorização do patrimônio cultural local e regional e à formação de uma população crítica,

conforme sugerido por Horta *et al.* (1999), há tempos, mas apoiando-se também em trabalhos anteriores na Região Amazônica, como os de Carneiro (2009), Lima e Parente (2009) e Lima *et al.* (2013):

O patrimônio cultural é uma construção social que diz respeito a todos; participação ativa dos atores sociais que produzem, mantêm e transmitem esse patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e salvaguarda; produção de informação e documentação como ação de salvaguarda em si mesma (o conhecimento como fundamento da salvaguarda); descentralização e socialização de métodos e instrumentos com vistas à autonomia dos atores sociais e dos processos de preservação que conduzem; articulação da política de salvaguarda com as políticas das áreas de educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social; visão global e integrada das dimensões material e imaterial do patrimônio cultural (SANT'ANNA, 2003).

E, sobre o ambiente do ensino formal (escola), o autor (2008) explica que, quando esta é aberta e criativa, as suas experiências e a sua história participativa com a comunidade devem integrar o seu currículo no sentido de dimensionar e revolucionar a estrutura da instituição, num processo contínuo de renovação. Nesse contexto, teoria e prática têm potencial de concretizar plenamente seus objetivos.

No Conjunto Atílio Andreazza, área de concentração dos elementos do Sítio Arqueológico Japiim, está implantada a Escola Municipal Isabel Angarita, na Rua Elizabeth Agassi.



Figura 48: Escola Municipal Isabel Angarita 3° 6'39.97"S 59°58'23.30"O

Fonte: Angeline U. Amorim (2019)

Segundo seu histórico, foi inaugurada em 27 de abril de 1984, tendo como ato de criação a Lei n.º 1983, de 01/12/1988, e o Parecer n.º 024/89 CEE/AM. Foi na

administração do então superintendente da SUFRAMA, Sr. Joaquim Igreja Lopes, que sugeriu o nome dessa instituição a fim de homenagear sua professora dos anos iniciais, do Estado do Rio de Janeiro. Moradores do Conjunto e de adjacências são contemplados com o oferecimento das séries iniciais do ensino fundamental.

Atualmente, após treze anos sob a gestão do Professor João da Silva Melo, a Escola passou por uma mudança nesse sentido, no início de 2019. Agora está sob a administração do Professor José Cláudio Nery de Brito.

Desses, o mais antigo relatou na entrevista que a Escola foi comunicada sobre o Sítio Arqueológico Japiim na localidade, no início dos anos 2000, por técnicos do IPHAN e da UFAM. Desde lá, parte de seu quadro técnico de educadores vem realizando visitas à área de concentração das cerâmicas e levando os estudantes para conhecer os artefatos como atividade pedagógica.

Essa informação converge com o identificado nas entrevistas dos grupos 1 e 2 sobre os tipos de utilizações da área de influência direta do Sítio Japiim.

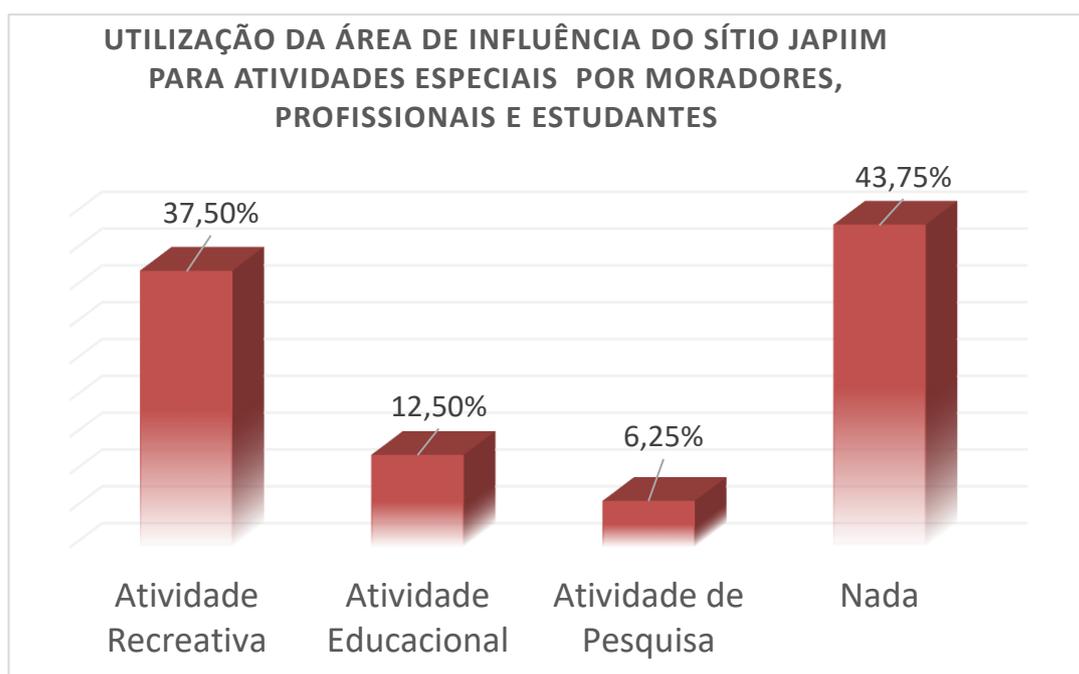


Figura 49: Utilização da Área de Influência do Sítio Japiim pelos entrevistados.

Um aspecto suscitado nas entrevistas das educadoras da Escola foi o da crença em supostos eventos sobrenaturais relacionados ao fato de o prédio da Escola ter sido construído sobre um possível cemitério. As entrevistadas contaram como depararam com supostos eventos fantasmagóricos ocorridos na instituição (vultos, o abrir e o bater

de portas, além de balbucios de vozes nas dependências do prédio). Para a professora entrevistada, relatos do tipo fazem parte de longa data do senso comum entre os servidores da Escola. Porém cada pessoa tem suas próprias convicções sobre tais eventos.

Essas entrevistadas gravaram pequenos vídeos manifestando essas opiniões. Sobre esse aspecto da discussão, o sociólogo Gilberto Freyre (1974) observa:

Ora, o real não é apenas o que os sentidos e a memória abarcam e conceituam: é também aquilo que nos pressiona imponderavelmente, esquivando-se a medições, furtando-se à verificação quantitativa. Revela-se de forma inconsciente ou subconsciente, utiliza pressentimentos, agrega fenômenos insólitos como o *déjà-vu*, põe em jogo forças obscuras, cuja aferição é ainda embrionária. Esses estados psicológicos indefiníveis tomam corpo, confundem-se com certas emergências do mundo de sombras que lateja sob o incolor cotidiano, mascarado pela rotina embrutecedora. FREYRE (1974, p.21)

Durante as entrevistas, uma professora e uma pedagoga disseram não estarem subsidiadas com informações mais aprofundadas sobre o assunto para fornecê-las aos estudantes ali matriculados, no que toca a uma ação pedagógica sobre esse patrimônio histórico. O gestor escolar entrevistado também não mencionou qualquer orientação mais direcionada por parte dos órgãos envolvidos com a temática para a elaboração de uma abordagem pedagógica na comunidade.

Sobre essa lacuna no contexto educacional, relatada pelos educadores da Escola, Oliveira (2003) destaca que o desafio do educador nesse espaço de atuação passa pela forma de equacionar o propósito de uma educação emancipadora, com a existência de conflitos inerentes ao processo de gestão ambiental em uma sociedade desigual. Loureiro e Cunha (2008 p. 240) entendem que isso se dá na organização dos diferentes grupos sociais para a intervenção nos espaços de participação, com vistas à transformação social e à passagem de uma sociedade de dominação para uma sociedade de maior autonomia e liberdade.

Casco (2019) afirma que tal tarefa precisa de algumas mediações e será pouco produtiva se o Estado não conseguir desenvolver mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural no qual se inserem os objetos, as manifestações, os símbolos e os significados, tão caros ao patrimônio e à memória brasileiros.

3.3. INDICADORES E RECOMENDAÇÕES

Os dados obtidos a partir da visão dos moradores, profissionais e estudantes da área de influência do Sítio Japiim têm potencial de indicar as principais linhas de atuação na gestão desse espaço protegido na zona urbana de Manaus:

- O desconhecimento sobre a história da cidade (os contextos socioambientais e políticos nos quais se deram as ocupações e os ciclos econômicos).
- A falta de conexão entre a educação formal e não formal num processo de valorização da identidade local.
- A apatia em relação à expropriação dos atributos naturais que contribuem para a qualidade de vida na cidade.
- A depreciação dos costumes locais e a agregação de novos parâmetros sociais.
- A falta de participação em processos democráticos de discussão e de intervenção na comunidade.

Os vieses para o envolvimento comunitário na proteção dos patrimônios ambiental e arqueológico podem ser acessados tanto no âmbito escolar quanto por meio da educação não formal, ou seja, de modo vivenciado nas relações sociais cotidianas, nos diferentes espaços de intervenção humana. A questão da educação ambiental e patrimonial envolvidas no processo da apropriação da identidade local converge com o objetivo n.º 11 da Agenda do Milênio da Organização das Nações Unidas – ONU (2015). De acordo com a ONU o objetivo 11 da Agenda do Milênio é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A meta 11.4 desse objetivo é fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. São válidos todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, a fim de compreender a dinâmica socio-histórica das referências culturais locais em todas as suas manifestações. Entende-se que é por meio de processos que se dará o desenvolvimento do reconhecimento, de sua valorização e de sua preservação.

Processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et alli*, 2014, p.19)

Considerações do Capítulo III

A fim de assegurar o direito do cidadão brasileiro de conhecer os principais elementos constituintes da formação histórica e ambiental, a Constituição de 1988 tem legislação apropriada sobre Educação Ambiental e Patrimonial para que, de modo transversal, estas possam estar vinculadas às vivências em comunidades urbanas e rurais das diferentes regiões do País.

A estratégia educativa governamental inicialmente dá-se por meio do sistema formal de ensino, que tem o aparato técnico-pedagógico acessível para todos os níveis de ensino. É nesse âmbito que se dá a possibilidade da exploração dos mais variados temas e questões inerentes às realidades locais. A abordagem pode ser feita, entre outras formas, por meio de temas-geradores que, conseqüentemente, podem desenvolver-se em projetos de alcance comunitário e de envolvimento educativo não formal.

O ambiente escolar tem potencial para a articulação dos conhecimentos científicos e dos saberes tradicionais, assim como de outros temas, da questão histórico-ambiental, porém o que se verifica é que, no caso da área em estudo, é um exemplo do que ocorre em muitas outras áreas da cidade de Manaus e de outras localidades fora de seu perímetro urbano. Aparentemente, a participação dos órgãos afins dessas temáticas ainda é incipiente no desenvolvimento de uma proposta educativa que efetivamente situe o educando em uma condição de sujeito de intervenção em sua comunidade. Seja por quaisquer motivos que essa situação ocorre, o fato é que se verifica uma falta de conexão desses assuntos com o sistema educacional formal, pelo menos da forma como seria mais eficiente em áreas de grande incidência de registros de arqueológicos, como é o caso da zona sul de Manaus.

Considerando que o início da vida comunitária do cidadão tem um viés ligado à Escola (excetuando o de povos tradicionais isolados e outros casos excepcionais), é possível afirmar que está aí uma referência para a formação de lideranças sociais. Isso embasado no fruto de práticas pedagógicas reflexivas, inclusivas e de potencial transformador vivenciadas nesse espaço.

E, refletindo que a questão histórico-patrimonial não se restringe essencialmente aos registros de antepassados, é de se esperar que a condição do patrimônio público contemporâneo seja entendida por esse cidadão como um componente do esforço coletivo para seu uso ou símbolo de suas conquistas. Isso remete a uma postura de compreensão dos significados para a conjuntura sociopolítica de seu tempo.

Os motivos pelos quais algumas das discussões pertinentes à formação de um sujeito de participação ativa na sociedade se desconectam entre a educação formal e não formal pairam sobre uma proposta educativa fragmentada na qual não se percebem as implicações desastrosas dessa prática nas complexas interações humanas com o meio, por exemplo, depreciando suas dimensões culturais e religiosas.

Os principais indicadores relativos à temática dos patrimônios ambiental e histórico obtidos no estudo dão conta da falta de compreensão dos impactos da perda desses atributos à qualidade de vida da população em geral. Dão conta de que há uma desconexão (ou uma conexão muito fraca) entre as práticas dos segmentos governamentais afins com essas temáticas e as formas existentes de educação (formal e não formal). Isso se apresentou pela falta de conhecimento da história da cidade em seus principais marcos sociopolíticos e ambientais, que se estendem até a própria área do estudo: uma área de floresta remanescente e de registros arqueológicos de uma sociedade de pelo menos 1.000 anos atrás. Apresentou-se pela falta de práticas pedagógicas dinâmicas que valorizem a importância da identidade amazônica e especialmente de Manaus, pela falta de pesquisas em relação a essa riqueza pretérita e ao mesmo tempo contemporânea.

De modo geral, verificou-se a conseqüente falta de iniciativas comunitárias em ações ou projetos de valorização do ambiente natural remanescente e igualmente em relação ao do patrimônio arqueológico. Nesse panorama, podem ser válidas as seguintes recomendações para os órgãos ligados às temáticas estudadas nesta pesquisa, sejam eles da área ambiental, sejam da histórica e educacional:

- O desenvolvimento de uma nova forma de trazer à pauta pedagógica temas como a educação ambiental e patrimonial, de forma a levar os educandos a se perceberem parte da dinâmica de transformação do espaço geográfico e social visando, entre outras, a estas competências:

- A compreensão dos impactos da perda dos atributos socioambientais para a qualidade de vida da população em geral e para o desenvolvimento de uma postura crítica de vivência de direitos e deveres.

- A conexão entre os segmentos governamentais afins a essas temáticas com o segmento da educação (formal e não formal).

Isso para proporcionar a apropriação do conhecimento da história e de seus principais marcos sociopolíticos e ambientais e, no caso em tela, para garantir

conhecimento e valorização da própria área de influência do Sítio Arqueológico Japiim num ambiente educacional de práticas pedagógicas dinâmicas que fortaleçam a importância da identidade amazônica e especialmente de Manaus, por meio de projetos e de pesquisas em relação a essa riqueza pretérita e ao mesmo tempo contemporânea.

Considerações Finais

O marco da implantação do Polo industrial de Manaus não trouxe apenas impactos positivos à economia local, mas também produziu significativas mudanças no espaço geográfico, bem como transformações no modo de vida dos cidadãos da capital, seja por ter introduzido novas tecnologias, seja por ter influenciado em novas formas de visão de mundo. O estabelecimento das linhas de produção na Zona Franca necessitou de grande número de mão de obra fortalecendo a vinda de muitos interioranos para a capital. Porém as empresas instaladas demandaram conhecimento técnico especializado a fim de contemplar a produção em escala. Tal fato propiciou a implementação de vários cursos de graduação, para os quais a UFAM teve total importância no oferecimento.

A expansão urbana que formou e consolidou os bairros componentes da APA não foi de todo planejada, tendo sido forjada em várias áreas pelo desordenamento do espaço sem infraestruturas adequadas para receber o êxodo de pessoas que aqui chegaram em busca de emprego. Da forma como a ocupação se deu, não respeitou, além do patrimônio ambiental, o patrimônio arqueológico. Adjacentes ao Distrito Industrial, formaram-se os bairros Coroado, Petrópolis e Japiim consolidando os usos residencial e comercial. Aí, além da UFAM, estabeleceu-se o INPA, a ULBRA e os conjuntos habitacionais que se encontram no perímetro da APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA, MANAUS.

Em 2012, entre esses bairros, decretou-se o perímetro de aproximadamente 759,00ha como Unidade de Conservação de Uso Sustentável da categoria Área de Proteção Ambiental, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Seu perímetro abrange Instituições de ensino e pesquisa, um parque urbano e conjuntos residenciais. Isso porque essa categoria de Unidade de conservação é passível de ser implementada, especialmente em zonas urbanas, sem necessariamente demandar

desapropriação de seus titulares. Atualmente a Unidade possui um Conselho Consultivo instituído e funcionando com a participação de entes dos três níveis federativos, além de ter a representatividade da sociedade civil de vários segmentos.

O estudo foi exploratório possibilitou amostrar os significados atribuídos pela população local ao Sítio Arqueológico Japiim por meio de suas práticas cotidianas, utilizando-se de referências sobre as percepções humanas, por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores e universitários, além da ilustração por meio de fotografias na ocasião das entrevistas e na identificação georreferenciada dos elementos constituintes do Sítio. Dessa forma, obtiveram-se dados quantitativos e qualitativos sobre as práticas da comunidade em relação ao tema.

De modo geral, verificou-se a falta de implementação da Lei que resguarda esse patrimônio arqueológico identificado no perímetro do conjunto Atílio Andreazza, o qual foi obra multifamiliar projetada para a alocação dos funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Isso se demonstra pela falta de uma delimitação da área como forma de chamar a atenção para o patrimônio histórico local, em virtude da ausência de uma urgente educação ambiental e patrimonial que reflete uma realidade comum às outras áreas com esse tipo de registros.

Os elementos constituintes do Sítio Japiim são, de modo geral, cerâmicas dispostas em vasilhames em forma abaulada, cujas bordas são visíveis aflorando no solo. São classificadas pelos cientistas da área de arqueologia como de uma fase histórica denominada *Paredão*, cuja representatividade é de cerca de 700 anos após iniciada a Era Cristã. Esse fato por si só já descortina a história oficial ainda disseminada nas escolas que não ressaltam o conhecimento histórico, depreciando a identidade amazônica em suas diferentes nuances. Outro elemento característico é um solo antrópico escuro, cujo registro em outras áreas valeu-lhe o nome comum de *terra preta de índio*. Por seu grande poder nutricional, há registros e relatos de que boa quantidade se tirou do local para compor o ajardinamento e o paisagismo do Aeroporto Eduardo Gomes, quando de sua construção na década de 1970, no auge do funcionamento da Zona Franca de Manaus.

Os usos da área de identificação do Sítio Arqueológico Japiim, assim como os significados e as percepções da população local em relação a ele, foram denotados por meio de entrevistas realizadas com cidadãos comuns à área há pelo menos 30 anos e

com aqueles cuja intervenção é mais recente. Por meio das respostas, o universo entrevistado apresentou pontos em comum em ambos os grupos I e II. Amostrou-se a total falta de conhecimentos sobre o patrimônio ali aflorado. Entre moradores, profissionais atuantes e estudantes do Sítio Arqueológico Japiim, o indicador principal é a falta de Educação Ambiental pelo desconhecimento dos atributos ecológicos igualmente depreciados; e, em relação ao Sítio, verificou-se a geral desinformação, não apenas pelo Sítio em si, mas também pela temática em geral.

A educação nas modalidades formal e não formal são ligadas pelo mesmo viés: das demandas da vida em comunidade/sociedade em diferentes níveis, mostrando-se complementares em relação às diferentes temáticas que se apresentam. São estratégias que, se implementadas de forma sistemática e com objetivos definidos em relação ao protagonismo contemporâneo, potencializariam uma significativa transformação socioambiental e política. No caso da comunidade estudada há elementos suficientes para um maciço movimento educacional que discuta as principais demandas da Educação Ambiental e Patrimonial.

Há comunitários com formação técnica; há uma população acadêmica expressiva e Instituições de Ensino e Pesquisa com instrumentos didático-pedagógicos de grande alcance; isso sem falar na convergência com os órgãos afins a essas temáticas.

Porém a falta de articulação entre todos eles resulta em ações pontuais, fragmentadas e, de modo geral, sem efeitos duradouros em relação à formação cidadã do jovem educando que desconhece todos os valores locais. Os indicadores aqui exibidos em relação aos temas propostos nas entrevistas dão conta de que, se não houver um processo gradual e objetivo dessa postura individualista ainda em muitos segmentos sociais, nossa população de Manaus continuará experimentando muitas deficiências educacionais, o que se refletirá nos mais diversos âmbitos, deixando-nos aquém de soluções sustentáveis para a qualidade de vida e das gerações futuras.

Por isso, é importante trazer questionamentos em relação ao papel do homem em relação às transformações socioambientais como sujeito destas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Genoveva Chagas de. **Representações Sociais de Meio Ambiente: A Reserva Florestal Adolpho Ducke**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas / Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007, 193 pp.

BARRETO, C. B., LIMA, H. P.; BETANCOURT, C. J. (Org.). **Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese**. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura. 668 pp.

BARROS, E. C. de C. **Diagnóstico da destruição: os efeitos da expansão urbana sobre os sítios arqueológicos de Manaus**, AM, 2016. 151 pp. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976. 293p.

BECKER, Bertha K. **Síntese da produção científica em Ciências Humanas na Amazônia: 1990 – 2002**. In COSTA, W. M. da; Becker, B. K.; Alves, S. D. (Org.).

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas**, 1896 – 9/1/1994, Belém, 51 pp.

BRASIL. Lei n.º 3924, de 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 27 de julho de 1961, e retificado em 28 de julho de 1961.

BRASIL. Lei n.º 9.638 de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 2 de setembro de 1981.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 22 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1.º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 19 de julho de 2000.

BRASIL. Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002. **Regulamenta artigos da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC –, e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 23 de agosto de 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Planejamento e Gestão de APAs: Enfoque Institucional**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. Série meio ambiente em debate; 15. ISSN 1413 – 2583

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. **Sociedade e educação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional. Acessado em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1154>

CASTRO M. W. M. **A Cronologia dos Sítios Lago de Iranduba e Laginho à Luz das Hipóteses de Ocupação Humana para a Amazônia Central**. 2009. 171 pp. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, B. L. SILVA da. **Levantamento Arqueológico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã**. Estado do Amazonas. 2012. 160 pp. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da; BECKER, Berta Koiffmam; ALVES, Diógenes Salas. (Org.). **Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera na Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 174 pp.

CUNHA, Aldinéia; Tello, Júlio C. **Interpretação da Identidade dos Jovens no Contexto da Globalização e o Meio Ambiente: elementos para uma reflexão crítica sobre educação ambiental**. In TELLO, J. C.; OLIVEIRA, S; REIS, J. (Org.). Floresta Amazônica: Configurando um novo debate. Manaus: Ufam, 2013. 232 pp.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. 2.^a edição. Manaus: Ed. Valer, 2007, 170pp.

FERNANDES, S. R. *et al.* **Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental**. Vitória: 2004.

FILHO, Vitor Ribeiro. **Amazônia em Cadernos**, n.º 4, Manaus: EDUA, 1998, 311-320, 321pp.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42.^a edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005, 213 pp.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. 3.^a edição. Rio de Janeiro. Editora Record. 1974, 178pp.

- GARCIA, Etelvina. **Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios**. Manaus: Norma Ed.: Suframa, 2004, 230 pp.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. GERHARDT, E. T.; SILVEIRA, D. T. (Org.) coordenado pela Universidade Aberta do Brasil.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOUVÊA, Y. M. G. **Áreas de proteção ambiental e demais unidades de conservação**. [S.l.: s.n.]. 1985. 16 pp.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HECKENBERGER, M. J.; RUSSELL, J.C.; FAUSTO, C.; TONEY, J. R.; SCHMIDT, M. J.; PEREIRA, E.; KUIKURU, A. Pre – Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214 – 1217, 2008.
- HILBERT, P. P. **Archaeologische Untersuchungen am mittleren Amazonas**: Beitrage zur Vorgeschichte des sudamerikanischen Tieflandes. Mit 164 Abbildungen und 11 Karten (vom Verfasser). Berlin: Marburger Studien zur Volkerkunde; Bd. 1, Reimer, 1968.
- HORTA, Maria de Lourdes *et al.* **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN e Museu Imperial, 1999.
- KATIMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: EMBRAPA – Spi, 1994, 182 pp.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: 14.^a edição. Jorge Zahar Ed., 2001, 60pp.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 176pp.
- LEFF Enrique. **Saber Ambiental**. 6.^a Edição. Petrópolis, Vozes, 2001, 343pp.
- LIMA, Helena, P.; Andrade, B. Ellen; Silva, Carlos Augusto da. **Gestão do Patrimônio Arqueológico na Amazônia: Desafios da Curadoria Compartilhada nas Redes do Tupé, Manaus – Amazonas**. Rev. Arqueologia Pública Campinas, SP v.11 n.º 2 p. 118 Novembro/2017.
- LIMA, Helena P. e PARENTE, M. T. **Gestão do Patrimônio Arqueológico Amazônico**. Manaus, IPHAN, 2009.
- LIMA, Helena, P.; MORAES, Bruno, Manaus: **Revista de Arqueologia**, Vol. 23 – n.º 1: 90-107, 2010.

LIMA, O. R. de.; ROSA, O. **Percepção e Topofilia: Relações e Sentimentos sobre a Paisagem da Cidade de Catalão (Go)**. In II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 19 a 21 de agosto de 2013. Campo Mourão, PR: SEURB, 2013. 27pp.

MANAUS. Decreto n.º 4.261, de 02 de janeiro de 2019. Diário Oficial do Município, Manaus, 4508, Edição Extra III, 23pp.

MANAUS. Lei Complementar n.º 002, de 16 de Janeiro de 2014. Dispõe sobre o **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus**. Publicação no Diário Oficial do Município de Manaus, AM, de 16 de janeiro de 2014.

MANAUS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Disponível em <http://semmas.manaus.am.gov.br/areas-protegidas> Acesso em 20.02.2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: 3.ª Edição. Martins Fontes, 2006, 654pp.

MORAES, C. P. **Arqueologia na Amazônia Central vista de uma perspectiva da Região do Lago do Limão**. 2006. 243pp. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus. Manaus**: 3.ª Edição, 1971, 199pp.

46. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivos do Milênio**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/tema/odm/> Acessado em 20 de fevereiro de 2018.

NEVES, E. G. **Sob os Tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 a. C. – 1.500 d. C.)**. 2013. Tese (Livre Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 303pp

NORONHA, Maurício; CAMPISTA, Dayse. **Sauim de coleira: A história de uma espécie ameaçada de extinção**. Manaus. Camirim Editorial, 2015, 144pp.

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos. 2.ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 133pp.

REIGOTA, Marcos. (Org.). Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. 3.ª Edição. Petrópolis: DP *et al*, 2008. 128pp.

RODRIGUES, A. L; *et al*. **O Papel das APAs e as APAs de papel em São Luís - MA**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – ENG, 2010, Porto Alegre. Anais (*on-line*). Disponível: <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html> Acesso em 21.09.2015.

ROSTAIN, S.; SAULIEU, G. **Antes. Arqueología de La Amazonia Equatoriana.** Quito: IFEA; IRD; ITGH, 2013. 206pp.

SANTAELLA, Lúcia. **Percepção: Fenomenologia, Ecologia, Semiótica.** São Paulo: Cengage Learning, 2012, 146pp.

SANTOS, Francisco Jorge. (Org.). **Amazônia em Cadernos**, n.º 4, Manaus: EDUA, 1998, 321pp.

SCHAAN, D.; ANDERSON, M. A. L. **A Grande Expansão Geográfica dos Tapajós.** In: SCHAAAN, D. (Org.). **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada.** Pesquisando ao Longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém: GK Noronha, 2012.

SANTANA NETO, João Ferreira de. **Relatos Históricos e Sentimentos do Bairro Japiim.** Manaus. Edições Muiraquitã. 2008, 96pp.

SCHERER, Elenise. II. Oliveira, José Aldemir de. (Orgs). **AMAZÔNIA: Políticas Públicas e Diversidade Cultural.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SIMÕES, M. F.; CORRÊA, G. CORRÊA; MACHADO, A. L.; **Achados Arqueológicos no Baixo Rio Pará.** 1973, 141pp.

SIMÕES, M. F. 1983. **Pré-História da Amazônia: Uma tentativa de reconstituição.** In: *Cultura Textos e Catálogos.* Belém, Mus. Para. Emílio Goeldi/CNPq, (pp. 5-21).

SOUSA, J. O. **Mão de obra indígena na Amazônia Colonial.** Revista Em Tempo de Histórias, n.º 6. Brasília, 2002.

TOLENTINO. Átila Bezerra: **Educação Patrimonial** (Org). Caderno Temático. João Pessoa: Superintendência do IPHAN, na Paraíba n.º 2, 2012. 104pp.

TOLENTINO. Átila Bezerra: **Educação Patrimonial** (Org). Caderno Temático. João Pessoa: Superintendência do IPHAN, na Paraíba n.º 4, 2012. 104pp.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987, 173pp.

TUAN, Yi- Fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores.** New Jersey: DIFEL Difusão Editorial S. A, 1980, 232pp.

UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VITOR Amilcar Guildolim e Santos Júlio Ricardo Quevedo dos. **A Construção Social do Patrimônio Cultural através do Processo de Produção de Representações Sociais.** Revista História em Reflexão: Vol. 5 n.º 10 – UFGD - Dourados jul/dez 2011, 25pp.

XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; XAVIER, Antônio Roberto; RODRIGUES, Rui Martinho. Direito à educação patrimonial. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n.º 161, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19061&revista_caderno=27>. Acesso em maio 2019.

ZACARIAS, E. F. J., HIGUCHI, M. I. G. **Relação pessoa-ambiente: caminhos para uma vida sustentável.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n.º 3, pp. 121-129, jul./set. 2017.

ANEXOS

ANEXO 1

SEMNAS

Secretaria Municipal de
Meio Ambiente e SustentabilidadePREFEITURA DE
MANAUS

Unidade;

- Os resultados da pesquisa estarão à disposição desta SEMNAS;
- Esta autorização não dispensa a apresentação de outros documentos solicitados a *posteriori*, a exemplo da cópia de documento comprobatório de pedido de autorização ao Comitê de Ética para aplicação de pesquisa com humanos.

6. CONSIDERAÇÕES

A proposta ora apresentada "Percepção sobre o Patrimônio Arqueológico em uma Unidade de Conservação de Zona urbana: O Sítio Japiim, na APA UFAM-ACARIQUARA, Manaus, AM.", deve ter como parâmetros básicos: Cuidados com a metodologia utilizada (entrevistas semiestruturadas) a fim de preservar a integridade dos participantes de acordo com a orientação do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição de Ensino evitando provocar impactos negativos de qualquer ordem em sua dignidade.

7. AUTORIZAÇÃO

Fica autorizada a realização de Pesquisa "Percepção sobre o Patrimônio Arqueológico em uma Unidade de Conservação de Zona urbana: O Sítio Japiim, na APA UFAM-ACARIQUARA, Manaus, AM", conforme solicitação do discente responsável.

Este documento tem validade para o período de **12 (doze) meses** a contar da data da assinatura deste **Termo**, prorrogável por igual período.

Márcio Bentes Lima

Diretor do Departamento de Áreas Protegidas

Maria do Socorro Monteiro da Silva

Chefe da Divisão de Apoio às Áreas Protegidas

Angeline Ugarte Amorim

Responsável pela Pesquisa

Manaus, 12 de setembro de 2018.

Anexo 02



Secretaria Municipal de Educação
Subsecretaria de Gestão Educacional
Departamento Geral de Distritos

SEMED / DEGD
Nº DE PROCESSO 23
DATA 09/08/2018
ASSINATURA

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo execução da pesquisa intitulada **“Percepção sobre o Patrimônio Arqueológico em uma Unidade de Conservação de Zona Urbana: O sítio Japiim, na APA UFAM- Acaquiraquara Manaus, Am”**, a ser realizada pela Angeline Ugarte Amorim, mestrandia pertencente ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. O presente projeto terá como o objetivo é compreender o conhecimento e as percepções da população da APA/UFAM – Acaquiraquara acerca do patrimônio arqueológico local considerado o processo histórico de ocupação dos bairros que a compõem

A Instituição se compromete a solicitar consentimento livre e esclarecido a todos os participantes da pesquisa, bem como obedecer à regulamentação ética de pesquisa em vigor no país.

Manaus, 09 de agosto de 2018.


Euzeni Araújo Trajano
Subsecretária de Gestão Educacional
SEMED

Anex
o 02

Anexo 03

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS**CREDENCIADO PELO DECRETO DE 26/03/2001 - D.O.U. DE 27/03/2001
Associação Educacional Luterana do Brasil - AELBRA

Manaus, 09 de agosto de 2018.

Ofício Nº 46 / 2018 – REITORIA

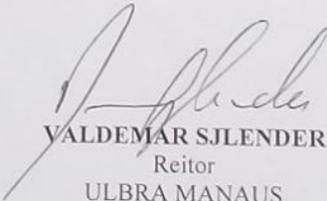
Do: Sr. Valdemar Sjlender – Reitor do Centro Universitário Luterano de Manaus

À Sra. Angeline Ugarte Amorim – Acadêmica de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (PPGCASA – UFAM)

Assunto: Solicitação para participação em Pesquisa Científica

Em resposta ao Ofício recebido no dia 07 de agosto de 2018, enviado pela Sra. ANGELINE UGARTE AMORIM, RG 1267884-8, informamos que foi deferido o pedido para que a estudante realize a pesquisa interna, considerando os objetivos da pesquisa e formulário de perguntas. Solicitamos à mesma que nos dê retorno final de sua pesquisa, com nome dos entrevistados do CEULM para fins de registro.

Subscrevo-me,



VALDEMAR SJLENDER
Reitor
ULBRA MANAUS

Anexo 04



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia



Mestrado concelho 4 homologado pelo CNE (Port. MEC 2071, de 21/05/2011, DOU 23/05/2011, vol. 1, p. 25)
Doutorado 4 homologado pelo CNE (Portaria 1225, de 11/9/2011, D.O.U. 22/9/2011, vol. 1, p. 694)

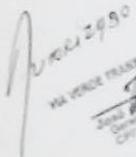
Manaus, 03 de agosto de 2018.

À Presidência da Empresa de Ônibus urbanos Via Verde
Assunto: Participação em Pesquisa Científica.

Eu, Angeline Ugarte Amorim, de RG 1267884-8 e CPF 574.751.302-82, estudante em nível de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Matrícula 2170245), que assina esta carta-ofício em conjunto com seus Orientadores, Suzy Cristina Pedroza da Silva (<http://lattes.cnpq.br/7031927625197306>) e, Carlos Augusto da Silva (<http://lattes.cnpq.br/7477532256270106>) vimos respeitosamente solicitar a Vossa Senhoria, autorização para realizar a Pesquisa **Percepção sobre o Patrimônio Arqueológico em uma Unidade de Conservação de Zona urbana: O Sítio Japiim, na APA UFAM-ACARIQUARA, Manaus, AM** no sentido de que possam ser entrevistadas 3 (três) pessoas entre (1) despachante; (1) Motorista e (1) um cobrador de ônibus como parte da população usuária da Área de Proteção Ambiental Municipal UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELISA MIRANDA E ACARIQUARA (Dec. 1.503/2012).

Neste sentido, solicitamos deferimento. Em anexo a esta, encontram-se o pré-projeto, a lista das perguntas a serem feitas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para informações que se fizerem necessárias, comprometemo-nos a prestar todos os esclarecimentos necessários pelos contatos 99256-1655 e diniziaexcelsa.ugartis@gmail.com.

Os resultados obtidos tem potencial de contribuição na estratégia de conservação dos atributos socioambientais existentes na referida Unidade de Conservação, a qual a área desta Instituição de Ensino e Pesquisa é parte.



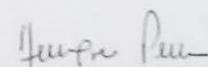
VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
Zilda de Assis Vianna
Gerente Operacional
CPF: 450.302.774-67

VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
RECEBIDO
DATA: 07/08/2018
ASS: [Handwritten Signature]

Angeline Ugarte Amorim
Estudante do PPGCASA – UFAM



Orientador@



Coordenação do PPG/CASA/UFAM

Anexo 5



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA
Mestrado Acadêmico
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Convidamos você à participar, de forma totalmente voluntária, do projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, denominado de **“O Sítio Arqueológico Japiim, na percepção da população da APA UFAM-ACARIQUARA, na zona urbana de Manaus, AM.”** sob a responsabilidade da Sra. **Angeline Ugarte Amorim**, estudante de mestrado do Centro de Ciências do Ambiente – CCA da Universidade Federal do Amazonas, localizado na Av. Gal. Rodrigo O. J. Ramos, 6200, Campus Universitário, Coroado I, Manaus-AM, Bloco T, telefone (92) 3305 1181 ramal 4069 e celular (92) 99256-1655, e-mail: **diniziaexcelsa.ugartis@gmail.com**, sob a orientação dos professores, Dr. **Carlos Augusto da Silva** e Dra. **Suzu Cristina Pedroza da Silva**.

O projeto tem como objetivo **Compreender o conhecimento e as percepções da população da APA UFAM-ACARIQUARA acerca do patrimônio arqueológico local considerando o processo histórico de ocupação dos bairros que a compõem**. Sua participação na pesquisa envolve riscos, porém mínimos e decorrentes da sua participação ao responder às perguntas das entrevistas conduzidas pelos pesquisadores, o que poderá lhe causar desconforto e emoções por lhe fazer lembrar de suas experiências vividas boas e ruins, conhecimentos e opiniões sobre o **Sítio Arqueológico de nome homônimo ao bairro, localizado no Conjunto Atilio Andreazza, Bairro Japiim II**. Para minimizar tais riscos, foram tomados os cuidados de se incluírem apenas assuntos que são do seu conhecimento como morador local ou da comunidade universitária e de não se incluir perguntas de caráter pessoal.

Se você aceitar participar, **estará contribuindo para o enriquecimento das discussões sobre como as comunidades e os governos poderão melhor enfrentar essa questão socioambiental**. Caso a sua participação gere quaisquer despesas para você, estas lhe serão ressarcidas em dinheiro pelo projeto e você terá o direito a indenizações e cobertura material para a reparação a danos que por ventura venham a ser causados direta ou indiretamente por esta pesquisa.

Utilizaremos como instrumentos para a realização da pesquisa, formulários, entrevistas, com a utilização de máquinas fotográficas, GPS e gravador de voz digital. Se alguma pergunta pedir resposta que gere desconforto ou qualquer incômodo ou você não souber ou quiser responder, você terá toda liberdade para se recusar a respondê-la. Também poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Os resultados destas entrevistas serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a Comissão de Ética de Pesquisa, localizado na Faculdade de Enfermagem da UFAM, cito a Rua Teresina, 4950, Adrianópolis, Manaus, CEP – 59.057-070 telefone 33051181 ramal 2004, celular (92) 991712496, E-mail: cep.ufam@gmail.com.

Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma via deste documento, assinada.

Participante da Pesquisa

Data: ____/____/____



Impres. Datiloscópica

Pesquisador Responsável pela Entrevista

Data: ____/____/____

Anexo 6

Grupo: Moradores, Professores, outros funcionários



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Nº _____

Pesquisador: _____ Data: ___/___/ 2018 Hora: _____

Bairro: _____ COORD.GEOG:Lat _____ Long _____

Nome da Localidade: _____ N° da Foto: _____

1. DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome: _____ 1.2 Sexo: 1. M () 2. F ()

) Faixa Etária: 18 a 28 anos () 29 a 39 anos () 40 a 50 anos () 51 a 65 anos ()

2. DADOS DA LOCALIDADE

2.1 História do lugar:

2.2 Há quanto tempo mora / trabalha aqui?

2.3 Porque veio morar / trabalhar aqui?

2.4 Como era quando o senhor (a) chegou aqui?

5 No entorno da comunidade/bairro ainda possui alguma paisagem natural?

2.6 O senhor (a) utiliza a área do entorno de sua residência / do seu trabalho para alguma atividade especial?

2.7 O Senhor (a) já se deparou na sua propriedade / área de trabalho com pedaços de potes ou outros, iguais a estas representadas nas fotos?

8 O que o senhor (a) sabe sobre cerâmicas encontradas na comunidade/bairro?

2.9 O senhor (a) desenvolve alguma atividade profissional aqui? Qual?

3.0 Quais os veículos mais utilizados para seu trânsito na comunidade/bairro?

Anexo 7

Grupo: Universitários da ULBRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
 Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA
 Mestrado Acadêmico

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Nº _____

Pesquisador: _____ Data: ___/___/ 2018 Hora: _____

Universidade: _____ Setor: _____ Nº da

Foto: _____

1. DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

1.1. Nome: _____ 1.2 Sexo: 1. M () 2. F ()

Faixa Etária: 18 a 28 anos () 29 a 39 anos () 40 a 50 anos () 51 a 65 anos ()

2. SOBRE O TEMA ESTUDADO

2.1 Qual seu curso universitário? Está em qual período?

2.2 Quais seus principais conhecimentos sobre a formação (histórico) de Manaus?

2.3 Você identifica transformações no ambiente natural local causadas pela expansão urbana? Se sim, quais?

2.4 Você utiliza a área do entorno de sua Instituição de Ensino para alguma atividade especial? Se sim, atividades de que tipo?

2.5 Você conhece as comunidades locais no entorno da sua Instituição de Ensino. Se sim, sabe qual o estado de degradação se encontra?

2.6 Você relaciona o Patrimônio Ambiental com Patrimônio Histórico?

2.7 Você tem conhecimento da existência de Sítios Arqueológicos nas adjacências de onde estuda? Se sim, como soube?

2.8 Você já se deparou com pedaços de potes ou outros, iguais a estas representadas nas fotos, na sua Instituição de Ensino?

2.9 O que você sabe sobre cerâmicas encontradas na APA UFAM-ACARIQUARA?

3.0 Você vê relevância social na proteção desses achados no entorno de sua Instituição de Ensino?

3.1 Você vê importância desses achados para a cidade de Manaus

Anexo 8

Portaria do 3º mandato do Conselho da APA UFAM-ACARIQUARA (em vigência)

Manaus, quarta-feira, 22 de novembro de 2017	
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Entidades/Associações 8. Centro Universitário Luterano de Manaus – CEUMULBRA Titular: Mariana Antônia B. Batista de Souza Suplente: Jacqueline Carli Ferreira 9. Conjunto ACARIQUARA Titular: Dayse Campbell Ferreira Suplente: Cintia Cornelius Fritsche 10. Movimento EDUCAR para a CIDADANIA Titular: Adorea Rebelo Albuquerque Suplente: José Humberto Miquies
PORTARIA Nº 01/2017 – GS/SEMMA	EXTRATO DO TACA Nº 09/2017 PROCESSO Nº 2019/16848/16872/00077- SEMMAS
<p>O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE/SEMMA, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso II do Artigo 138 da LEI ORÇANICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, e</p> <p>CONSIDERANDO o Decreto nº 1.503 de 27 de março de 2012, que cria a APA UFAM, especialmente seu artigo 4º, que dispõe sobre a gestão e composição do Conselho Consultivo da APA UFAM, INPA, ULBRA, ELISA MIRANDA, LAGOA DO JAPIM e ACARIQUARA.</p> <p style="text-align: center;">RESOLVE:</p> <p>Art. 1º Fica composto o Conselho Consultivo da APA UFAM, INPA, ULBRA, ELISA MIRANDA, LAGOA DO JAPIM e ACARIQUARA, integrado pelos membros titulares e respectivos suplentes identificados no Anexo Único que integra esta Portaria.</p> <p>Art. 2º O Conselho Consultivo da APA UFAM, INPA, ULBRA, ELISA MIRANDA, LAGOA DO JAPIM e ACARIQUARA será prestado pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações de sociedade civil e da população de seu entorno.</p> <p>Art. 3º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos a partir da data de posse.</p> <p style="text-align: center;">CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.</p> <p style="text-align: center;">Manaus, 13 de novembro de 2017.</p> <div style="text-align: center;">  ANTÔNIO NELSON DE OLIVEIRA JUNIOR Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade SEMMAS </div> <p style="text-align: center;">ANEXO ÚNICO</p> <p>Órgãos Municipais</p> <ol style="list-style-type: none"> Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS Presidência do Conselho: Angeline Ugette Amorim Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURS Titular: Nayara Melo Deidda Suplente: Elter de Jesus Oliveira Brito Secretaria Municipal de Educação – SEMED Titular: Glina Rego Gomes Suplente: Maria Luciana Oliveira da Silva Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC Titular: Camille Thais Mendes Souza Suplente: Thelma de Oliveira Prado <p>Órgãos Federais</p> <ol style="list-style-type: none"> Universidade Federal do Amazonas – UFAM Titular: Annunziata Donadio Chelousubrand Suplente: Elen Barbosa de Andrade Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMSIO Titular: Manuel de Silva Lima Suplente: Ivo Riane Santana Alves Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA Titular: Arnan Batista Suplente: Cássio Mendes 	<p>Espécie: Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental nº. 09/2017, celebrado entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, representada pelo Secretário, o Sr. Antônio Nelson de Oliveira Junior e RIO NEGRO CONSTRUÇÕES E EMP. S/A.</p> <p>Clausula Primeira – Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, o compromissário, obriga-se perante a AUTORIDADE AMBIENTAL, a adotar as medidas e condicionantes técnicas em relação a sua atividade e com potencial de impacto no meio ambiente, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio, observando rigorosamente os prazos estabelecidos, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.</p> <p>PARAGRAFO UNICO: A qualquer momento este Termo poderá ser revisto, caso seja constatada alguma irregularidade ou haja o descumprimento de qualquer norma imposta.</p> <p>Clausula Segunda – Por força deste Termo, e como medida compensatória as infrações ambientais cometidas, o COMPROMISSÁRIO deverá:</p> <ol style="list-style-type: none"> Cumprir com as exigências descritas no Projeto Básico nº 020/2017 DESTA/SEMMA (fs. 75 e 77) Aquisição de Placas de Identificação de Área Verde e APP. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo o COMPROMISSÁRIO, ainda, arcar com os despesas relativas ao transporte dos materiais citados, bem como realizar a entrega na Sede de SEMMAS, na Rua Rubião, nº 288 – Vila de Fresta. <p>Clausula Terceira - Reduz-se, em 90% (noventa por cento) a multa aplicada nos Autos de Infração de nº 04802, no valor de 300 (trezentos) UFRs, comprometendo-se o COMPROMISSÁRIO a efetuar o pagamento de 10% (dez por cento), a serem pagos em Documento de Arrecadação Municipal – DAM, no prazo de 15 (quinze) dias contados, contados da assinatura do presente Termo, com recolhimento ao Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – FMDMA, bem como a executar a medida de compensação ambiental descrita na CLAUSULA SEGUNDA do presente termo.</p> <p>Clausula Quarta - O não cumprimento deste Termo implicará na remessa do processo administrativo à SEMEF para cobrança administrativa e, posteriormente, à Procuradoria Geral do Município – PGM, para competente registro em dívida ativa, com cobrança executiva das obrigações desta decorrentes, como título executivo extrajudicial, na forma do disposto no art. 585, II, do Código de Processo Civil e do artigo 152, §§ 2º e 3º, de Lei n. 605/2001, de acordo com a nova redação dada pela Lei n. 1815/2013, sem prejuízo das demais sanções administrativas aplicadas à espécie.</p> <p>Clausula Quinta - O prazo de vigência deste Termo é condicionado ao seu cumprimento integral, que não poderá ultrapassar o prazo estabelecido na Clausula Segunda, a contar da data de assinatura deste documento.</p> <p style="text-align: center;">PUBLIQUE-SE, NOTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.</p> <p style="text-align: center;">Manaus, 07 de novembro de 2017.</p> <div style="text-align: center;">  Antônio Nelson de Oliveira Junior Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade SEMMAS </div>
DOM Edição 4248 Página 28	